



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – *CAMPUS I*
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À
EDUCAÇÃO - GESTEC
PROCESSOS TECNOLÓGICOS E REDES SOCIAIS**

ROBSON DE SOUZA SANTOS

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA COMO FATOR DE
OPORTUNIDADE E IGUALDADE PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO - *CAMPUS*
ALAGOINHAS**

**SALVADOR
2020**

ROBSON DE SOUZA SANTOS

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA COMO FATOR DE
OPORTUNIDADE E IGUALDADE PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO - *CAMPUS*
ALAGOINHAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação - GESTEC, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – *Campus* I, como requisito para obtenção do título de Mestre, na área de Concentração 2 – Processos Tecnológicos e Redes Sociais.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Paranhos de Jesus Portela.

SALVADOR
2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

S237a

Santos, Robson de Souza

Acessibilidade arquitetônica como fator de oportunidade e igualdade para pessoas com deficiência no Instituto Federal Baiano - campus Alagoinhas / Robson de Souza Santos.-- Salvador, 2020.
139 fls.

Orientador(a): Claudia Paranhos de Jesus Portela.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, Câmpus I. 2020.

1.Instituto Federal Baiano. 2.Acessibilidade arquitetônica. 3.Inclusão.

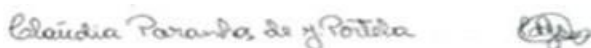
CDD: 370

FOLHA DE APROVAÇÃO

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA COMO FATOR DE OPORTUNIDADE E IGUALDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS ALAGOINHAS

ROBSON DE SOUZA SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação, Mestrado Profissional, área de concentração II - Processos Tecnológicos e Redes Sociais, em 14 de agosto de 2020, requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

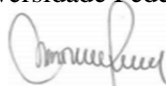


Prof^a. orientadora Dr^a. Cláudia Paranhos de Jesus Portela

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Pós-Doutora em Educação

Universidade Federal da Bahia



Membro da banca prof^o. Dr^o. Natanael Reis Bomfim

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Pós-Doutor em Educação Geográfica

Universidade de Paris I, Sorbonne



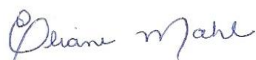
Membro da banca Prof^a. Dr^a. Marília Moreira Cavalcante

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Universidade de Salvador - UNIFACS

Doutora em Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal da Bahia



Membro da banca Prof^a. Dr^a. Eliane Mahl

Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia Baiano

Doutora Educação Especial

Universidade Federal de São Carlos

Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis. (RADABAUGH,1993 P. 666).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força, em alguns momentos considerados impossíveis, pelas oportunidades e pelos desafios alcançados que a vida sempre nos impõe.

Ao meu pai (*in memoriam*), que sempre foi contundente em suas palavras, na busca de sempre me mostrar o caminho.

A minha mãe, minha irmã e demais familiares: minha base, meu alicerce.

A minha esposa pelas palavras de estímulos, pela dedicação e apoio imprescindíveis em todo o decorrer até a defesa.

A minha orientadora, prof^a. Dr^a. Cláudia P. J. Portela, pela paciência, presteza e por ter acreditado na minha capacidade de desenvolver a pesquisa desde o início.

Ao prof^o. Dr. Natanael Bomfim, prof^a. Dr^a. Eliane Mahl, e a prof^a. Dr^a. Marília Moreira Cavalcante membros da banca examinadora. Agradeço às preciosas contribuições para a melhoria dessa pesquisa.

Aos alunos e servidores do IFBaiano - *Campus Alagoinhas* e aos alunos do projeto "Mãos que Ensinam" por participarem assiduamente desta pesquisa.

Aos colegas do IFBaiano, pelo incentivo e mensagens de apoio.

Aos professores e colegas de turma de mestrado GESTEC/2018.1 pela inspiração, contribuições e a amizade que fiz em toda minha caminhada.

Ao grupo de pesquisa EDUCID – Educação Especial Inclusiva e Diversidade, da Universidade do Estado da Bahia, por me proporcionar experiências maravilhosas em todos os encontros.

Meu muito obrigado!

RESUMO

A pesquisa tem como tema central a acessibilidade arquitetônica como fator de oportunidade e igualdade para pessoas com deficiência no Instituto Federal Baiano- *Campus* alagoinhas. Seu objetivo é analisar se o espaço arquitetônico da unidade de Alagoinhas está estruturado para garantir a acessibilidade física dos seus alunos, docentes e técnico-administrativos com necessidades específicas. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, exploratório e descritivo com metodologia APO - Avaliação Pós-Ocupação. Para a coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada, registros fotográficos, a análise *walkthrough* e os "as built". Os resultados desta pesquisa mostraram que o *Campus* está parcialmente acessível para as PCD's, todavia, ainda há muito a ser feito para que a unidade apresente efetivos ambientes voltados para a diversidade de necessidades apresentadas pelas pessoas com deficiência, podendo iniciar, tais ações e melhorias, estruturando e acrescentando nos espaços mais rampas, corrimões e piso tátil, além de buscar fomentar cursos voltados para a temática de acessibilidade arquitetônica. Como produto, originário dos resultados sinalizados pelo estudo foi elaborado um Guia digital de acessibilidade arquitetônica com a proposta de reestruturação dos espaços arquitetônico do IFBaiano – *Campus* Alagoinhas, a partir das necessidades específicas de acessibilidade física para os seus usuários. Dessa forma e a partir desse estudo, o guia possibilitará instrumentos necessários para que o *Campus* e demais unidades, planeje e execute seus processos de acessibilidade arquitetônica dentro das suas necessidades e respectivas infraestruturas.

Palavras-chaves: Instituto Federal Baiano. Acessibilidade arquitetônica. Inclusão.

ABSTRACT

The main theme of this research is architectural accessibility as a factor of opportunity and equality for disabled people in Instituto Federal Baiano (Bahia's Federal Institute) *campus* located in Alagoinhas. The objective of the research is to analyze if the architectural space of the facility in Alagoinhas is structured in a way that guarantees the physical accessibility of its faculty, students and technical administrators with specific needs. This is a qualitative, exploratory and descriptive research using the method Post-Occupancy Evaluation. For the collection of data we used the semi-structured interview, photographic records, the walk-through analysis and the "as built". The results of this research show that the campus is partially accessible for people with disabilities, although, there is still a lot of things to be done in order to make this facility effectively focused on the diversity of needs shown by the people with disabilities; able to start those improvements and actions in structuring and adding more ramps, handrails and tactile paving to the areas, besides promoting courses directed to architectural accessibility. As a product from the results shown by this study, we elaborated a Digital Guide of Architectural Accessibility that proposed the restructuring of the architectural spaces of IFBaiano - Alagoinhas *campus*, in order to fulfill the specific needs regarding physical accessibility of people. Thus, the guide will enable necessary instruments so that the campus and the other facilities plan and implement architectural accessibility processes within their needs and respective infrastructures.

Keywords: Instituto Federal Baiano. Architectural accessibility. Inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - <i>Campi</i> do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	18
Quadro 01 - Número de alunos e servidores do IFBaiano	20
Foto 01 - Primeira turma do curso técnico em agropecuária: Escola Agrícola de Catu (1971).....	24
Foto 02 - Vista da instalação da EMARC de Uruçuca/BA (1965)	25
Quadro 02 - IFBaiano e Territórios de Identidade onde estão inseridos	27
Figura 02 - Distribuição dos <i>Campi</i> do IFBaiano no mapa do estado da Bahia	27
Figura 03 - Símbolo Internacional de Acesso	46
Figura 04 - Dimensões da acessibilidade	51
Figura 05 - Ciclo realimentador da APO	57
Figura 06 - Esboço do guia digital	73

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APO	Avaliação Pós-Ocupação
CEPLAC	Escolas Médias de Agropecuária Regional
CONSUP	Conselho Superior
CORDE	Coordenação Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiência
EAA's	Escolas de Aprendizes Artífices
EAD	Educação à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMARC	Escolas Médias de Agropecuária Regional
FIC's	Formação Inicial e Continuada
GESTEC	Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFBaiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IF's	Institutos Federais
ICG	Índices Gerais de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAIC	Ministério dos Negócios, Agricultura, Indústria e Comércio

MES	Ministério da Educação e Saúde Pública
NAMES	Núcleo de Apoio ao Adolescente sob Medidas Socioeducativas
NAPNE	Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidade Específica
NAPRA	Núcleo de Apoio, Prevenção e Ressocialização de Adictos
NBR	Norma Brasileira de Regulamentação
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas
NECT	Núcleo de Estudos de Comunidade Tradicionais
NEDS	Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual
NEPA	Núcleo de Educação para Apenados
NESC	Núcleo de Educação para Sustentabilidade no Campo
NEITI	Núcleo de Educação e Inclusão da Terceira Idade
NEUMU	Núcleo de Estudos de Inclusão à Mulher
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAPNE	Programa de Pessoas com Necessidades Específicas
PCD	Pessoas com Deficiência
PCD's	Pessoas com Deficiências
PEDH	Programa de Educação em Direitos Humanos
PIJAEP	Programa de Inclusão de Jovens e Adultos na Educação Profissional
PNE	Pessoas com Necessidades Específicas
PNE	Plano Nacional de Educação
SAI	Símbolo Internacional de Acesso
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia

UFOB Universidade Federal do Oeste da Bahia

UNEB Universidade do Estado da Bahia

UNESCO Organização das Nações Unidas

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. PERCURSO HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IFBAIANO	24
2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO	29
2.1.1 Política de diversidade e inclusão no Instituto Federal Baiano	32
3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS REFLEXOS NA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA	38
3.1 OS ASPECTOS CONCEITUAIS DA ACESSIBILIDADE	46
3.2 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E SUAS DIMENSÕES	51
4. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	55
4.1 PERCURSO METODOLOGICO	55
4.1.1 Sobre a metodologia de Avaliação Pós – Ocupação, a APO	58
4.1.2 Sobre a realização das entrevistas	61
4.2 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	64
4.2.1 Sobre o mapeamento da estrutura física do IFBaiano - <i>Campus Alagoinhas</i> : viabilidades e adversidades no que concerne a acessibilidade física	64
4.2.2 As relações dos sujeitos com o uso dos espaços no IFBaiano – Alagoinhas	68
5. UM GUIA DIGITAL DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – ALUNO (A)	98
APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – SERVIDOR (A)	100
APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – ENGENHEIRO (A)	102
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	105
APÊNDICE E – MODELO DO GUIA DIGITAL	106
ANEXO A – CURSOS POR MODALIDADES E UNIDADES	110

ANEXO B – ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUP - ANO 2012	115
ANEXO C – AVISO CIRCULAR Nº 277/MEC/GM - BRASÍLIA, 08 DE MAIO DE 1996	132
ANEXO D - FOTOS DE TODAS AS UNIDADES DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO	134

1. INTRODUÇÃO

O processo de construção de uma sociedade inclusiva no Brasil vem ganhando força nas últimas décadas com o apoio de movimentos sociais que estão mobilizados para discussões em diversos eventos e espaços de decisão, engajados por entes públicos e privados. Contudo, de acordo com Mantoan (2015), ainda é um grande desafio a ser encarado nos dias atuais, uma vez que, mesmo com a quebra de paradigmas ao longo da história, principalmente no tocante às pessoas com deficiência (PCD)¹, nas salas de aulas ou nos espaços públicos, é necessário incluir e estabelecer eficácia nos atendimentos igualitários dessas pessoas para que se sintam, de fato, incluídas.

No Brasil, esse processo foi ganhando espaço e adeptos com os transcritos da base dos direitos humanos, além dos avanços, nas últimas décadas, na busca de minimizar e superar os desafios impostos pela sociedade, enfrentadas pelas famílias e pelas pessoas com deficiência.

Fruto desses movimentos, a política de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, preconiza que todos devem aprender juntos, sem que haja qualquer tipo de discriminação (BRASIL, 2008c). Do ponto de vista legal, esse direito está enfatizado em diversos documentos, como por exemplo, a Declaração de Educação Mundial (UNESCO, 1994), a Constituição Federal (1988), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Declaração de Guatemala (BRASIL, 1999), entre diversos outros instrumentos norteadores.

Todavia, normas legais nem sempre é garantia de direitos, especialmente em um país capitalista, cuja desigualdade emerge, não sendo um fator exclusivo da economia, mas também cultural, como afirma Bourdieu (2007).

Analisando, em perceptiva, a realidade do Brasil, no que diz respeito às pessoas com deficiência, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)² o país possui aproximadamente 47,8 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, com maior incidência; segundo os estudos, 05 (cinco)

¹ PCD – Pessoa com Deficiência. Termo utilizado para se dirigir às pessoas com deficiência, adotado com a Convenção da ONU (OAB, 2008)

² Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da Federação brasileira, com data de referência em 1º de julho de 2017, de acordo com o IBGE (BRASIL, 2010).

tipos: auditiva, visual, física, sensorial e a intelectual. Esses dados foram divulgados em sua última pesquisa realizada pelo Censo IBGE (BRASIL, 2010).

Isso significa dizer que 23,9% da população brasileira, que atualmente está estimada em 207 milhões de habitantes, necessitam de algum tipo de acessibilidade e/ou mobilidade que facilitem sua locomoção no dia a dia. Desse total, segundo o censo, considera-se que 3,4% são deficientes visuais, 2,3% têm limitação motora e 1,4% são deficientes mentais/intelectuais. Diante disso, reflete-se se as ações de inclusão estão sendo eficazes para atender essa parcela da população, principalmente no que diz respeito ao direito de ir e vir, o direito de frequentar os lugares sociais sem dificuldade de acesso, para que essas pessoas não sejam excluídas do convívio social.

Segundo Fortuna (2009) a oportunidade ao acesso físico perpassa por questionamentos: “Como posso chegar até o prédio X? Como entrar e me movimentar dentro daquele prédio Y? Como me movimentar entre os pisos e entrar nos cômodos? Como utilizar as instalações do banheiro? [...]” (FORTUNA, 2009, p. 15). As situações descritas pelo autor são corriqueiras e vivenciadas diariamente por pessoas com limitações físicas, sejam pessoas com deficiência, idosos, obesos e outros, que por alguma razão, estão com mobilidade física limitada.

Sendo esse pesquisador adquirente de sequela de poliomielite (paralisia infantil), conheço e convivo com as dificuldades diárias de acessibilidade aos locais públicos e privados desde a infância, o que me impulsionou a buscar formas de sanar tais dificuldades para mim e para pessoas com limitações físicas nos ambientes dos quais frequento e pertencço.

O conceito de acessibilidade está agregado à cidadania segundo o qual, todo o cidadão tem direitos iguais, assegurados, devendo ser respeitado. A acessibilidade deriva do latim *accessibilitas*, que significa “livre acesso, a possibilidade de aproximação a algo” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, p. 83).

No Brasil, a acessibilidade como uma das premissas de inclusão social, só veio a partir de 1996, quando no país houve significativos avanços com a Lei nº 9.394 - Diretrizes e bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), passando a ser obrigatória a inclusão de discentes com restrições, no que tange a acessibilidade, na rede de ensino, exigindo-se adaptações em todas as escolas e edifícios de uso público. Atualmente, essas adaptações estão previstas na Lei Brasileira de Inclusão, em seu artigo 3º, inciso I, II e IV (BRASIL, 2015), além de outros Decretos como:

Decreto Federal nº 5.296/2004 (CREA, 2004) e Lei nº 10.098/2000 (BRASIL, 2000), definindo, por exemplo, critérios básicos para a promoção da acessibilidade e mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias públicas.

Na defesa pela inclusão e lutando, desde outrora, pelos direitos das Pessoas com Deficiências (PCD's), destaca-se a primeira pessoa com deficiência a assumir a Coordenação Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiência (CORDE), que hoje foi elevada ao *status* de Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, através da Lei nº 11.958/2000, Izabel Loureiro Maior (2004) que já defendia o conceito de acessibilidade e mobilidade desde 1991, e quando responsável pela pasta Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiência (CORDE), da Secretaria de Direitos Humanos pontuava que, “[...] no imaginário de muitos, a ideia de acessibilidade ficou associada ao usuário de cadeira de rodas, mas acessibilidade não é só botar rampa e baixar meio-fio, é promover uma maior igualdade de oportunidades” (MAIOR, 2004, p. 02). Ou seja, as pessoas com deficiência devem ter oportunidades iguais de acesso aos locais com autonomia e dignidade.

Seguindo essa premissa, a Lei nº 10.098, de 19/12/2000, no seu Art. 2º, inciso I, surge com a seguinte norma:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000).

Cabe invocar, ainda, a definição de acessibilidade constante na Norma Brasileira de Regulamentação – NBR 9050 de 2004 – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004), que a distingue como a “[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano e elementos”- NBR 9050 (ABNT, 2015, p. 02).

Ao longo dos anos, diversas leis, normas e políticas buscaram regulamentar a acessibilidade para as pessoas com deficiência, em especial, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (BRASIL, 2015) que apresentou mudanças significativas elencando os

entraves, atitudes e comportamento quanto à participação social no direito das pessoas com deficiência, adentrando nas barreiras arquitetônicas, urbanísticas, comunicações e de transporte.

A LBI foi criada com o propósito de integração, promovendo em todas as escolas a inserção das pessoas com deficiência no ensino regular, buscando coibir a discriminação e o preconceito, além buscar um maior convívio social, trazendo vantagem para todos os indivíduos, uma vez que estes [os indivíduos] aprendem a desde cedo conviver com as diferenças e sem preconceitos.

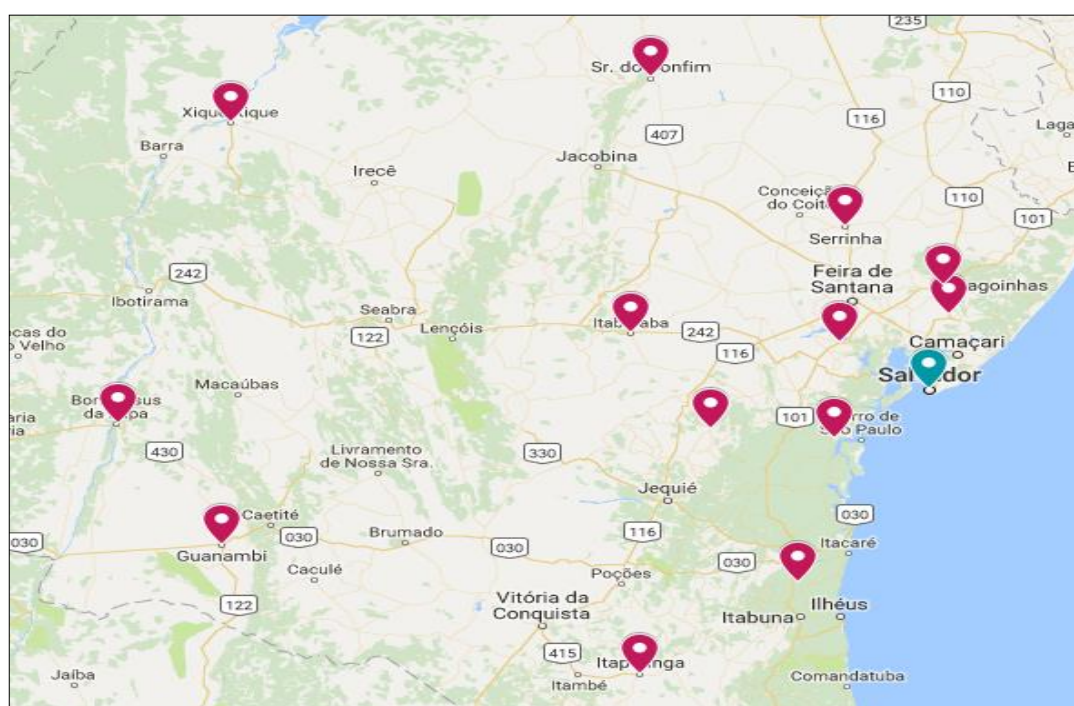
Embora a LBI venha se fortalecendo e ganhado destaque, sendo uma das legislações norteadoras em promover e assegurar as condições de igualdade, os direitos e liberdades fundamentais, como é o caso da acessibilidade arquitetônica nos órgãos públicos vinculados ao ensino, tanto nas esferas Estaduais, Municipais como Federais, não conseguem garantir uma infraestrutura arquitetônica mínima, acessível e adequada a estes usuários com deficiência. Sendo, para algumas PCD's, uma dificuldade diária nos balcões de atendimento, nos banheiros públicos, nas subidas dos meios fios, calçadas e escadas. Assim, é improtelável a necessidade de se adequarem tais espaços públicos com o que determinam os princípios constitucionais visando o mínimo de dignidade humana às pessoas com deficiência (TANAKA; MANZINI, 2005).

Considerando tal realidade, buscou-se nesse estudo fazer uma reflexão acerca das leis, normas e políticas de inclusão que norteiam a acessibilidade adentrando nos aspectos arquitetônicos que limitam e dificultam o direito de ir e vir desse público em potencialidade, trazendo como espaço a ser tomado como objeto de estudo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Alagoinhas (IFBaiano), ambiente no qual atuo como servidor há mais de onze anos e que tenta se ajustar às necessidades do seu público alunos, docentes e técnico-administrativos que integram sua comunidade.

No IFBaiano as barreiras arquitetônicas que limitam o acesso de pessoas com deficiência não diferem das comumente encontradas nos prédios públicos. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, cujo acrônimo é "IFBaiano", surgiu através da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim e CEPLAC e localizam-se, em sua maioria, em regiões rurais das cidades e foram construídas em um tempo em que a acessibilidade arquitetônica não era um ponto relevante a ser considerado.

O Instituto cresceu e expandiu-se pela Bahia, atualmente possui 14 *campi* e uma Reitoria, estando presente nas cidades de: Alagoinhas, Catu, Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira, Santa Inês, Itaberaba, Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Senhor do Bonfim, Xique-Xique, Valença e Salvador/Reitoria, e vêm tentando “ajustar” suas instalações para receber grande diversidade de alunos, docentes e técnico-administrativos, que ao apresentarem certa dificuldade de locomoção ainda esbarram na carência de adaptações em sua infraestrutura. Vejam abaixo, na Figura 01 onde o IFBaiano localiza-se geograficamente dentro do Estado.

Figura 01 – *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano



Fonte: Google maps (satélite) dos *Campi* do IFBaiano (2018)

Neste trabalho, trago minha experiência, como servidor técnico-administrativo em educação no IFBaiano, e adquirente da seqüela de paralisia infantil, como condições que legitimam meus anseios sobre a questão da acessibilidade arquitetônica dentro do ambiente de trabalho, uma vez que convivo com as dificuldades de acesso diariamente, seja por um piso muito liso e escorregadio, uma rampa irregular, entre outros obstáculos no cotidiano das minhas atividades administrativas.

Além disso, por participar de inúmeros projetos internos, no que diz respeito à acessibilidade, tanto no meu atual ambiente laboral, como em outras unidades do Instituto, onde já trabalhei, atuando como pregoeiro, fiscal, presidente em compras públicas e, em diversos outros cargos de gestão, apoiando projetos pedagógicos e políticas institucionais de inclusão, estruturando diversos setores e cursos, como é o caso do Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) em Guanambi, ratifico e superestimo a importância dessa temática.

Por conviver com as barreiras motoras que a minha deficiência me trouxe, adquiri um olhar diferenciado e uma preocupação pelo outro que passa pelos mesmos problemas que eu, ou ainda piores. Por essa razão surgiu minha inquietação em pesquisar sobre a temática dentro do *campus*, fazendo emergir como pergunta norteadora: A organização do espaço arquitetônico do IFBaiano – *campus* Alagoinhas possibilita a acessibilidade de pessoas com deficiência? considerando todos os seus usuários: alunos, docentes e técnico-administrativos, que frequentam o instituto diariamente ou ocasionalmente, uma vez que o IFBaiano oferece, além dos cursos regulares, em períodos específicos do seu calendário, cursos de curta duração, onde recebe uma grande diversidade de pessoas, inclusive PCD's.

Tendo em vista esse contexto, o trabalho tem com objetivo geral analisar se a organização do espaço arquitetônico do IFBaiano – *campus* de Alagoinhas/Ba possibilita a acessibilidade física de pessoas com deficiência considerando todos os seus usuários: alunos, docentes e técnico-administrativos. Para isso propõe-se mapear a estrutura física do IFBaiano – *Campus* Alagoinhas no que concerne a acessibilidade física dos alunos, docentes e técnico-administrativos, verificando as relações desses sujeitos com o uso dos espaços no IF Baiano – *Campus* Alagoinhas: viabilidade e as adversidades para que possamos elaborar um guia digital com a reestruturação dos espaços arquitetônico, a partir das necessidades específicas de acessibilidade física para os seus usuários.

Desta forma, partimos do pressuposto que o estudo pode contribuir de forma significativa para que possamos colaborar na redução dos obstáculos arquitetônicos que limitam e dificultam a acessibilidade das pessoas que utilizam os serviços diários e estas, possam chegar a qualquer lugar com menos dificuldades e com maior autonomia no IFBaiano. O trabalho ainda poderá ser relevante para a consolidação e compreensão do processo inclusivo no IFBaiano – *Campus*

Alagoinhas, permitindo um novo olhar na percepção da inclusão e das ações já efetivadas e/ou, que ainda necessitam de maiores reflexões e amadurecimento.

Outro ponto importante a destacar aqui é quanto aos avanços tecnológicos e o uso cada vez mais comum de dispositivos móveis, assim propomos, como produto desta pesquisa, a elaboração de uma cartilha, que será denominada aqui de “guia digital” onde os moldes digitais justifica-se pela segurança, facilidade e comodidade aos seus usuários, além da possibilidade deste arquivo (PDF) ficar no repositório do IFBaiano, sem custo e sem dependência de outras plataformas que poderiam no futuro gerar possíveis riscos (por serem plataformas abertas) na perda do material. Por isso optou-se por um “guia digital”, através de uma plataforma segura e totalmente *online*, que é o servidor de rede do próprio IFBaiano.

Assim, para entender esses questionamentos foi necessário fazer um estudo da literatura que versou sobre os aspectos que envolvem a temática pesquisada, trazendo alguns dados, como por exemplo, as plantas baixas, fotos e gráficos, além de resgatar o percurso histórico do Instituto Federal Baiano.

Logo, de acordo com a Figura 01, apresentada anteriormente, e as fotos de suas unidades no ANEXO D para melhor ilustrar, sabendo que o IFBaiano possui *campi* distantes entre si, chegando a alguns casos com mais de 700km, partindo de Salvador/BA e que, a maioria das suas unidades possui logradouros em zonas rurais, muitas com difícil alcance, transporte e acesso, limitando a visita “in loco” deste pesquisador, optou-se realizar o estudo na unidade de Alagoinhas.

Vale salientar que o *campus* de Alagoinhas foi inaugurado em 2017, cujos padrões mínimos de acessibilidade arquitetônica deveriam estar no plano do ideal, contudo, infelizmente, ainda há necessidade de ajustes, seguindo as normas ABNT NBR 9050 (ABNT, 2004).

As unidades de Catu, Senhor do Bonfim, Santa Inês e Guanambi foram as primeiras a iniciarem a integração entre as antigas Escolas Agrotécnicas Federais e têm um dos maiores volumes de alunos matriculados em 2018, conforme demonstra o Quadro 01 a seguir, proporcionalmente sua quantidade de servidores.

Quadro 01 - Número de alunos e servidores do IFBaiano

<i>Campi</i>	Alunos matriculados	Números de servidores
Catu	1.710	211
Guanambi	1.678	197

Santa Inês	1.587	156
Senhor do Bomfim	1.826	187

Fonte: BRASIL. Plataforma Nilo Peçanha (2018)

Logo, estas unidades mencionadas poderiam ser alvo deste trabalho no que diz respeito à busca dos padrões mínimos de acessibilidade arquitetônica, pois as mesmas, além do seu tamanho [extensão], têm alunos e servidores suficientes para uma pesquisa. Além disso, essas unidades podem também estar sofrendo de carências fora das normas contidas na ABNT NBR9050 (ABNT, 2020), como por exemplo: a falta de rampas, adaptações em banheiros e nos espaços coletivos, inclusão de piso tátil e sinalizações, dentre diversas outras contidas na norma.

Contudo, entende-se que não há tempo suficiente para se fazer tal abordagem nessas Unidades, tendo em vista que, além de outros fatores aqui não elencados, busca-se primar pela qualidade da pesquisa no *campus* Alagoinhas, onde o pesquisador encontra-se diretamente alocado.

Além disso, propõe-se com esse trabalho que o IFBaiano - *Campus* Alagoinhas se torne-se referência dentro do Instituto, no que diz respeito à acessibilidade arquitetônica, podendo as demais unidades buscarem nela suas recomendações, implantando as respectivas melhorias com as especificidades de cada *campus*.

Como resultado da pesquisa apresenta-se o guia digital de acessibilidade arquitetônica com a proposta de reestruturação dos espaços arquitetônicos do IFBaiano – *Campus* Alagoinhas, a partir das necessidades de acessibilidade arquitetônica dos usuários: alunos, docentes e técnico-administrativos, contendo instrumentos necessários para o *campus* e suas demais unidades no planejamento e execução dos processos de acessibilidade arquitetônica dentro da infraestrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

O trabalho encontra-se organizado em 05 (cinco) sessões, além da introdução; sendo a segunda sessão uma discussão sobre: a abordagem do percurso histórico da Instituição, passando pela primeira fazenda de criação de gados em Catu, resgatando a Educação Profissional e Tecnológica, até a chegada do Instituto Federal Baiano; na terceira, enfocam-se as políticas de educação inclusiva, resgatando os reflexos da acessibilidade arquitetônica, adentrando na política de inclusão do Instituto Federal Baiano; na quarta sessão, abordar-se-á a metodologia

Avaliação Pós-Ocupação (APO), como um conjunto de métodos para avaliação de desempenhos de ambientes construídos, trazendo o percurso usado para a realização da pesquisa, os respectivos sujeitos e a análise dos dados; na quinta sessão, a apresentação do produto, denominado como guia digital de acessibilidade arquitetônica. Por fim e não menos importante, a conclusão da pesquisa.

2. PERCURSO HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IFBAIANO

Esta seção se destina a apresentação do percurso histórico do Instituto Federal Baiano - *Campus* Alagoinhas, passando pela primeira fazenda de criação de gados na escola de Catu, chegando às antigas Escolas Agrotécnicas Federais e às Escolas Médias de Agropecuária Regional (EMARC's) até a existência de fato do IFBaiano, elencando seus *campi*, cursos e abordando sobre a Educação Profissional e Tecnológica no Instituto, adentrando na política de diversidade e inclusão, que constitui elementos norteadores das ações do IFBaiano, trazendo informações essenciais sobre a temática de investigação deste trabalho.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, cujo acrônimo é IFBaiano, iniciou sua história no final do século XIX ofertando a primeira turma de ensino profissional na área agrária, na cidade de Catu-Bahia, através de Lei nº 75/1895 (IFBAIANO, 2016). Posteriormente, teve como proposta transformar-se em uma fazenda de criação de gados, tendo o curso técnico em agropecuária implantado pelo Governo da Bahia em 1997 e, de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do *campus* de Catu (IFBAIANO, 2017), o modelo da fazenda tinha como objetivo promover a criação de gado, através do ensino técnico em agropecuária, com enfoque em instruir e capacitar os agricultores e seus respectivos filhos na região do Recôncavo Norte.

A Federalização da fazenda se deu no início de 1918, onde à época foram adotadas políticas que consistiam no fornecimento de técnicas pastoris local para a comunidade agrícola. Nessa política, foram desenvolvidas atividades de criação de gado até 1964, virando, no mesmo ano o Colégio Agrícola de Catu através do Decreto nº 53.666/1964 (apud BRASIL, 2018) com intenção de ampliar a educação extensiva nas populações rurais, ficando o colégio, a partir dali, subordinado à pasta do Ministério da Agricultura.

Em 1967, mais precisamente em 19 de maio, com um novo Decreto nº60.731 (BRASIL, 1967), o Colégio foi transferido para a pasta do Ministério da Educação e Cultura (MEC), ficando até 1969, depois, passou a ser chamado de Escola. A primeira turma formada do curso Técnico em Agropecuária aconteceu em 1971, quando seu nome foi alterado novamente, passando a ser chamado de Escola

Agrotécnica Federal de Catu em 1979, advindo do Decreto Presidencial de nº 83.935, permanecendo o nome até 2008.

Foto 01 – Primeira turma do curso técnico em agropecuária: Escola Agrícola de Catu (1971)



Fonte: Retirada do site “Xique Sampa” (2014)

Com a Lei de nº 8.670/1993, criaram-se novas Escolas Agrotécnicas Federais, sendo elas: Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, todas mantidas e subordinadas ao Ministério da Educação. Ainda em 1993, através da Lei nº 8.731 essas escolas foram transformadas em autarquias, gozando de autonomia acadêmica, administrativa e orçamentária. (BRASIL, 1993)

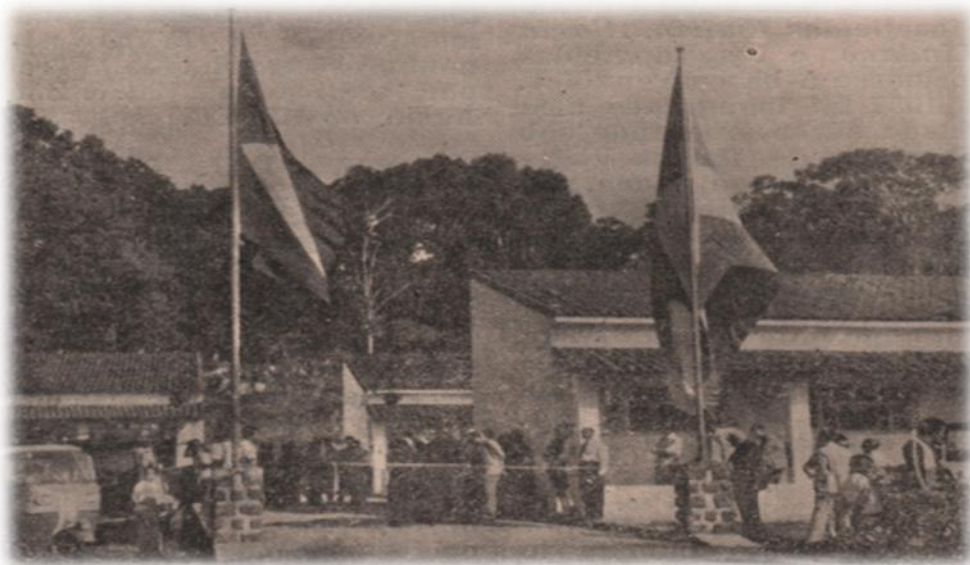
As Escolas Agrotécnicas Federais tinham por finalidade ofertar ampla formação, articuladas com os setores produtivos, especialmente nas áreas de agricultura e de agroindústria, buscando a formação dos jovens, adultos e demais público em geral, de acordo com o Decreto nº 2.548 (BRASIL, 1998), que regulamentou seu Regimento Interno.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia só vieram com a Lei nº 11.892 em 2008, sendo a Bahia contemplada com dois (02) Institutos Federais. O IFBaiano, constituído inicialmente, pelas Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Senhor do Bonfim, Guanambi e Santa Inês e, em 2010, na sua expansão, com as unidades de Bom Jesus da Lapa e Governador Mangabeira. Ainda, no mesmo ano passou a integralizar a rede, as Escolas Médias de Agropecuária Regional

(EMARC's), criadas e mantidas pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), pasta vinculada ao Ministério da Agricultura (BRASIL, 2019a).

As EMARC's foram criadas em 1965 na Cidade de Uruçuca/Bahia, com intuito de ter um centro de treinamentos e de formação de nível médio, para melhor capacitar a mão-de-obra local, buscando preencher as dificuldades encontradas pelo sistema educacional, vivenciadas na época pela população em agronegócio no Sul da Bahia.

Foto 02 – Vista da instalação da EMARC de Uruçuca/BA (1965)



Fonte: Retirada do sítio da CEPLAC (2014)

De 1965 a 1980 as EMARC's, em constante crescimento, transformaram-se em centros importantíssimos de ensino Técnico Agropecuário e Industrial, com ênfase na formação profissional rural, de grande reconhecimento para a qualificação de mão-de-obra.

Seu crescimento despertou no Governo do Estado da Bahia a busca de parceria com o Conselho da CEPLAC e com o Ministério da Agricultura, firmando em 1980 um modelo único, transferindo as responsabilidades pedagógicas, administrativas e financeiras para as unidades das Escolares Polivalentes localizadas em Valença, Itapetinga e Teixeira de Freitas. Assim, em 2010 as Escolas

Médias de Agropecuária Regional (EMARC's) de Valença, Itapetinga, Teixeira de Freitas e Uruçuca passaram a ser administradas pelo Instituto Federal Baiano.

Já em 2012 o Governo Federal trouxe mais uma expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, prevendo a criação de mais vinte e sete (27) *campi* no Brasil, sendo que, desses *campi*, quatro (04) seriam para o IFBaiano, que através da Portaria de autorização nº 378/2016, foram sediados nas cidades de Alagoinhas, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique, (BRASIL, 2016). Hoje, o Instituto Federal Baiano se fortalece como multicampi dentro da Bahia e busca fortalecer a interiorização da educação profissional e tecnológica, de forma gratuita e pública, em diferentes eixos, se inserindo em diversos territórios de identidade como se observa no quadro a seguir.

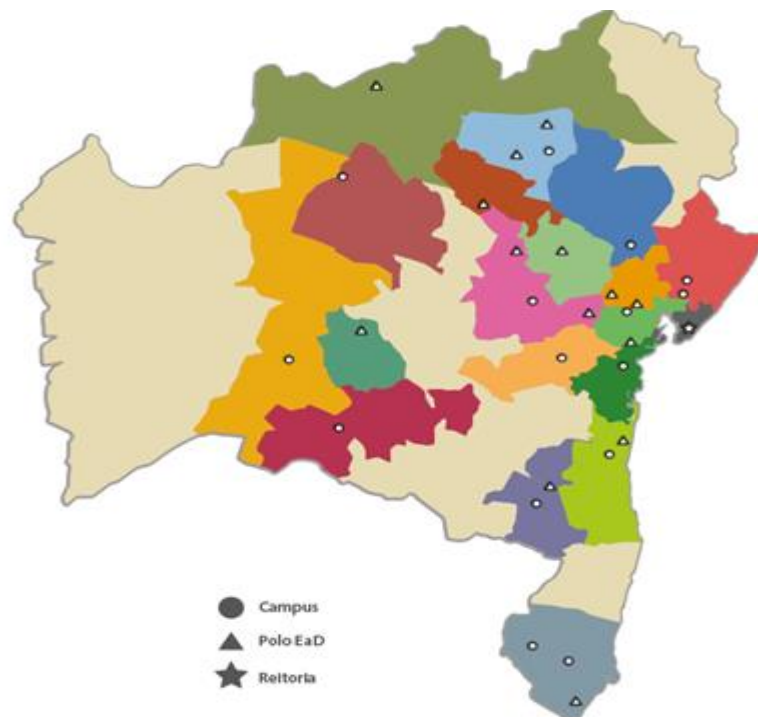
Por isso, a importância da temática desse trabalho, visto que o percurso histórico do IFBaiano, por ser cem por cento no eixo agrário/agropecuário, não lhe favoreceu um olhar acessível para a acessibilidade arquitetônica mais inclusiva, não por negligência, mas em outrora tal temática não era tão discutida e relevante como vem sendo abordada na atualidade.

O IFBaiano conta em sua estrutura organizacional, atualmente, com quatorze (14) *campi*, uma (01) Reitoria e um (1) *campus* avançado, todos com autonomia pedagógica, administrativa e financeira, sendo eles: Alagoinhas, Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Teixeira de Freitas, Valença, Governador Mangabeira, Santa Inês, Itapetinga, Itaberaba, Serrinha, Senhor do Bonfim, Catu, Uruçuca, Xique-Xique e com um *campus* avançado na Cidade de Medeiros Neto, com a sua Reitoria situada na Cidade de Salvador.

Quadro 02 - IFBaiano e Territórios de Identidade onde estão inseridos

Campus/ campus avançado	Distância da Reitoria (Salvador)	Território de Identidade
ALAGOINHAS	124 km	Litoral Norte e Agreste Baiano
BOM JESUS DA LAPA	789 km	Velho Chico
CATU	87 km	Litoral Norte e Agreste Baiano
GOV. MANGABEIRA	139 km	Recôncavo
GUANAMBI	677 km	Sertão Produtivo
ITABERABA	280 km	Piemonte do Paraguaçu
ITAPETINGA	459 km	Médio Sudoeste da Bahia
MEDEIROS NETO*	837 km	Extremo Sul
SANTA INÊS	285 km	Vale do Jiquiriçá
SENHOR DO BONFIM	385 km	Piemonte Norte do Itapicuru
SERRINHA	185 km	Sisal
TEIXEIRA DE FREITAS	811 km	Extremo Sul
URUÇUCA	339 km	Litoral Sul
VALENÇA	248 km	Baixo Sul
XIQUE XIQUE	641 km	Irecê

Fonte: (IFBAIANO, 2018a)

Figura 02 – Distribuição dos *campi* do IFBaiano no mapa do estado da Bahia

Fonte: Adaptado do portal do IFBaiano (2019)

Como já mencionado, o Estado da Bahia foi contemplado com dois (02) Institutos Federais, com nomes bastante similares, sendo eles: o Instituto Federal da Bahia (IFBA) e o Instituto Federal Baiano (IFBaiano). Contudo, com propostas diferentes, mas regidos pela mesma legislação, a Lei de nº 11.892/2008. (BRASIL, 2019).

Logo, além do IFBaiano já debruçado aqui nesse trabalho e com eixo nas áreas agrárias, agropecuária, conta-se também com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Bahia (IFBA), uma instituição centenária, que atua com eixos nas áreas tecnológicas, como por exemplo os cursos de engenharia civil, engenharia elétrica industrial, engenharia de Minas, dentre seus diversos outros existentes.

As duas autarquias buscam fortalecer a educação pública gratuita, especializada na área profissional, científica e tecnológica dentro do Estado da Bahia, sendo que o IFBA esta presente em 22 (vinte e dois cidades) com sua Reitoria também em Salvador, enquanto o IFBaiano está presente em 14 (quatorze) cidades dentro do mesmo Estado.

É mister salientar, que ao se buscar uma escola mais inclusiva é pensar numa escola para todos, inclusive na seara da acessibilidade arquitetônica, dando a todos as mesmas condições de acesso. Por isso, a suma importância da temática desse trabalho com a participação efetiva desses atores sociais na construção constante do saber.

O próximo tópico foi destinado a abordar a Educação Profissional e Tecnológica no IFBaiano que oferece educação básica, técnica e superior, atuando no ensino médio com cursos técnicos integrados, com cursos técnicos pós-médio, cursos rápidos de Formação Inicial e Continuada (FIC's), e de graduação, sendo eles os: tecnológicos, bacharelados, licenciaturas e especializações, tanto em nível de *lato sensu*, como *stricto sensu*.

2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO

A educação profissional no Brasil passou por muitas transformações, evoluindo da mera prática de ofícios voltados a lapidar as demandas das classes menos favorecidas, na busca de qualificação profissional, através dos cursos técnicos, que por sinal, sempre foi crescente o anseio por mão-de-obra qualificada.

O marco histórico da educação profissional no Brasil veio com o Decreto nº 7.566/1909, assinado pelo então Presidente Nilo Peçanha, criando 19 escolas técnicas de ensino profissional e gratuita. As chamadas Escolas de Aprendizizes Artífices (EAA's), que tinha por finalidade ministrar o ensino de ofício referente às especialidades macro industrial de cada Estado e capacitar os operários qualificando-os para atuarem nas diversas indústrias brasileiras, como se observa a seguir:

[...] formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas quando possível, as especialidades das indústrias locais. (BRASIL, 1909).

Com a criação da rede federal (EAA's), deu-se início ao processo de escolarização do ensino profissional, gerando por parte dos governantes desafios de ordem política, social, econômica e educacional presentes no país no século XX. Esses desafios, fruto da crescente industrialização, da iniciativa de abolição da escravidão e de um mercado de trabalho assalariado, representou o início de uma política pública nacional de educação profissional (BRASIL, 2018).

Em meados de 1930, no contexto de governo interino, também chamado de governo provisório, que dava por fim a primeira república e iniciava a era Getúlio Vargas, ocorreu a primeira transformação das (EAA's), que eram subordinadas ao Ministério dos Negócios, Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e passou a ser supervisionadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), hoje, chamada apenas de Ministério da Educação (MEC).

Só com o advento da Lei nº 11.892 de 2008 é que se instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com criação de diversas unidades em todo o Brasil, cuja proposta era ofertar educação profissional e

tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, a fim de suprir as demandas por trabalhador qualificado (BRASIL, 2008).

Para Souza (2013), tal iniciativa desencadeou um processo único, rápido da rede, sem outro antecedente na história do Brasil, acelerando a formação técnica profissional em todo o país.

Com a expansão da rede e, conseqüentemente, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, criados (BRASIL, 2019a), com intuito de qualificar os diversos trabalhadores da economia, atuando no desenvolvimento das diversas mesorregiões, na busca da construção da cidadania, tendo como pilares o compromisso à justiça social, equidade, ética, preservação do meio ambiente, gestão democrática e a transparência.

Houve uma proposta de formação integral anunciada em documento pelo Ministério da Educação (MEC) como “[...] um novo modelo em educação profissional e tecnológica – Concepções e Diretrizes” (BRASIL, 2008), indicando os Institutos Federais como protagonistas no processo para fomento de cidadão emancipado, vejamos:

Os Institutos Federais reservam aos protagonistas do processo educativo, além de incontestável papel de lidar com o conhecimento científico-tecnológico, uma práxis que revela os lugares ocupados pelo indivíduo no tecido social, que traz à tona as diferentes concepções ideológicas e assegura aos sujeitos as condições de interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade. (BRASIL, 2008).

Hoje, os Institutos Federais estão em mais de 661 unidades da Federação, vinculados a 38 Institutos espalhados pelo Brasil (BRASIL, 2019a), levando educação gratuita, profissional e tecnológica, fortalecendo a presença da rede de ensino, em especial na rede Federal, mostrando-se eficiente na qualidade de ensino e ofertas de cursos, configurando-se entre as melhores Instituições em nível de *ranking* mundial.

Pacheco (2010) ainda destaca que os Institutos Federais foram criados com poder autárquico de regime especial com base educacional humanista-técnico-científica. Sua regulação, supervisão e avaliação são comparadas às Universidades Federais. Os IF's também possuem autonomia pedagógica, administrativa e

financeira, estabelecendo seus cursos, currículos e criação de novos *campi*. Na organização curricular, Pacheco (2010), ainda reforça que:

A organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes. A possibilidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, faz com que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização. Esses profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (PACHECO, 2010, p. 11).

No IFBaiano não poderia ser diferente, pois um dos seus pilares é justamente o compromisso com a justiça social, equidade, ética, preservação do meio ambiente, gestão democrática e a transparência, prevalecendo em todas as suas unidades há autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

De acordo com a divulgação do último Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais (INEP) Anísio Teixeira (2017), que avaliou os Indicadores de Qualidade da Educação Superior do ano de 2016, o IFBaiano ficou em 5º (quinto) lugar em relação aos Índices Gerais de Cursos (ICG), na posição dos cursos superiores em toda a Bahia. Sendo a 1º (primeira) colocada a Universidade Federal da Bahia (UFBA), seguindo da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

O IFBaiano oferece educação básica, técnica e superior, atuando no ensino médio com cursos técnicos integrados (vinculado ao ensino médio), em cursos técnicos (para aqueles que já terminaram o ensino médio), cursos rápidos de formação inicial e continuada (FIC's), proejas e de graduação, sendo eles os: tecnológicos, bacharelados, engenharias, licenciaturas e especializações, tanto a nível de *lato sensu* como *stricto sensu*, de acordo com as unidades, cursos e modalidades no (ANEXO A), que trata dos cursos por modalidades e unidades.

Observa-se nesse anexo, que cada unidade do IFBaiano tem sua particularidade e cursos ofertados, de acordo com o anseio da comunidade,

aprovação em audiências públicas, desenvolvimento regional e suas respectivas economias.

Outro ponto importante a destacar, de acordo com o mapa do Ministério da Educação (MEC), é que o Instituto Federal Baiano tem como eixo principal a área agrária, agropecuária (BRASIL, 2019), sendo o único Instituto Federal no Brasil que em todas as suas unidades, atuam com os cursos principais voltados para tal temática, tornando-o a única Instituição Federal no país cem por cento agrários/agropecuária. Além disso, é que suas unidades se destacam também em cursos voltados ao ramo alimentícios, como: engenharia de alimentos, técnicos em cozinha, agroindústria e alimentação escolar, nas modalidades de Educação à Distância (EAD), integrado, subsequente e de graduação.

Outro enfoque, não menos importante, mas que vale a pena trazer a tona, são os diversos cursos voltados às perspectivas de agriculturas ambientalmente sustentáveis, como é o caso dos cursos de agroecologia, meio ambiente, produção vegetal, florestas, cursos estes, desde a modalidade EAD até os do tipo *stricto sensu* oferecidos pelo IFBaiano.

Nessa perspectiva, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional, o IFBaiano (BRASIL, 2018) visa oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diversas modalidades de ensino, auxiliando no desenvolvimento econômico e social, pautado na qualidade do ensino, pesquisa e extensão, preparando seus diversos estudantes, de diversas modalidades para o exercício pleno da cidadania.

Por isso, a importância de adentrar no próximo tópico, pois com as diversas modalidades de ensino presentes no IFBaiano, é importante bordar a Política e Diversidade e Inclusão da Instituição, que expressa diretrizes norteadoras para consolidação de inclusão dentro do Instituto, dentre elas a garantia de recursos orçamentário-financeiros, garantia de profissionais especializados para atender às PCD's, os programas de cotas e a criação de diversos setores e programas ligados à inclusão, educação e direitos humanos.

2.1.1 Política de diversidade e inclusão no Instituto Federal Baiano

A política de diversidade e inclusão exige novos “olhares” da Instituição, sua evolução e o aperfeiçoamento de suas práticas. A educação profissional e tecnológica veio não só para atender às demandas de mão de obra e/ou elevar as escolaridades, mas fazer parte do desenvolvimento nacional, observando o caráter sustentável, soberano e inclusivo.

A Carta Magna brasileira já ratificava em seu inciso IV, art. 3º os objetivos fundamentais do bem de todos, sem preconceito de raça, cor, sexo, origem, idade e quaisquer outros meios de distinção. Definindo, também, em seu art. 205 a educação para todos e o pleno exercício da cidadania, estabelecendo a igualdade de condições do acesso e da permanência (BRASIL, 1988).

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, vulgo IFBaiano, não é diferente, a Instituição busca atingir o caminho da atualização, do acesso e da reestruturação dos seus espaços, na condição de atendimento diferenciado e inclusivo a todo o seu público alvo, em especial, para as pessoas com deficiência, tanto na educação profissional, como na básica e tecnológica.

Nesse sentido, o programa pró-cotas do IFBaiano além de reservar 70% de suas vagas para alunos de escolas públicas, na perspectiva de inclusão, reserva também 5% de vagas em todos os seus cursos para o público com alguma deficiência, objetivando fortalecer a inclusão na rede federal de ensino. Essa relação ao acesso das pessoas com deficiência encontra-se respaldada pela Resolução nº 12 do Conselho Superior, aprovado em 09 de Outubro de 2012 - Política da Diversidade e Inclusão do IFBaiano (IFBAIANO, 2012).

Observa-se, que além do programa pró-cotas elencado acima, as suas diretrizes também trazem a acessibilidade nos projetos arquitetônicos e/ou aqueles já existentes em todos os *campi* do IFBaiano. Logo, no decorrer do texto, a Resolução cria os setores do Programa de Pessoas com Necessidades Específicas (PAPNE), que hoje é Núcleo de Atendimento a Pessoa com Necessidades Específicas - NAPNE, para assegurar os direitos das pessoas com deficiência, que estão transcritos logo a seguir:

A acessibilidade para pessoas com deficiência: sinalização, mobilidade, mobiliários, equipamentos, recursos materiais e/ou humanos e outras medidas de ordem práticas necessárias para garantir a permanência e a continuidade dos estudos. (IFBAIANO, 2012, p. 17).

É importante, frisar, que o IFBaiano esteve preocupado de tal modo, determinando sua alteração posterior, através de Ata de Reunião Ordinária do Conselho Superior (CONSUP) – ano 2012, alterando a Resolução nº 12 (IFBAIANO, 2012) e passando a exigir de todas as suas unidades a estruturação dos Núcleos de Atendimento à Pessoa com Necessidades Específicas (NAPNE) nos *campi*, (ANEXO B).

Na proposta dos NAPNE's, cada núcleo deve contar com uma equipe multidisciplinar (assistente social, pedagogo, psicólogo e apoio administrativo) e dispor de ambiente com acessibilidade física, espacial e mobiliária, além de recursos de tecnologia assistiva para as pessoas com deficiência.

Não menos importante, destaca-se, também, a preocupação do Instituto Federal Baiano em buscar regulamentar outros núcleos de diversidade e inclusão, como:

Programa de Educação em Direitos Humanos (PEDH), que visa efetivar, promover e exercer as práticas dos direitos humanos; o **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas (NEABI)**, que trabalha com a igualdade e proteção dos direitos da pessoa e grupos étnicos atingidos por atos discriminatórios; o **Núcleo de Estudos de Comunidade Tradicionais (NECT)**, que visa pesquisar e estudar as comunidades ou povos tradicionais, de forma a reconhecer, valorizar e respeitar a diversidade socioambiental; o **Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual (NEDS)**, composto por discentes, docentes e técnicos trabalhando com pesquisa e extensão com o objetivo de discutir formas de discriminação, preconceito e estigma no ambiente escolar; o **Núcleo de Estudos de Inclusão à Mulher (NEUMU)**, que trabalha com criação de cursos e projetos voltados à inclusão da mulher em desvantagem social e econômica.

Outros como: o **Núcleo de Apoio ao Adolescente sob Medidas Socioeducativas (NAMES)**, que visa possibilitar a ressocialização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducacionais, através de cursos que propicie a continuidade dos seus estudos, em parceria de convênios, que permitam a prestação dos serviços à comunidade no espaço do IFBaiano; o **Programa de Inclusão de Jovens e Adultos na Educação Profissional (PIJAEP)**, que visa a formação de cidadão emancipados, preparando-os para atuação no mundo do

trabalho; o **Núcleo de Educação e Inclusão da terceira Idade (NEITI)**, destinados à pessoas com mais de 60 anos de idade, voltado à educação e formação permanentes, proporcionando o fomento à cultura, atividades físicas, lazer e resgate de vida de experiência dessas pessoas; o **Núcleo de Educação para Apenados (NEPA)**, que visa a educação tanto dos jovens, como dos adultos, em regime aberto ou fechado, cumprindo pena em unidades prisional; o **Núcleo de Apoio, Prevenção e Ressocialização de Adictos (NAPRA)**, que trabalha com temas referentes às drogas ilícitas e não ilícitas dentro e fora do Instituto e por fim, o **Núcleo de Educação para Sustentabilidade no Campo (NESC)**, esse núcleo visa trabalhar com a população de campo, como por exemplo, os agricultores, familiares extrativista, pescadores, ribeirinhos, artesanais, da reforma agrária, assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, caboclos e outros que trabalham com materiais rurais e/ou produzam materiais, a partir da existência como convívio da educação de campo.

Nesse sentido, a Política de Diversidade e Inclusão do IFBaiano visa assegurar o compromisso no tocante das políticas direcionadas à inclusão, sendo desenvolvidas diversas ações para consolidar a democracia, ampliar a cidadania e a formação dos estudantes, sejam eles jovens ou adultos, promovendo a igualdade de condições de direito.

Um fato que não se pode deixar de abordar aqui, é que na Resolução nº 12 do Conselho Superior/IFBaiano (IFBAIANO, 2012), criou-se a obrigação de suas unidades disponibilizem no mínimo 2% (dois por cento) dos seus respectivos orçamentos para implementação e manutenção das políticas de diversidade e inclusão nos *campi*.

Com isso, os gestores devem reservar dos seus respectivos orçamentos o percentual supramencionado para atender aos programas elencados na Política de Diversidade e Inclusão, como já debruçada.

Logo, é plausível destacar que o IFBaiano acertou em perceber tal necessidade validando percentual 2% (dois por cento). Contudo, para o pesquisador deste trabalho, ainda não é o ideal para algumas de suas unidades, uma vez que, comparando seus orçamentos no ano dois mil e dezoito na plataforma Nilo Peçanha – Base Oficial do Governo Federal observa-se que, em algumas de suas unidades tais como:

Alagoinhas - orçamento de R\$1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais), Serrinha - orçamento de R\$ 1.530.000,00 (um milhão e quinhentos e trinta mil reais), Itaberaba e Xique-Xique com orçamento de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), são percentuais ainda considerados exíguos, visto que a Política de Diversidade e Inclusão proposta e implementada pelo IFBaiano abrange diversos outros programas, como: NAMES, NAPNE, NAPRA, já citados aqui, ficando exprimida a fatia nos dividendos dos respectivos valores.

Contudo, mesmo que a Resolução nº 12 (IFBAIANO, 2012) deixe explícito que cada gestor de cada unidade poderá adicionar um valor a mais, além dos 2% propostos na Resolução nº 12 (IFBAIANO, 2012), com intuito de melhor atender a Política de Diversidade e Inclusão, adentrando na política de acessibilidade arquitetônica do IFBaiano, ainda observa-se que este percentual é muito pequeno, pois em 2014 existiam mais de trinta e quatro pessoas com deficiência em todo o IFBaiano, além de outras prováveis limitações ali não abordadas.

Logo, creio que é importante sua ampliação de forma direta dos percentuais trazidas na Resolução nº 12 (IFBAIANO, 2012) do Conselho Superior/IFBaiano. Além disso, a Resolução destaca que o IFBaiano mantém núcleos operantes específicos na maioria de suas unidades, gerando mais ações, planejamento e despesas voltadas a atender as necessidades desses grupos, é o que diz a Revista “Bem Baiano”,(IFBAIANO, 2014).

Assim, mais ações, mais estratégias, gerariam mais despesas, por isso a necessidade de talvez se pensar em ampliar os percentuais já discutidos no preâmbulo acima.

Ademais, a Resolução nº 12 (IFBAIANO, 2012), mais uma vez, está diretamente relacionada a minha temática que é acessibilidade arquitetônica possibilitando de forma direta a permanência e o acesso das pessoas com deficiência, excluindo e/ou ao menos diminuindo as barreiras existentes, as quais impedem o pleno direito de “ir e vir”, desses indivíduos. A proposta de reestruturação dos espaços arquitetônicos do IFBaiano – *Campus Alagoinhas* e a possibilidade de utilização nos demais *campi*, através do guia digital possibilitariam instrumentos necessários para um melhor planejamento nos processos de acessibilidade arquitetônica, além de uma melhor execução orçamentária nos processos licitatórios, já que estes espaços estariam mapeados, é o que o pesquisador propõe nesse estudo.

Para isso, é de suma importante compreender as Políticas Públicas em Educação Inclusiva e seus reflexos na acessibilidade arquitetônica, discutindo a permanência do acesso, as barreiras para os PCD's existentes, trazendo elementos norteadores das lutas sociais e os reflexos da busca pela justiça e conquistas dos direitos fundamentais às pessoas com deficiência. É isso que está posto na leitura da próxima seção.

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS REFLEXOS NA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

A luta social é algo desafiador, uma bandeira carregada por diversos movimentos sociais na busca da permanência das Políticas Públicas em Educação Inclusiva e seus reflexos na acessibilidade arquitetônica, sendo um dos pilares pela manutenção da justiça e conquistas dos direitos fundamentais às pessoas com deficiência. Esses são os tópicos principais que serão discutidos no decorrer da seção a seguir.

O Brasil tem se esforçado para possibilitar a permanência, o acesso e a inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida específicas, dentro do contexto escolar. A luta para se ter uma sociedade mais justa, sem discriminação e sem preconceitos vem emergindo de algumas décadas pra cá. Esta questão já era um dos pontos observados pelo Senhor Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação, através do ofício circular nº 277/MEC (ANEXO C), em 1996.

Ratificando a importância das Instituições de níveis superiores criarem políticas educacionais para os PCD's, tornando-se uma bandeira nos diversos movimentos sociais em defesa de uma sociedade mais inclusiva, o que faz pensar que tal paradigma é um dos maiores desafios a serem enfrentados pelas instituições educativas e sociais no contexto atual.

Isso porque, seguindo o raciocínio do autor Bianchetti (2008), no que incube à educação, caminhou-se para a homogeneidade até se chegar à ideia de heterogeneidade. Essa afirmação baseou-se nos estudo de Suchodolski (1976), elucidado no século XVI à pedagogia, que por sinal, era soberana e essencialista, concebendo que todos os homens eram iguais devendo ser tratados da mesma forma.

Na cultura dos greco-romanos em que a divisão de “classes” era taxativa, a homogeneidade nunca foi um problema, pois a maioria da *plebe* e escravos não questionava, acreditando que a situação era algo predestinado naturalmente, isso permaneceu até o fim da idade média Bianchetti (1998).

São notórias as significativas lutas de determinados grupos sociais pela busca de direitos, por conta dos elevados níveis de desigualdade sociais, dos conflitos e das injustiças, olhando em contexto mundial. É preciso quebrar os paradigmas enfrentados e questionar, destaca Portela (2014), quando fala de que nunca foi fácil romper barreiras de preconceitos seja aqui no Brasil ou em outro lugar.

Candau (2007) ainda destaca que esses movimentos sociais, que buscam denunciar as discriminações, injustiças e desigualdades aparecem de modo mais relevante nos setores da saúde, educação e do trabalho. Nas reivindicações dentro dos métodos educativos, são subentendidos de que os direitos do cidadão prevalecem os mesmos, no entanto, as circunstâncias para exercê-las são exageradamente desiguais.

O que torna evidente as propostas para se pensar em políticas públicas de educação inclusiva em um campo tão complexo e ao mesmo tempo desafiador. Para Azevedo (2004), é por meio das mobilizações sociais que existe a possibilidade de se buscar por “direitos iguais” na luta pela conquista dos direitos fundamentais. Na mesma esteira, Gomes e Oliveira (2012) ressaltam a necessidade da participação coletiva na formulação de políticas públicas e no engajamento dos movimentos sociais, vejamos:

[...] a ascensão de vozes, demandas e interesses daqueles que historicamente foram ou são excluídos do processo da formulação das políticas públicas. Não basta, evidentemente, que sejamos todos cidadãos políticos ativos; é importante que sejamos todos também ativos na formulação das políticas públicas, pois são elas que impactam de forma mais concretas nas condições que levam à transformação ou à conservação social. (GOMES; OLIVEIRA, 2012, p. 25).

É nessa percepção que destaca-se uma nova era que o mundo assiste na virada de paradigmas sobre a participação da sociedade, em especial, das pessoas com deficiência, na busca dos direitos e de melhores garantias, qualidades e condições de vida.

Diversos pesquisadores como Neri (1995), tem uma ampla militância discutindo a desigualdade social no Brasil, outros, como Barros (2010), Bravo (1976) tem vinculado essa luta também aos efeitos da globalização, da economia e não menos importante, das políticas internacionais, permitindo aos pesquisadores entenderem a inclusão nas avaliações das influencias internacionais.

Evidentemente que esses efeitos têm gerado crescimentos consideráveis de documentos internacionais, como por exemplo, o pacto sobre os Direitos das Pessoas com alguma Deficiência (ONU, 2006), publicada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2019 e gerando posteriormente a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de nº 13.146 (BRASIL, 2015), norteando as políticas públicas de inclusão, impondo, de certa forma, aos países premissas na busca por compromissos e mudanças da atualidade brasileira na busca por direitos fundamentais.

Assim, as políticas públicas inclusivas devem se respaldar em medidas, planos e programas efetivos, tanto nacionais como internacionais, podendo estas serem de médio ou longo prazo, tendo como base para a proteção, garantia e apoio aos direitos fundamentais, especialmente para as pessoas com deficiência que vivem em alguns casos, em profunda exclusão social no contexto da desigualdade.

Seguindo as premissas de Bobbio (2004), a luta não se traduz em apenas reconhecer os direitos fundamentais conquistados desde 1948, através a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas sim a constante luta e manutenção desses direitos, que é um dos maiores desafios da humanidade.

Dessa maneira, com base no entendimento e na expectativa de que cidadania vem firmada no paradigma da igualdade de direitos, como forma fundamental para uma sociedade mais justa, bem como pilar para os princípios de igualdade, liberdade diversidade e universalidade é que observam-se, a partir da última década, propostas mais efetivas de uma sociedade inclusiva (BRASIL, 2004c).

Logo, é fundamental compreender quais são as políticas públicas de educação inclusiva em documentos legais para se observar os avanços e os declínios presentes no sistema educativo. Observa-se que a história das políticas públicas de inclusão no País tonou-se contundente no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso e posteriormente, ao do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no período que vai de 1996 a 2010 (VEIGA-NETO; LOPES, 2007).

A partir da Constituição Federal de 1988, outros documentos, leis Federais, Municipais e Estaduais foram criadas, com o crivo de reforçar e discutir à educação,

em alguns casos, questões relacionadas à educação inclusiva. Na seara jurídica, a considerada mais importante foi a Lei n. 7.853 (BRASIL, 1989), que criou, através de política a inserção de Pessoa com Deficiência. Sua premissa era assegurar os direitos básicos das pessoas com deficiência, inclusive dos direitos a educação, garantindo, o acesso dos mesmos benefícios que era conferido aos demais educando, sendo passivo de penalidade aos estabelecimentos públicos ou privados, que se negassem matricular qualquer aluno com deficiência.

Em 1971, com a Lei nº 5.692, que definiu as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, geraram bastantes controvérsias, isso porque, segundo Denari (2006), as diretrizes propostas excluíram algumas doenças psicológicas, neurológicas graves e incluiu alunos do rol de “tratamento especial” junto com os que apresentavam defasagem de idade e de série, assim:

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (BRASIL, 1971).

No entanto, só depois de uma década com a aprovação do Decreto nº 3.298 (BRASIL, 1999) que se consolidaram as normas de proteção da Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência. Nela, a educação especial foi definida como uma modalidade de educação escolar a ser oferecida aos educandos com algum tipo de deficiência física, múltipla, visual, intelectual, entre outras, preferencialmente, nas redes escolares de ensino regular.

Outra, tão importante quanto, foi a Lei nº 8.069 (BRASIL, 1990), hoje substituída pela nº 13.257 (BRASIL, 2016), que regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com objetivo de trazer a proteção integral da criança e o adolescente, entre eles, os alunos com deficiência no atendimento especializado e com igualdade de acesso e permanência no ensino regular.

Embora as leis, já mencionadas aqui, foram aos olhos do pesquisador deste estudo, de suma importância para a difusão da educação inclusiva no Brasil, a que melhor discute a temática é a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN), de n. 9.394 (BRASIL, 1996). Ela veio ajustar o funcionamento das escolas, discutir a formação de professores, técnicos e especialistas, os recursos necessários

de materiais, financeiros e humanos para o desenvolvimento do ensino, debatendo as atribuições cabíveis à União, Estado e Municípios.

Na sua mais nova atualização, ela [a LDBEN] definiu a educação especial como uma modalidade de ensino, as especificidades de cada aluno com necessidades específicas no atendimento, bem como que o aluno só será encaminhado para serviços especializados em caso de “condições especiais” do educando. É memorável o fato de a LDB ter um capítulo dedicado à educação especial, isso significa um grande avanço em relação às legislações anteriores elucidadas até aqui.

Em 2004, veio a Lei nº 10.845 (BRASIL, 2004) que criou o programa de complementação para atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência. Esse Programa tinha como fator principal o dispositivo legal que permitia o repasse de recursos financeiros exclusivos à instituição privada sem fins lucrativos, desde que comprovado o número de educando com necessidades educacionais específicas. Isso porque, a LDB, ancorada na Constituição Federal garantiu que em casos extremos especiais, o atendimento desses alunados não sendo possível na sala regular, será assegurado o atendimento em uma instituição especializada, ficando estas respaldadas para receber subsídios, no intuito de atendimentos mais eficientes, igualitários, respeitando um dos princípios básicos dos direitos humanos:

[...] Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL,1996).

Ou seja, a LDBEN de 1996, nº 9.394 (BRASIL, 1996) já trazia no capítulo “do direito à educação e do dever de educar”, garantias em seu art. 4º à integração do direito educacional de todas as pessoas com deficiência, através de educação inclusiva, preferencialmente, em escola de ensino regular, como forma do mais pleno direito do indivíduo na sociedade.

Outro plano importante é o Plano Nacional de Educação (PNE), regido pela Lei nº 13.005 (BRASIL, 2014), de 25 de junho de 2014, cujo objetivo é traçar metas educacionais em até 10 anos, ou seja, até 2024. O PNE é uma série de medidas

que deverão ser adotadas, de forma gradual, ao longo de sua vigência. Tais ações tornou-se uma exigência, obrigando a União, o Distrito Federal, os Estados e Municípios, usá-la como referências em seus respectivos planos plurianuais.

Entre as suas vinte (20) metas, está a universalização da educação infantil e da pré-escola, a universalização ensino fundamental, oferecer educação em tempo integral nas escolas, valorizar os profissionais de magistérios da rede pública, garantir que os professores da educação básica tenham acesso à formação continuada, universalizar a educação para as pessoas com deficiência dos quatro aos dezessete anos, dando-lhe acesso à educação básica e ao atendimento especializado.

O PNE, por sua abrangência a nível nacional, requer um grande esforço coletivo por partes dos entes federativos, devendo, na medida necessária, adaptar suas políticas para que seja possível alcançar as metas pré-estabelecidas pelo plano. Claro que isso requer boa articulação e ações imbricadas por parte do ente gestor, mas, como diz Lima (2014, p.409) educar implica em “[...] provocar incômodos capazes de gerar transformações, também no plano das crenças e dos valores”.

Diante do exposto e do breve relato das políticas voltadas à educação inclusiva elucidada aqui, não se pode deixar de citar as políticas voltadas à acessibilidade nas edificações arquitetônicas, foco principal da temática deste pesquisador. Esses procedimentos são trazidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, como é o caso da NBR 9050 (ABNT, 2015), que passou por diversas atualizações, mantendo-se até então, na sua última atualização em 2015.

A NBR 9050, dita regras claras de acessibilidade arquitetônica dentro das edificações públicas ou privadas, nos espaços mobiliários e de equipamentos urbanos. A seguir, será descrito o seu percurso [NBR 9050], respectivos anos e datas de publicações.

A acessibilidade arquitetônica voltada para educação inclusiva deu seu passo inicial em 1985, com a Lei Federal de nº 7.405 (BRASIL, 1985), que obrigou a colocação do Símbolo Internacional de Acesso - SAI, nos locais em que as pessoas com deficiência têm acesso, em especial, os cadeirantes. Logo em seguida, em primeiro de setembro de 1985 veio a complementação e procedimentos para as adequações das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente.

Já em 10 de maio de 1988, em resposta os pedidos dos movimentos sociais por pessoas com deficiências, estabeleceu-se na Constituição Federal (BRASIL, 1988), nos seus artigos 5º e 244º que regulamentassem a questão de garantia à acessibilidade nos transportes e edificações públicas, sendo que em 24 de outubro de 1989 a Lei Federal nº 7.853 (BRASIL, 1989) transferiu a responsabilidade aos Estados e Municípios pela adoção de medidas que eliminem as barreiras de acesso nas edificações, espaços urbanos e transportes para as pessoas com deficiências.

Em 1994, mais precisamente em 30 de setembro, a NBR 9050 (1994) passou por mais uma atualização, trazendo ajustes nas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos, essas atualizações sofreram novas mudanças e em vinte de janeiro de 1998, a NBR 9050 (ABNT, 1998) trouxe procedimentos de adaptações em ônibus e trólebus³ para atendimentos urbanos e intermunicipais.

Já em 2001, creio que por necessidade de se expandirem alguns procedimentos da NBR 9050 (ABNT, 2015) para outras NBR's foram lançados padrões de segurança e saídas de emergências para sinalização dos espaços para os deficientes em outras normas, como é o caso NBR 9077 (ABNT, 2001), publicada em 30 de janeiro de 2002. A partir desta data, como citado anteriormente, diversas normas brasileiras de regulamentação passaram a incluir itens de acessibilidade arquitetônica e mobilidade reduzida.

Contudo, aqui no Brasil, só passou a ser obrigatório nos espaços públicos ou privados, com o Decreto Federal nº 5.296 (CREA, 2004) que regulamentou a Lei Federal de nº 10.048 (BRASIL, 2000), passando a ser taxativa a inclusão de adaptações e de espaço mais acessíveis. Com isso, em 20 de abril de 2005, a NBR 9050 (ABNT, 2005) passou a exigir ambientes adaptados e acessíveis em todos os autoatendimentos bancários.

Ainda em 2005, com a NBR 15290 (ABNT, 2005), passou-se a exigir acessibilidade em ambientes de comunicação e televisão, como por exemplo, a audiodescrição e a língua de sinais. No mesmo ano, surgiu a NBR 15320 (ABNT, 2005) que regulamentou a acessibilidade para as pessoas com deficiência nos transportes coletivos, em seguida, com a NBR 15450 (ABNT, 2006) nos transportes aquaviário.

³ Trólebus, também conhecido como trólei, é um tipo de ônibus elétrico alimentado por uma catenária entre dois cabos superiores, criado nos meados de 1882 por o Ernst Werner Von Siemens, na Suíça. (GRANVILLE, 2014).

Os elevadores comerciais e de passageiro só vieram em agosto de 2007 com a NBR NM313 (ABNT, 2007), trazendo especificações de acessibilidade para as pessoas deficientes cadeirantes.

Apesar de todas as NBR's serem importantes, passo fundamental para o olhar inclusivo, apresentando grandes mudanças, foi a NBR 9050 de primeiro de setembro de 2015 (ABNT, 2015), porque trouxe diversos critérios de acessibilidade nas edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, para as pessoas com deficiência, com dificuldade de locomoção, gestantes, idosos e obesos, seguindo o conceito de desenho universal.

Por último, e não menos importante, veio o Decreto nº 9.296 (BRASIL, 2018) determinando a implantação de acessibilidade nos projetos arquitetônicos de hotéis, pousadas e estruturas similares, devendo estes, atenderem o princípio do desenho universal, presentes NBR 9050 (ABNT, 2020).

Como se pode observar, desde 1985 que o Brasil caminha com temas relacionados à área de acessibilidade, sejam elas arquitetônicas ou não, buscando fortalecer as políticas de educação inclusiva.

Só com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu como um dos princípios para o ensino, o acesso à permanência e à igualdade de condições, afirmando que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, é que diversas instituições, vêm tentando, ainda que, de forma acanhada, reajustar suas estruturas arquitetônicas favorecendo as condições de acesso à inclusão.

Destaca-se que, as diversas atualizações das leis acima representam um avanço significativo na questão da acessibilidade absoluta, mas, ainda há muito trabalho a ser feito para que se concretize a inclusão da pessoa com deficiência, considerando que existe uma discrepância muito grande entre as diversas regiões do país, visto que os direitos das pessoas com deficiências ainda aparenta caminhar em passos tímidos.

Por isso, a importância de se criar um instrumento necessário para a unidade, possibilitando um melhor planejamento e execução dos processos de acessibilidade arquitetônica dentro da infraestrutura do IFBaiano – *Campus Alagoinhas*, além de o *campus* poder garantir os direitos mínimos de “ir e vim” dos PCD's, dando a oportunidade de usufruírem dos mesmos espaços de uma pessoa sem necessidade específicas.

Logo, é necessário conhecer os aspectos conceituais da acessibilidade, adentrando nos tipos de deficiências, trazendo elementos norteadores dos direitos históricos das pessoas com deficiência e as dimensões das barreiras elencadas por Sasaki (2010). É o que se propõe na leitura da próxima seção.

3.1 OS ASPECTOS CONCEITUAIS DA ACESSIBILIDADE

A magnitude da explanação acerca dos aspectos da acessibilidade tem uma caracterização ampla pelo grande percentual de brasileiros com deficiência, apontado pelo censo demográfico do IBGE de 2010, no qual este destaca que um quarto da população brasileira, em torno de 47,8 milhões, possui pelo menos um tipo de deficiência, seja ela auditiva, visual, física, sensorial e/ou intelectual. Para assegurar esse direito histórico, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (BRASIL, 1948), aprovada em 1948 em assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU) serviu de base para garantir os direitos daqueles com deficiência, trazendo em seu art. 1º que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (BRASIL, 1985).

Seguindo tal premissa, o Brasil na época, criou leis e mecanismo com o intuito de assegurar e defender os direitos das pessoas com deficiência, adentrando nas condições da acessibilidade. Essa transformação do reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência veio com a publicização da Emenda Constitucional nº 12, de 17/10/1978 (BRASIL, 1978).

Tal Emenda Constitucional garantiu melhorias de suas condições socioeconômicas, mediante as condições especiais e gratuitas, a reabilitação, a assistência, a inclusão na vida econômica e social e a proibição de discriminação e acesso aos edifícios e logradouros públicos (BRASIL, 1978). A Lei Federal de nº 7.405, de 12 de novembro de 1985 (BRASIL, 1985), também trouxe em seu art. 1º o apoio com a obrigatoriedade do uso do Símbolo Internacional de Acesso (SIA).

Art. 1º. É obrigatória a colocação, de forma visível, do “Símbolo Internacional de Acesso”, em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso (BRASIL, 1985).

Figura 03 – Símbolo Internacional de Acesso



Fonte: NBR9050 (ABNT, 2004)

Isso teve como finalidade garantir e agregar os Pessoas com Deficiências (PCD's), no contexto econômico e social, a Constituição Federal da República do Brasil, em 1988, mais precisamente em 5 de Outubro (BRASIL, 1988), trouxe no art. 244 a obrigatoriedade de adaptação dos logradouros e dos edifícios de uso público e no art. 205 define a “educação como um direito de todos” sendo um dever do Estado e da família.

Já o art. 206, inciso I, estabeleceu a igualdade de condições de permanência e acesso nas escolas, ou seja, as estruturas físicas arquitetônicas de órgãos públicos e privados devem estar aptos para receber e atender as necessidades dos usuários, com algum tipo de limitação, seja elas físicas ou não.

Diante dessa realidade, há a necessidade de reforçar nas discussões de âmbito escolar, eventos e congressos vinculados à educação inclusiva o acesso das pessoas com deficiências, tanto no meio acadêmico, quanto social. Assim, com as limitações motoras e/ou físicas, a acessibilidade como pode se observar, é uma velha discussão e reivindicação de grande visibilidade nos congressos de educação inclusiva, em organizações não governamentais (ONG's) que defendem tal temática e por diversos entes governamentais, como por exemplo, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Controladoria Geral da União.

Em outrora, alguns movimentos defendiam que pessoas com deficiência deveriam se reabilitar da melhor forma possível, esquecendo o direito constitucional de “ir e vir”, dando pouca importância para acessibilidade. Hoje, na sociedade, os

movimentos sociais buscam por atitude, onde ratifica que é seu dever se readequar para atender à diversidade e à inclusão.

Autores como Santos, Santos e Ribas (2005) afirmam que a acessibilidade engloba vários aspectos, como a saúde, o emprego, a reabilitação e a educação, como os espaços urbanos e edificados, que devem receber a pessoa com alguma deficiência, livre de barreiras arquitetônicas e urbanas.

Já Azevedo (2003) afirma que ser acessível é a condição que cumpre um ambiente, espaço ou objeto, devendo ser utilizado por todos. Logo, prever acessibilidade nos projetos arquitetônicos de qualquer cidade, significa garantir o direito de “ir e vir de todos” sem nenhuma distinção. Essa garantia é parte de inúmeros documentos, tanto nacionais, como internacionais, que preconizam melhores qualidades de vida aos PCD's, bem como a eliminação de barreiras de transporte, arquitetônicas e urbanas.

A Lei Brasileira de Inclusão n. 13.146 de 2015 (BRASIL, 2015), publicada em 06 de Julho de 2015, também estabeleceu procedimentos para a acessibilidade. No seu o artigo 10º estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias públicas, nas construções, nos mobiliários e nos meios de transportes, através de desenho universal. Um ambiente acessível atende, conseqüentemente, uma variedade de necessidades dos usuários, tornando possível maior independência e autonomia.

Com o advento dos direitos das pessoas com deficiência, através das Organizações das Nações Unidas - ONU e da inclusão na LBI (BRASIL, 2015) surgiu a necessidade de trazer um novo modelo para classificar a deficiência e seu grau de funcionalidade, sendo necessária a sua avaliação para implementação de políticas públicas brasileiras, como por exemplo, isenção de IOF, cotas no serviço público, passe-livre interestadual e vagas para estacionar.

Essa avaliação delimitou que, a partir de 2018, seria inevitável utilizar a abordagem biopsicossocial. Assim, quando necessário, serão realizados por uma equipe multiprofissional (médicos, psicólogos e assistentes sociais), sendo insuficiente apenas o médico clínico, que levaria em consideração os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores psicológicos e pessoais, as limitações no desempenho de suas atividades.

A deficiência é uma definição complexa que distingue o corpo com a lesão, mas também denuncia o opressor, que é a estrutura social que a pessoa com deficiência passa a ser excluída da sociedade (DINIZ, 2007).

Isso porque diversas concepções influenciaram e influenciam até hoje o modo como o deficiente é tratado pela sociedade e nem sempre essas percepções foram exigidas da sociedade por mudanças (LOPES, 2006).

Nesse sentido, diversos modelos foram adotados para classificar a deficiência, como destaca Santos (2010), trazendo o modelo biomédico do século XX, que descreve a deficiência quando um corpo com impedimentos físicos, restrições e incapacidade cognitivas ascendiam ao nível de corpo deficiente, essenciais para o controle de sua cura. Esse modelo teve como base as expectativas biomédicas do que é “normal” cravado em definições biológicas de comportamento.

Essa teoria classificava a deficiência como consequência de uma lesão direta, na qual as expressões são limitações no modo com que a pessoa atua, longe do considerado “normal”. Ou seja, a deficiência era uma característica, um atributo do indivíduo, causada por saúde, trauma e doença, que requeria algum tipo de intervenção profissional para “compensar” ou “corrigir” um problema.

Do outro lado, no modelo social, que veio à tona no Reino Unido nos meados dos anos de 1960, causando uma reviravolta nos tradicionais modelos de deficiência, uma vez que aqueles impedimentos advindos da deficiência ultrapassam a esfera da patologia e atinge o universo social, ou seja, apontava para a sociedade as falhas estruturais, atitudinais e culturais que criam barreiras que não permitem às pessoas com deficiência desenvolverem suas capacidades, avocando uma dimensão social que a levava para exclusão (SANTOS, 2010).

Assim, observa-se que o modelo de avaliação social foi insuficiente na biomedicina, visto que não houve efetividade de melhorias e de bem-estar para os PCD's, transferindo a responsabilidade das estruturas sociais a todas as pessoas independentemente de qual diversidade corporal apresentam (DINIZ, 2007).

Todos esses modelos, com exceção do biopsicossocial, mostraram-se insuficientes ao longo do tempo na busca de uma avaliação adequada, equilibrada da deficiência. Logo, compreende-se que o conjunto das normas que norteiam os direitos da pessoa com deficiência que conclama a deficiência ser um conceito em constante progresso.

Por esse motivo a LBI (BRASIL, 2015) complementou e definiu, que quando necessário a deficiência seria avaliada pelo modelo biopsicossocial.

A LBI ampliou o conceito e estabeleceu critérios menos rígidos, considerando as pessoas com deficiência àquelas com impedimentos de natureza intelectual, sensorial, física e mental de longo prazo que pode limitar a sua convivência. Assim, quando necessário uma avaliação da deficiência, essa, deverá ser biopsicossocial devendo considerar não apenas os fatores socioeconômicos, mas também os pessoais e os psicológicos.

Como se percebe, essa perspectiva tem se afirmado gradativamente e proporciona uma visão integral do ser, compreendendo suas dimensões físicas, psicológicas e sociais. Essa visão se insere sob a ótica de que todo indivíduo é um complexo-psicossomático composto de capacidades psicológicas, biológicas e sociais, que responde de forma simultânea às condições da vida, fatos esses, que influenciam e colaboram para a formação do ser humano (LIMONGI-FRANÇA, 1996).

Ainda, Limongi-França (1996) destaca que os níveis biológicos estão agregados às características de condições físicas do ser humano, contraídas ao longo da vida ou herdadas quando o seu nascimento. Nessas proporções, estão inseridas as fragilidades, o metabolismo e as resistências adquiridas desse ser humano.

Já para o nível psicológico, estão relacionados ao interior do indivíduo levando em conta as frustrações e as emoções, os processos afetivos e de raciocínio, fatos estes que ajudam para a formação da personalidade e intervêm no estilo cognitivo, na maneira de tomar uma atitude diante das circunstâncias de vida e perante os seus semelhantes. Simultaneamente, o nível social se incorpora a um conjunto de valores, de costumes e de crenças, a relação e o papel da família, no trabalho e no ambiente em que vive, entrelaçados ao papel que cada ser humano desempenha na sociedade.

Diante desse modelo extensivo de avaliação que considera todos os aspectos do indivíduo, as pessoas com deficiência terão procedimentos mais justos, mais eficazes e adequados para o reconhecimento de sua deficiência, seguindo a combinação de elementos com as demais proposições trazidas pela LBI (BRASIL, 2015), colaborando com a inclusão social e humana dessa significativa parcela da população.

Assim, entende esse pesquisador que o modelo biopsicossocial poderá investigar mais de próximo o estudo da causa, a progressão ou diminuição da doença, buscando elementos para o tratamento de forma mais efetivo, gerando uma maior proteção dos direitos do usuário, em iguais condições com os demais cidadãos, efetivando o reconhecimento da deficiência e realizando procedimentos mais justos.

3.2. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E SUAS DIMENSÕES

Como já discutido até aqui, existem imensuráveis barreiras que impedem que a educação inclusiva se torne realidade no cotidiano das instituições de ensino; algumas bastante expressivas, e têm sido exaustivamente apontadas na literatura, como, por exemplo: falta de espaço adequado, problemas estruturais, equipamentos e mobiliários fora das normas existentes.

Ao abordar tal temática, compreende-se que a acessibilidade arquitetônica, se não for, é um dos principais requisitos para a inclusão, já que ela garante a possibilidade de que todos cheguem a qualquer lugar, circule nos espaços, utilize-se do que está disponível. A acessibilidade arquitetônica significa dar condições e possibilitar a todos a garantia de direitos, a fim de que possa viver, acima de tudo com hombridade e dignidade.

Evidentemente, o livre acesso aos espaços, sejam eles público ou privado, desempenham um papel crucial na vida das crianças, jovens e idosos, pois possuem valores sociais essenciais em seu desenvolvimento.

Segundo a percepção de Fortuna (2009), as promoções do acesso a instalações físicas reportam para situações do dia-a-dia, trazendo benefícios a todos que utilizam dos serviços, principalmente as pessoas com deficiências, cadeirantes, pessoas com mobilidade reduzida e todas aquelas que por alguma razão, definitiva ou temporariamente, veem limitada sua capacidade de acesso e deslocamento.

Já para Sassaki (2010), a acessibilidade deve ser tratada em 06 (seis), tipos de dimensões diferentes, cujo modelo será apresentado a seguir:

Figura 04 – Dimensões da acessibilidade



Fonte: Adaptada pelo autor (SASSAKI, 2009)

A **arquitetônica** – esta acessibilidade significa que não há barreiras em ambientes físicos, residenciais, espaços urbanos e edifícios; a **comunicacional** – define a acessibilidade na qual se dá sem barreira na comunicação interpessoal, língua de sinais, escrita incluindo texto em *braille*; a **metodológica** – que é sem barreiras nas técnicas e nos métodos de estudos, de trabalho profissional e de ações comunitária; a acessibilidade **instrumental** – define sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e recreação, como por exemplo: nos estudos, o aluno deve ter caneta, lápis, material pedagógico; a **programática** – são barreiras que perpetuam a exclusão, agregadas em políticas públicas (leis, decretos e portarias), de formas invisíveis ou quando deixam de ser obedecidas e a acessibilidade; a **atitudinal** – que é a acessibilidade sem preconceitos em relação a pessoas em geral, manifestarmos qualquer atitude de forma discriminatória.

Das barreiras elencadas por Sasaki (2010), entende-se a atitudinal ser a mais importante, visto que impulsiona a refletir sobre nossas atitudes diante de nós mesmos e do outro, evitando preconceitos, estereótipos que produzem a discriminação.

Lima (2005) esclarece que uma consciência inclusiva, com ausência da prática exclusiva, seja ela de conceitos, atitudes e valores, com base no respeito e suas

qualidades, só agrega e fortalece o reconhecimento e aceitação da diversidade humana.

Entende-se que esse é o caminho em prol da defesa de direitos e condições iguais para todos (as) e em a favor da dignidade humana. Nessa perspectiva, as ações apresentam dispositivos que são expostos através de comportamentos, em respeito à diversidade humana, em busca da igualdade para todos, respeitando a dignidade da pessoa humana.

Para Klausmeier e Goodwin (1977, p. 417), “[...] se um indivíduo possui uma atitude favorável em relação a alguma coisa, irá se aproximar dela e defendê-la, enquanto aquele que tem uma atitude desfavorável irá evitá-la”. As barreiras atitudinais se propagam na sociedade sob a forma de esquecimento, ignorância e discriminação, fortalecendo a exclusão social das pessoas com algum tipo de deficiência. E a materialização desse acesso, que pode representar um obstáculo, diante da criação de uma consciência mais humanista inclusiva.

Sasaki (2010) ainda evidencia que a acessibilidade de pessoas com deficiência ultrapassa o acesso físico, comunicacional, pedagógico, dentre outras formas de oportunizar o contato entre os sujeitos. Logo, a acessibilidade deve estar agregada ao conjunto de ações e comportamentos, que visem garantir a autonomia, segurança, acesso, compreensão e a circulação de todos os indivíduos, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.

Nesse aspecto, Mazzoni (2003, p. 94) em estudo realizado sobre pessoas com limitações de locomoção observa que “[...] as barreiras arquitetônicas e urbanísticas são os principais obstáculos a serem superados no espaço físico e se defrontam também com situações de acessibilidade nas quais, aparentemente, tentou-se resolver o problema, mas de forma insatisfatória”. A chamada acessibilidade tem sido muito comum em edifícios, seja por construções de rampas ou instalação de corrimãos, quando a obra passa a ser considerada “acessível”.

O autor alerta que ao se buscar eliminar barreiras físicas para o acesso de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, as construções/reformas não podem dificultar a vida dos demais usuários (MAZZONI, 2003).

Outro ponto importante a se destacar é o conceito de rota acessível, elencada na NBR 9050 (ABNT, 1994), que consiste em um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado que conecta os ambientes, espaços e edificações, e que pode ser utilizada, de forma autônoma e segura, por todas as pessoas, inclusive pelos PCDs.

A rota acessível na parte externa pode incorporar estacionamentos, faixas, caçadas rebaixadas, rampas e etc. Já a rota acessível interna pode incorporar corredores, rampas, pisos, escadas, entre outros.

Já o desenho universal foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1985, pelo arquiteto Ron Mace, que trouxe influencia na quebra de paradigma nos novos projetos urbanos, inclusive produtos, esse conceito partiu de diversas reivindicações sociais. A primeira, das PCDs que não se sentiam contemplados nos espaços projetados/construídos e a segunda, dos engenheiros, arquitetos, urbanistas e designers.

Nesse sentido, faz-se necessário refletir que cada elemento do espaço deve ser observado individual e coletivamente para que a facilidade de uns não se torne a barreira de outros, lembrando, que a acessibilidade não é privilégio das pessoas com deficiência e sim uma obrigação (FORTUNA, 2009). O espaço físico idealizado para uma pessoa que se desloca com uma bengala não é o mesmo daquele que utiliza uma cadeira de rodas, por exemplo.

Seguindo a reflexão de Mahl (2016), um espaço que pretende ser inclusivo é primordial à quebra de costumes entranhados na cultura da diversidade, não apenas por aqueles que são deficientes, mas por todos, inclusive por aqueles que permeiam as funções administrativas de Estados, conferidas às autoridades competentes administrativas, conhecidas como gestores.

Portanto, os espaços devem ser pensados individualmente e de forma coletivamente, observando a relação de cada sujeito no mesmo espaço, analisando seus diversos aspectos para não criar um mundo à parte, deslocado do todo coletivo.

Desse modo, observa-se que a sociedade cria problemas para as pessoas com deficiência, causando-lhes incapacidade (com desvantagem) no desempenho de papéis sociais em virtude de ambientes restritivos, através de práticas discriminatórias (SASSAKI, 2010).

No paradigma inclusivo, cabe falar em espaços que pensem em equiparação de oportunidades, ou seja, em construções que busquem agregar a maior gama antropométrica possível; de uma inclusão bilateral, da pessoa com ou sem deficiência.

Nessa perspectiva e analisando que cada elemento do espaço deve ser observado individual e coletivamente para que a facilidade de uns não se torne a

barreira de outros, é que se ratifica a importância desse trabalho com proposta de reestruturação dos espaços arquitetônicos do IFBaiano – *Campus Alagoinhas* e a possibilidade de utilização nos demais *campi*, através do guia digital de acessibilidade arquitetônica possibilitando instrumentos necessários para um melhor planejamento nos processos de acessibilidade arquitetônica.

A próxima seção destina-se a apresentação da metodologia Avaliação Pós-Ocupação (APO), trazendo elementos norteadores para a sua aplicação, o tipo de estudo, além das formas de coleta de dados.

4. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

É notório que qualquer trabalho de cunho científico exige métodos adequados que venham trazer objetivos, auxiliando a devida compreensão e comprovação científica. Nessa seção será apresentada a abordagem metodológica da pesquisa, suas delimitações, os sujeitos pesquisados: alunos, docentes e técnico-administrativos, o lócus e o caminho percorrido até a análise dos dados.

4.1. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa científica é uma atividade humana, cujo sua finalidade é conhecer e explicar os fenômenos, fornecendo questões e respostas relevantes para a compreensão da natureza.

Seguindo a definição de Gil (2002), quando classifica e explica a pesquisa, de acordo com os seus respectivos objetivos, entende-se que esta pesquisa tem natureza exploratória, por buscar conhecer o fenômeno com mais profundidade, considerando que não foram encontrados estudos que pudessem subsidiar o problema aqui proposto.

Do ponto de vista de abordagem de pesquisa, este estudo enquadra-se na pesquisa de cunho qualitativo, que seguindo a premissa de Gil (2002), é quando qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Também, esse estudo caracteriza-se como descritivo, uma vez que sua forma de abordagem descreve características de fenômenos ou populações, conceito esse, que se

adequa com a presente investigação, visto que nos propomos a descrever as condições de acessibilidade arquitetônica dentro do IFBaiano – *Campus* Alagoinhas/BA.

Este trabalho teve como eixo norteador, analisar se o espaço arquitetônico do IFBaiano – *Campus* Alagoinhas está estruturado para garantir a acessibilidade física dos seus alunos, docentes e técnico-administrativos com necessidades específicas.

O lócus de realização da pesquisa foi o IFBaiano, no *campus* de Alagoinhas/BA, que foi criado pela portaria de autorização nº 378/2016, e oferece atualmente os cursos: técnico integrado ao ensino médio em agroecologia, o curso pós médio técnico subsequente em agroindústria, os cursos técnicos subsequentes em EAD, como Didática e Multimeios, Secretaria Escolar e Vendas, além de uma pós graduação *lato senso*, em ensino de ciências naturais e matemática.

O IFBaiano – *Campus* Alagoinhas, também fornece cursos de curta duração, como os cursos de doces e conservas, redação oficial, preparador de hambúrguer, pães e baguetes, pizzas e panetones, solos, agricultura orgânica, produção de hortaliças, entre diversos outros.

Os sujeitos da pesquisa foram 01(um) docente, 11 (onze) discentes, 01 (um) técnico-administrativo e 01 (um) engenheiro civil, que frequentam os espaços da unidade diariamente, conhecendo suas limitações e sugerindo o que precisa ser melhorados da sua estrutura arquitetônica.

Sobre os discentes, foram entrevistados 02 (dois) alunos do curso subsequente em agroindústria, e ainda, 09 (nove) alunos do projeto “Mãos que Ensinam”, que é uma Instituição sem fins lucrativos que utiliza os espaços da unidade, ministrando aulas para alunos com deficiência.

O projeto “Mãos que Ensinam” capta jovens com alguma deficiência, oferece cursos e busca inseri-los como primeiro emprego no mercado de trabalho. Os cursos ofertados pelo projeto dentro dos espaços do IFBaiano – *Campus* Alagoinhas foram: auxiliar administrativo, auxiliar de recursos humanos, empreendedorismo, e em 2020, o curso de composto orgânico.

Já no que diz respeito aos convites para participar da entrevista, houve aceite de 01 (um) servidor professor, 01 (um) servidor técnico administrativo, 09 (nove) alunos do projeto “Mãos que Ensinam” e 02 (dois) alunos do curso subsequente em agroindústria, totalizando, 13 (treze) pessoas entrevistadas.

Cabe destacar, que o critério para a seleção dos sujeitos, baseou-se em visualmente, demonstrar ter alguma deficiência física e/ou mobilidade reduzida, foco principal desse trabalho.

Os instrumentos para a coleta de dados foram às entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE A e B), os registros fotográficos dos espaços internos do *campus* e as plantas baixas, “*as built*”, utilizando a metodologia de Avaliação Pós-Ocupação, da qual trataremos adiante.

A APO diz respeito a uma série de técnicas e métodos que diagnosticam fatores positivos e negativos do ambiente no decorrer do uso, a partir da análise de sua infraestrutura física, fatores estéticos, funcionais, comportamentais e de acessibilidade, levando em consideração as observações e o ponto de vista dos usuários (ROMÉRO; ORNSTEIN, 2003).

Isso significa dizer que a metodologia proposta nesse trabalho se enquadra na APO - Avaliação Pós-Ocupação, uma vez que propomos analisar se o espaço arquitetônico do IFBaiano – *Campus* Alagoinhas, está estruturado para garantir a acessibilidade física dos seus alunos, docentes e técnico-administrativos com necessidades específicas, justificando sua relevância e importância, permitindo conhecer melhor os pontos positivos e os que precisam ser melhorados na infraestrutura, relatadas pelos frequentadores do espaço.

Para isso, o investigador teve o apoio técnico de 01 (um) engenheiro civil⁴, em conjunto com 01 (um) cadista⁵, buscando primar pela qualidade do trabalho, sendo auxiliado na parte técnica, ou seja, o engenheiro civil observou as fotos do antes e depois do espaço do IFBaiano, o projeto, as observações dos sujeitos e emitiu seu parecer técnico, seguindo as especificações técnicas, trazidas pela NBR 9050 (ABNT, 2015).

Posterior a isso, considerando o parecer do engenheiro civil, o profissional em desenho (cadista) fez a planta baixa ilustrando como aquele espaço deveria ficar levando em consideração não só o parecer do engenheiro e sua entrevista, mas também a análise *walkthrough*⁶ e os resultados propostos nas entrevistas

⁴Optou-se por um colaborador com formação em engenharia civil, por ser do IFBaiano – *Campus* Catu e por trabalhar com a norma NBR 9050 no IFBaiano, além de ser um dos fiscais da obra, quando em construção no *campus* de Alagoinhas.

⁵Já a profissional cadista, deu-se por indicação e por trabalhar com projetos arquitetônicos em toda a região de Alagoinhas/BA.

⁶A análise *walkthrough* é uma técnica que consiste em percorrer todo um espaço, munido de plantas, acompanhado ou não por usuários.

semiestruturadas, realizadas com os discentes, docentes e demais servidores que apresentam alguma deficiência física ou dificuldade de locomoção no IFBaiano, que destacaram as barreiras e obstáculos enfrentados pelos usuários naqueles locais mapeados.

4.1.1 Sobre a metodologia de Avaliação Pós – Ocupação, a APO

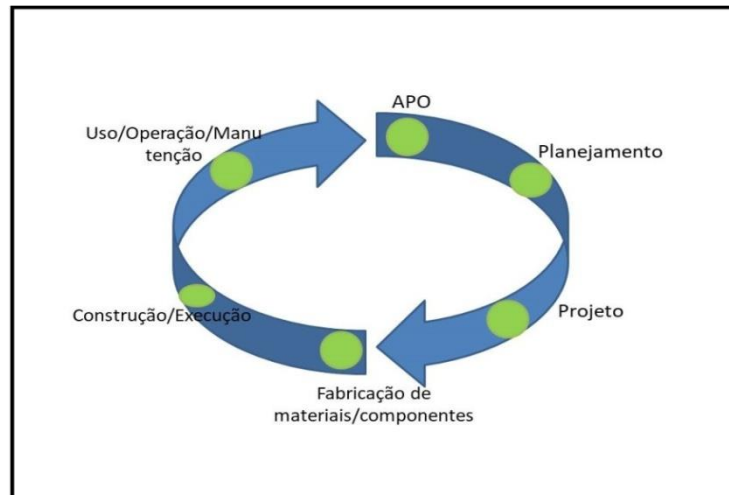
De acordo com Ornstein e Roméro (1992), a metodologia da Avaliação Pós-Ocupação, a APO⁷ é um conjunto de métodos para a avaliação de desempenho de ambientes construídos, sejam estes públicos ou privados, levando em consideração não somente o ponto de vista dos especialistas, mas também a satisfação, opinião, conforto, funcionalidade e acessibilidade ao [ponto de vista] dos usuários.

Heingantz, Azevedo, Brasileiro, Alcantara e Queiroz (2009) destacam que essa avaliação vem sendo aplicada em diversos países desenvolvidos há mais de 40 anos, como: EUA, França, Japão, Grã-Bretanha, Nova Zelândia, ganhando força no Brasil pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, desde 1984.

Ornstein e Roméro (1992) reforçam que a APO consiste em diagnósticos precisos e completos sobre os aspectos positivos e negativos encontrados em ambientes construídos, recomendando possíveis intervenções em edifícios (escolar ou não) avaliados, como também para futuros projetos semelhantes, definindo um ciclo realimentador construtivo da qualidade dos espaços utilizados pelos usuários conforme figura 05.

Figura 05 – Ciclo realimentador da APO

⁷ A APO segue critérios obrigatórios trazidos pela norma ABNT, que determina o desempenho, qualidade, conforto, acessibilidade e segurança na construção e/ou reforma dos edifícios, por isso sua abordagem conceitual é um dos pilares para ambientes arquitetônicos, trazendo diversos requisitos de desempenho a serem atendidos, em função das suas características de uso de cada tipo de ocupação (ONO; ORNSTEIN; LOPES; GALVÃO, 2015).



Fonte: Adaptado pelo autor (ORNSTEIN; RÓMERO, 2003)

Logo, a APO molda-se perfeitamente com a proposta desse trabalho, uma vez que tal metodologia permitirá trazer diagnósticos precisos ao analisar se o espaço arquitetônico do IFBaiano – *Campus* de Alagoinhas está estruturado para garantir a acessibilidade física dos seus alunos, docentes e técnico-administrativos com necessidades específicas, através das suas diversas técnicas que passa a a ser elencadas a seguir.

Existem diversos tipos de APO's, frisa Ornstein e Roméro (2003), como a **APO funcional** – que analisa o empenho dos edifícios, sob o ponto de vista da adequação funcional do pesquisador e da adequação e satisfação do usuário; a **APO do sistema construtivo** – que o pesquisador avalia os aspectos técnicos e construtivos referentes ao sistema e instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e de equipamentos de prevenção contra incêndio do edifício; a **APO conforto ambiental** onde se avalia a ventilação e iluminação, conforto hidrotérmico e acústico; a **APO Econômica** – em que se avalia por meio de variáveis e propostas desenvolvidas o custo de intervenções necessárias priorizadas pelo pesquisador e pelo usuário. A avaliação do usuário é feita identificando sua satisfação em relação aos espaços, o que Ornstein e Roméro (2003) definem como avaliação comportamental.

Esse trabalho, por sua vez, está caracterizado como APO funcional, considerando que será analisada a estrutura arquitetônica do IFBaiano, *campus* Alagoinhas, do ponto de vista dos usuários, considerando os aspectos de adequação e acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou dificuldade de locomoção.

O nível de satisfação relativo ao desempenho do ambiente físico é um fator importantíssimo, uma vez que já existem pesquisas que correlacionam sentimentos de satisfação com aumento de produtividade em várias atividades, satisfação nos serviços prestados e oferecidos e outros (KOWALTOWSKI, 1980).

Nesse contexto, a metodologia de APO é um instrumento importantíssimo de análise arquitetônica, pois destaca o protagonismo dos usuários, por meio da identificação das barreiras arquitetônicas presentes e das reais necessidades dos ocupantes com dificuldades de apropriação do espaço construído.

Para a realização da pesquisa de Avaliação Pós Ocupação (APO), inicialmente foi necessária uma revisão bibliográfica gerando dados para o referencial teórico fundamentando a pesquisa, aliada ao estudo exploratório, a partir de observações sistemáticas, entrevista semiestruturada, na qual foi feita utilizando visitas nos espaços dos usuários, mapeando toda a estrutura interna e externa da unidade do *campus*.

Nessa fase, a relação ambiente-tarefa-homem foi analisada e registrada, através de fotografias para subsidiar as avaliações preliminares que auxiliarão a identificação dos problemas. Paralelo a isso, utilizou-se também “*as built*”, que é a análise do projeto arquitetônico e suas configurações atuais, com a utilização do método *walkthrough*.

Compreendendo a leitura de Rheingantz, Azevedo, Brasileiro, Alcantara e Queiroz (2007), o método *Walkthrough* permite a visita dos avaliadores, engenheiro civil e do pesquisador, a cada um dos ambientes de estudo, o qual poderá ser ou não acompanhado por usuários, efetuando registros, fotos e comentários a respeito do local.

A análise *walkthrough* pode acompanhar entrevistas em um determinado percurso com observação a “olho nu”, dos aspectos técnicos, estéticos, físicos e funcionais do ambiente. Para tanto, a observação a “olho nu”, envolve várias técnicas de registros, como: fichas, croquis, fotografias, *checklists*, dentre diversas outras.

Nessa pesquisa, em especial, foi utilizada a análise *walkthrough* sem o acompanhamento do usuário, realizando por meio do levantamento do projeto arquitetônico – “*as built*”, comparando com as fotografias (antes e depois) do espaço atual, sugerindo melhorias de acessibilidade nos espaços com o novo projeto arquitetônico - “*as built*” que foi projetado, verificando as estritas observâncias da

norma NBR 9050 (ABNT, 2015), levando em consideração as barreiras e obstáculos enfrentados pelos usuários naquele local.

4.1.2 Sobre a realização das entrevistas

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada com a comunidade interna alunos, docentes e técnico-administrativos, entre os meses de março, abril e maio de 2020, distribuídos nas seguintes fases: convite através de telefone ou pessoalmente para o público que, visualmente, apresentava alguma limitação, seja ela física ou de mobilidade. Expliquei os objetivos da pesquisa; solicitei concordância por meio de termo de consentimento (APÊNDICE C); bem como, marquei local e data para a realização da entrevista.

Cabe esclarecer que a obtenção das informações demandou do pesquisador persistência, considerando que o IFBaiano não estava em funcionamento devido a Pandemia do coronavírus⁸ (COVID-19), a qual se alastrou por todo o mundo, impondo o isolamento social. Diante disso, foi necessário conseguir alguns contatos (via telefone) com outras pessoas que possuíam relações com esses discentes e/ou servidores. O vínculo empregatício desse pesquisador com a Instituição de ensino facilitou o acesso, ao diálogo e a interação com os sujeitos participantes dessa pesquisa.

As entrevistas foram realizadas em diferentes locais (residência, locais públicos), sendo estas gravadas por meio de equipamento eletrônico. No convite, houve aceite de 01 (um) servidor professor, 01 (um) servidor técnico, 09 (nove) alunos do projeto “Mãos que Ensinam” e 02 (dois) alunos do curso subsequente em agroindústria, com idade entre 18 e 55 anos.

Ressalta-se que todos os sujeitos demonstraram disponibilidade para colaborar com a pesquisa, ainda que, fosse necessário, em alguns casos, insistir para obter os dados, isso porque, notou-se, por partes de alguns entrevistados a dificuldade em compreender a temática proposta de acessibilidade arquitetônica.

Durante a realização das entrevistas (quadro 03), tiveram algumas que foram bastante desafiadoras, pois percebemos que muitos dos alunos não conseguiam

⁸O covid-19 é uma variação de vírus da família coronavírus identificado em meados 1960. A doença foi originada na China segundo a OMS - Organização Mundial de Saúde e ainda não está claro de como ocorreu a mutação e o que permitiu o surgimento do vírus. (<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticias/2020/02/27/origem.ghtml>)

compreender o tema proposto, outros, não sabiam do que se tratava, então, coube a este pesquisador motivá-los, dando-lhe explicações sobre o tema, buscando esclarecer as dúvidas.

As entrevistas tiveram como foco principal investigar a percepção da comunidade interna (alunos, discentes e técnicos administrativos) sobre a acessibilidade arquitetônica dentro da Instituição, a avaliação da estrutura física, além da opinião desses sujeitos, apontamento dos problemas e sugestões relacionados à acessibilidade arquitetônica, verificando as relações desses usuários com o uso dos espaços.

Com o objetivo de preservar a identidade dos participantes desta pesquisa, adotou-se uma codificação de seus respectivos nomes, relacionando-os com espécies de plantas suculentas, tipo cactos, pois fazendo a analogia com os PCD's, conforme percepção desse autor, tais plantas são resistentes a ambientes desfavoráveis e buscam constantes soluções para superar e vencer as barreiras que dificultam sua sobrevivência em seus habitats.

A utilização da entrevista semiestruturada foi um instrumento adequado para o problema de pesquisa definindo esta investigação, uma vez que, com ela foi possível obter informações acerca da percepção dos envolvidos (alunos e servidores) com a temática investigada bem como responder aos objetivos propostos. O roteiro das entrevistas foi composto por 07 (sete) questões abertas aplicadas aos alunos e 10 (dez) questões abertas aplicadas aos servidores docentes e técnicos administrativos.

Além dos alunos (a) e servidores (as) entrevistados, considerou-se necessário o olhar de 01 (um) especialista em engenharia civil, com habilidades em acessibilidade arquitetônica para verificar os aspectos físicos da unidade, o que era realmente necessário a ser feito e, para tanto, aplicamos uma entrevista (APÊNDICE C) ao engenheiro, fazendo as observações e caminhando pelos espaços da unidade.

Ressalta-se que as questões da entrevista com o engenheiro civil, além dos dados básicos de identificação, como: idade, nome, sexo e *Campus* de origem, versaram sobre os aspectos relacionados à acessibilidade arquitetônica e quanto tempo atua no IFBaiano.

Esse profissional, com formação em engenharia civil foi convidado por ser servidor do IFBaiano – *Campus* Catu e é um dos profissionais mais antigos da

Instituição. Já trabalhado com a norma NBR 9050, além de ser o fiscal de obra, quando em construção no *campus* de Alagoinhas/BA.

Quadro 03 – Caracterização dos participantes

Nº	PARTICIPANTE	CATEGORIA	GÊNERO	LIMITAÇÃO FÍSICA/SENSORIAL	IDADE
01	Cacto Flor de Maio	Servidor (a) professor (a)	Feminino	Baixa visão	38
02	Cacto Cabeça de frade	Servidor (a) técnico (A)	Masculino	Baixa visão	45
03	Cacto bola	Aluno do projeto mãos que ensinam	Masculino	Paraplégico – membros inferiores	44
04	Cacto Mandacaru	Aluno do projeto mãos que ensinam	Masculino	Sequelas de paralisia infantil (poliomielite)	52
05	Cacto Pitaia	Aluno do projeto mãos que ensinam	Masculino	Intelectual +Física (não soube informar precisamente)	27
06	Cacto lápis	Aluno do projeto mãos que ensinam	Masculino	Física (não soube informar precisamente)	26
07	Cacto Melão	Aluno do projeto mãos que ensinam	Masculino	Paraplégico – membros inferiores	50
08	Cacto Barril da costa	Aluno do projeto mãos que ensinam	Masculino	Física (má formação do tórax)	51
09	Cacto Figo da Índia	Aluno de Agroindústria	Masculino	Esclerose cifose	18
10	Cacto pedra	Aluno do projeto mãos que ensinam	Masculino	Física (dificuldade de locomoção)	30
11	Cacto Macarrão	Aluno do projeto mãos que ensinam	Masculino	Não soube informar	24
12	Cacto vela	AlunodeAgroindústria	Masculino	Não soube informar	21
13	Cacto primavera	Aluno do projeto mãos que ensinam	Masculino	Física (dificuldade de locomoção)	20

Fonte: Dados obtidos nas entrevistas com os sujeitos psquisados, (2020)

Como podemos observar o quadro 03 (três) acima, pelo menos 08 (oito) dos sujeitos entrevistados almejam sua inclusão no mercado de trabalho, por isso a busca incessante na qualificação profissional. Já no que diz respeito aos sujeitos serem, na sua maioria do gênero masculino, não foi por não existir gênero oposto nos respectivos cursos e sim, por não recebermos o retorno de aceite nos convites para as entrevistas.

Sobre o projeto “Mãos que Ensinam” que capacitam as PCD’s que desejam entrar no mercado de trabalho é louvável tal iniciativa e ficam aqui os nossos agradecimentos, pelo belo projeto de incentivar à inserção desses sujeitos com deficiências no mercado de trabalho.

A próxima parte do capítulo tem por objetivo expor o tratamento e a análise dos dados obtidos, objeto de estudo dessa investigação, relacionando a teoria com a prática observada.

4.2 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a aplicação das entrevistas realizadas com os alunos, docentes, técnico-administrativos e o engenheiro civil, explicando o objeto de estudo dessa investigação, que é a acessibilidade arquitetônica como fator de oportunidade e igualdade para pessoas com deficiência no Instituto Federal Baiano - *Campus* Alagoinhas, iniciamos a análise das informações junto aos sujeitos, tomando por base o pilar desse estudo.

Portanto, depois da coleta de dados, realizamos a transcrição das entrevistas a fim de sistematizar as informações, seguindo os objetivos propostos nesta investigação.

Nesse sentido, a análise se direciona para a pergunta de pesquisa: A organização do espaço arquitetônico do IFBaiano – *Campus* Alagoinhas possibilita a acessibilidade de pessoas com deficiência? Mantivemos o foco da pergunta de pesquisa, uma vez que outros temas surgiram, contudo, não era o proposto do trabalho.

A pesquisa emergiu com temas fundamentais construídos durante o processo de elaboração do projeto e com a experiência do pesquisador no seu lócus de trabalho, ou seja, a acessibilidade arquitetônica dentro da unidade de ensino do IF Baiano – *Campus* Alagoinhas. Posteriormente, com outras observações originadas no decorrer do estudo, contribuiu para a investigação.

4.2.1 Sobre o mapeamento da estrutura física do IFBaiano – *Campus* Alagoinhas no que concerne a acessibilidade física

Com a transcrição das entrevistas, observações das fotografias e utilização da técnica *walkthrough*, fizemos as devidas observações dos espaços a “olho nu”, no que diz respeito aos aspectos técnicos, estéticos, físicos e funcionais do ambiente. Assim, foi possível identificar as barreiras e obter dados com maior profundidade, identificando os anseios e obstáculos enfrentados pelos usuários naqueles espaços mapeados para permitir ao engenheiro civil maior segurança para descrever o relatório técnico e sugerir os novos projetos a serem criadas – “*as built*”, respeitando as normas contidas na NBR 9050 (ABNT, 2015).

Com a utilização da técnica *walkthrough*, partimos caminhando da entrada principal do *campus*, seguindo posteriormente para o estacionamento, prédio administrativo, prédio pedagógico, finalizando o mapeamento no refeitório da unidade.

Durante esse percurso, observou-se que, para que algumas plantas baixas não ficassem repetitivas dentro do projeto, foi colocada à mesma (quando necessário) apenas no início de cada mapeamento, para que não fosse necessário replicá-las diversas vezes, evitando tornar o produto (guia digital) cansativo para o leitor. Essa premissa partiu tanto para as plantas baixas atuais como para as plantas baixas feitas pelo cadista.

Ainda, usufruídos dos benefícios trazidos pela técnica *walkthrough*, observamos no prédio pedagógico, que a estrutura física construída não acompanhava a planta baixa original, por exemplo, na estrada principal desse prédio a planta baixa estava de uma forma, enquanto no espaço físico já construído seguindo outro parâmetro.

Logo na entrada principal a planta baixa do prédio pedagógico só mostrava um acesso, enquanto na verdade, fisicamente existem três: uma entrada com leve declínio, podendo ser utilizada por cadeirantes; uma entrada principal para pedestres e ainda outra entrada com escadas curtas, contendo três degraus em concreto. Assim, foi necessário reajustar a planta baixa para a realidade e incluir as propostas dos sujeitos entrevistados.

Outro ponto importante a se destacar, é que no prédio pedagógico observamos a existência de piso tátil, dando certa mobilidade aos usuários com deficiência visual, contudo, ainda são necessários certos ajustes de acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2015), além da necessidade de sua aplicação (piso tátil) em outros espaços, como por exemplo, o andar de cima do mesmo prédio ainda não possui indicação de

piso no sentido dos bebedouros, sendo esse um possível obstáculo. Isso também foi perceptível no andar do térreo e no bloco do prédio administrativo.

No prédio pedagógico, notamos também as adaptações nos banheiros para pessoas com deficiência e plataformas elevatórias, mas as escadas não têm identificações visuais nos degraus e nem sinais em braile nos corrimões já existentes.

Sobre o prédio administrativo, segue os mesmos padrões do prédio pedagógico, contudo com menos acessibilidade arquitetônica por quase não ter identificado piso tátil nos vãos principais, isso praticamente em toda a estrutura do prédio e seus respectivos espaços.

Sobre o que apontaram os sujeitos entrevistados: alunos, docentes e técnico-administrativos, houveram pontos positivos e sugestões do que é necessário melhorar na estrutura física, como destaca o aluno Cacto Bola, dizendo que “ou melhora o acesso cem por cento pelo passeio para facilitar a circulação ou pela pista de passagem dos veículos”. Quando perguntei qual acesso ele mais utilizava, o mesmo poderou:

Hoje eu uso o mesmo acesso das vias dos carros, mais não é bom não, pois tem umas canaletas de passagem de água da chuva, que se a gente não tiver cuidado, acaba prendendo a cadeira ou muleta. O correto é pelo meio fio, mais as rampas ainda não dão acesso em todos os pontos por onde passamos, (CACTO BOLA).



Fonte: O autor (2020)

O aluno Cacto Macarrão reforça a necessidade dos passeios permitir acesso aos diversos pontos do *campus*, destacando que: “quando uma rampa começa às vezes ela não permite a saída lá na frente e quando permite é necessário dar uma volta maior”.

Nessa mesma análise, destaca o aluno Cacto Figo da Índia, pedindo mais rampas e corrimões na estrutura interna do *campus*.

Um ponto positivo quase unânime relatado pelos sujeitos entrevistados é o fato do *campus* ter elevador. Eles destacaram que não veem isso em outros colégios, principalmente públicos dentro da região, trouxeram como relevante e um ponto forte da acessibilidade na unidade. Foi esclarecido por esse pesquisador durante as entrevistas, que o elevador na verdade é uma plataforma elevatória, tendo o mesmo objetivo, contudo, trabalha de forma mais lenta e seu tamanho, normalmente é reduzido, apropriados para usuários de cadeiras de rodas.

Sobre os pontos necessários a serem melhorados, o servidor Cacto Cabeça de Frade; o aluno Cacto Primavera; o aluno Cacto Barril da Costa, o aluno Cacto Bola e o aluno Cacto Macarrão, alertam sobre a necessidade de sinalizar as escadas, pois já viram outros colegas com deficiência visual esbarrarem nas mesmas.

Cacto Bola reforça a importância de se colocar mais rampas, principalmente no prédio pedagógico: “às vezes evitamos sair da sala, principalmente no caminho para a cantina, existem alguns obstáculos que precisam ser reparados e com urgência” (CACTO BOLA).

Já o aluno Cacto Mandacaru, destaca que os “passeios não estão bons, tem alguns obstáculos, e é necessário corrimãos nas vias principais do IF”. O aluno Cacto Primavera, ainda chama a atenção na inclusão de mapa direcional ou, como conhecido, de mapa tátil, acompanhado do piso tátil externo.

Para o aluno Cacto Barril da Costa, é importante fazer um projeto para colocar piso tátil em outras partes do prédio, seguindo a mesma linha de raciocínio do aluno Cacto Primavera, ainda reforçando a falta de corrimão na entrada do prédio administrativo do prédio pedagógico.

Podemos observar durante a fala dos sujeitos, que seus anseios estão apoiados em pilares fundamentais da acessibilidade, como autonomia; de preferência fazer tudo sozinho, com conforto e com menor esforço físico possível e com a segurança para evitar acidentes.

Após compilar as observações dos sujeitos e repassar as informações ao engenheiro civil, para o parecer técnico dos ajustes necessários na infraestrutura, as alterações foram repassadas ao profissional de desenho (cadista) para fazer as adaptações nas plantas baixas –“*as built*”, ilustrado em tamanho real (escala), como aquele espaço deveria ser projetado, respeitando as sugestões apontadas pelos sujeitos entrevistados, seus anseios e obstáculos enfrentados pelos usuários dentro da unidade e dos seus respectivos espaços.

Para Lembi e Valques (2005), essas adaptações podem auxiliar na correção de aspectos negativos das edificações já realizadas e até na concepção coerente de projetos similares futuros, gerando conforto, satisfação, acessibilidade e maior vida útil nos edifícios construídos.

4.2.2 As relações dos sujeitos com o uso dos espaços no IFBaiano – Campus Alagoinhas: viabilidades e as adversidades

É elementar considerar que um ponto crucial na discussão da acessibilidade arquitetônica refere-se à garantia dos direitos e do acesso à informação. Falar sobre deficiência precisa fazer parte do cotidiano para deixar de ser um tabu que de alguma forma exclui um grupo de pessoas.

Por isso a importância das entrevistas, aliada ao estudo exploratório para que pudéssemos investigar a percepção da comunidade interna: alunos, docentes e técnico-administrativos, sobre a acessibilidade arquitetônica na unidade, a opinião desses sujeitos e suas sugestões relacionados à acessibilidade arquitetônica, destacando as viabilidades e as adversidades.

Um dos episódios observado por esse pesquisador durante a fala de 05 (cinco) sujeitos foi quando perguntado sobre quais eram suas deficiências e estes não souberam responder, mesmo reconhecendo que as têm, como foi o caso do aluno Cacto Vela, quando disse: “Rapaz, eu não sei não”, ou quando afirmaram de forma genérica, sendo o caso do aluno Cacto Macarrão: “Tenho um problema na perna, mas não sei o nome não”, ou até quando ratifica o aluno Cacto Lápis: “Meu problema é na fala e no braço” disse com certa dificuldade.

Desse modo, percebemos que esses sujeitos tiveram dificuldades em identificar suas deficiências físicas, de mobilidade e até mesmo, aparentemente,

intelectual, precisando obter melhor informações sobre a questão, seja através de um curso, orientação ou da intervenção do núcleo de apoio às pessoas com necessidades específicas – NAPNE, do *campus*.

Sobre as relações dos sujeitos com o uso dos espaços dentro do IFBaiano de Alagoinhas, quando questionados sobre o que eles achavam que precisava melhorar na parte de acessibilidade arquitetônica, houveram 04 (quatro) afirmações correlatas, onde destacaremos duas:

As escadas não têm sinalizações nos degraus, dificulta pra gente que tem baixa visão, correndo risco de acidentes ou esbarrar em alguma pessoa (CACTO CABEÇA DE FRADE).

Precisa colocar mais rampas, às vezes evitamos sair da sala, principalmente para chegar à cantina, pois o caminho tem alguns obstáculos dificultando o acesso (CACTO BOLA).



Fonte: O autor (2020)

Ou quando destaca o aluno Cacto Mandacaru que: “os passeios não estão bons, precisa melhorar as rampas e colocar corrimão em alguns lugares da unidade”. Nesse mesmo sentido destaca Cacto Melão que tem dificuldade de se locomover com os poucos ou nenhum corrimão encontrados nos trajetos que ele faz dentro do *campus*.

O aluno Cacto Primavera ainda sugere: “coloca aquele negócio que tem na entrada dos bancos”. Quando pergunto do que se trata, depois de alguns minutos no

diálogo, descubro que ele se referia ao mapa tátil, onde as pessoas com deficiência visual podem se guiar nos espaços já construídos.

Já o aluno Cacto Barril da Costa, salienta que: “às vezes fico com vergonha de todos os dias ter que pedir apoio a alguém”. Na mesma direção corrobora Cacto Figo da Índia:

É ruim ficar incomodando, não nos sentimos discriminados aqui, não é isso. Mas é importante termos nossos espaços. Poder ir a um lugar a hora que quer, voltar a hora que quer, sem precisar alguém ficar te olhando, te perguntando: “você quer ajuda, o que você tem?” Incomoda as vezes. (CACTO FIGO DA ÍNDIA).

Entendo que as barreiras físicas e sociais que as PCD's se deparam é um problema de todos e acaba estigmatizando e separando os indivíduos, onde todos devem ser responsáveis em manter e compreender esses comportamentos, não devendo julgá-los, como vítimas do processo. A condição das pessoas com deficiência é um terreno prolífero para a discriminação em razão do afastamento em relação aos padrões intelectuais e físicos que se definem em função do que se considera falta, ausência ou impossibilidade, sendo baseado um aspecto ou atributo da pessoa, tornando a distinção uma exceção (SILVA, 2006).

Corroborando com Sasaki (2010), os termos técnicos das deficiências não é uma mera questão sem importância, pois “em um país eivado de preconceitos, estereótipos e estigmas, é importantíssimo conhecermos as terminologias corretas”, ainda mais, de acordo com o Censo IBGE (BRASIL, 2010), quando estamos falando de 23,9% da população brasileira, que atualmente está estimada em 207 milhões de habitantes, necessita de algum tipo de acessibilidade e/ou mobilidade que facilitem sua locomoção no dia-a-dia. Desse total, o Censo IBGE (BRASIL, 2010) considera que 3,4% são pessoas com deficiência visual, 2,3% têm limitação motora e 1,4% são pessoas com deficiência intelectuais.

Diante disso e de tudo até aqui que abordamos, ficam as reflexões das necessidades de se reforçar as ações internas de inclusão, principalmente as terminologias das deficiências para que essas pessoas não sejam excluídas do nosso convívio social.

Contudo, nas entrevistas realizadas não houveram apenas desafios, ao contrário, algumas falas foram marcantes para este pesquisador, como podemos observar na fala do aluno Cacto Bola, quando foi perguntado se ele gostava do espaço do IF e ele destacou que se sentia sempre acolhido dentro do IFBaiano – *Campus* Alagoinhas, e que aqui (referindo-se à instituição IFBaiano) era, sem dúvida alguma, sua segunda casa.

Também quando perguntado ao aluno Cacto Macarrão, se ele (a) interagiu com outros alunos com deficiência, ele respondeu:

Sim! Aqui não, mas lá fora somos muitos discriminados, isso nos desmotiva, aqui a gente não vê isso, as pessoas nos abraçam, eu jamais quero ir embora, já é meu terceiro curso aqui. Fico esperando os dias de aula para vir pro IF. (CACTO MACARRÃO).

Tais falas reforçam a importância das ações das políticas de inclusão do IFBaiano que tentam, mesmo com limitações, dar o melhor suporte e assistência a todos os alunos sem distinção criando um ambiente solidário e inclusivo.

Outro ponto bastante difundido nas falas dos sujeitos entrevistados foi quando perguntado se o *campus* precisava de mais rampas nos espaços externos, corrimão e piso tátil nos prédios existentes, foram dadas as seguintes respostas:

Há a necessidade de se colocar mais rampas no prédio pedagógico, no refeitório, temos poucas rampas, temos poucos lugares com piso tátil, principalmente no prédio pedagógico, onde a gente mais frequenta, por ser o bloco de sala de aula (CACTO BOLA).

Ainda sobre o assunto, o aluno Cacto Lápis complementa que falta piso tátil no percurso da cantina, “a gente quer usar mais a cantina, mas alguns colegas tem dificuldade de chegar lá”.



Fonte: O autor (2020)

O aluno Cacto Vela enfatiza a falta de corrimão em vários percursos da unidade:

Aqui não tem corrimão, precisa colocar nas entradas dos prédios, subindo para o prédio pedagógico, na via principal da entrada do *campus* e na frente do administrativo, até uma cobertura seria importante para nos proteger da chuva (CACTO VELA).

Desta forma, a acessibilidade e, conseqüente, a inclusão de pessoas com deficiência, em especial físicas ou com dificuldade de locomoção, dependem de ações realizadas por políticas públicas e da sociedade organizada. Nesse sentido, os aspectos arquitetônicos e estruturais são de relevância ímpar, pois estão relacionados ao direito de “ir e vir”, enquanto pré-requisito fundamental do direito à liberdade de locomoção debruçada na Constituição Federal, em seu art. 5º, alínea XV.

Nessa lógica, não podemos nos desprender que quando alguém ou algum objeto impede a liberdade de circulação, há de se considerar uma transgressão de regra constitucional, pois se trata de direito expresso *erga omnes*⁹.

Em face ao exposto, o IFBaiano – *Campus Alagoinhas*, ainda que tenha se esforçado e investido em ações para possibilitar o acesso à pessoas com deficiência

⁹Destaca que os efeitos de Lei ou ato atingem a todos os indivíduos de uma determinada população, organização para seus direitos de âmbito nacional.
(<https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/899/Erga-omnes>)

necessita ampliar o olhar da inclusão. As imagens realizadas “*in loco*”, bem como as observações realizadas pelo pesquisador e elencados no guia digital, evidenciam essa realidade.

Foi perceptível ao longo desse estudo, que os sujeitos entrevistados almejam aquilo que são premissas básicas da acessibilidade arquitetônica como mais rampas e de forma adequadas, piso tátil, mapa tátil, corrimãos, sinalizações das escadas e passeios regulares para o tráfego das PCD's, onde toda escola deveria ter, garantindo uma educação mais inclusiva para todos.

Contudo, por mais que se percebam as deficiências em adaptações estruturais na unidade do IF Baiano – *Campus Alagoinhas*, é possível observar os esforços que tem sido feitos para com a inclusão. Isso ficou evidente na fala do servidor Cacto Cabeça de Frade, quando perguntado se a Instituição tem fomentado cursos para os funcionários para atender às pessoas com deficiência. Ouvei do mesmo de forma incisiva:

O *campus* tem se preocupado com a acessibilidade, mesmo com as limitações técnicas e financeiras que temos. A gestão do *campus* não vem medindo esforços para alcançar a liberdade de locomoção à todos e que, mesmo a unidade sendo nova, encontra-se melhor que outras unidades mais antigas, no que diz respeito à acessibilidade arquitetônica, (CACTO CABEÇA DE FRADE).

Ainda com o servidor Cacto Cabeça de Frade, buscou-se saber se na sua percepção quais seriam as dificuldades encontradas pela administração da unidade de Alagoinhas para promover uma maior acessibilidade arquitetônica. O servidor respondeu que:

Olhe, pela experiência que tenho, ao vir de outra unidade, tenho convicção que é orçamento (falta de orçamento), além de projetos robustos, claros de acessibilidade. A gente tem dificuldade de encontrar empresas capacitadas em projetos de acessibilidade e quando acha, esbarra com o orçamento, pois são projetos específicos e ainda caros. (CACTO CABEÇA DE FRADE).

A fala do servidor Cacto cabeça de frade fez-me profundas reflexões, uma vez que sou servidor da unidade e atuo também no apoio à gestão. É notório que as Universidades Federais e os Institutos Federais vêm sofrendo, paulatinamente com

cortes e contingenciamentos no orçamento, essas reduções, muitas das vezes são sentidas por toda a comunidade, uma vez que a unidade tende a manter as despesas necessárias para o bom funcionamento da máquina pública, deixando para trás, não porque quer, mas sim por sobrevivência os programas assistenciais e as políticas de inclusão, como é o caso da falta de projetos de acessibilidade arquitetônica e, conseqüentemente, de orçamento, citados pelo servidor Cacto cabeça de frade.

Outra fala marcante nas narrativas dos sujeitos pesquisados, foi quando o aluno Cacto Figo da Índia, afirmou que IFBaiano se preocupa também na higienização dos alunos com deficiência, ensinando-os e orientando-os com conceitos básicos, como por exemplo o cuidado com os pêlos e hábitos nas regiões corporais.

Isso evidencia que a inclusão vai muito além da nossa imaginação, das nossas convicções, do nosso campo de atuação. Seguindo as premissas de Santos (2010), incluir é valorizar, sem diferenciar ou mesmo classificar como diferentes ou iguais. Inclusão é valorizar e promover a diversidade.

Dessa forma, podemos observar a relevância educacional e social do IFBaiano – *Campus Alagoinhas*, não só na cidade, mais em todo o território do Estado da Bahia. Isso, mais uma vez, reitera a proposta e a importância desse estudo para todo o meio acadêmico e social, o quanto ele pode contribuir de forma significativa para que possamos colaborar na redução dos obstáculos arquitetônicos que limitam e dificultam a acessibilidade das pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida.

5. UM GUIA DIGITAL DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Como o resultado da pesquisa apresentamos o guia digital como proposta de reestruturação dos espaços arquitetônicos do IFBaiano – *Campus Alagoinhas*, a partir das necessidades de acessibilidade arquitetônica dos usuários: alunos, docentes e técnico-administrativos, contendo instrumentos necessários para o *Campus* e, podendo ser utilizado pelas demais unidades no planejamento e execução dos processos de acessibilidade arquitetônica dentro das suas respectivas infraestruturas e particularidades.

O guia digital de acessibilidade arquitetônica tem o propósito de ser um elemento norteador dentro do *campus* Alagoinhas, podendo ser utilizado em outros *campi*, uma vez que o mesmo permitirá ter elementos necessários para execução e planejamento dos seus respectivos processos de acessibilidade arquitetônica. Por isso sua importância não só dentro da unidade do *campus* Alagoinhas, mas para suas demais unidades.

Esse guia digital de acessibilidade arquitetônica terá sua extensão com base no arquivo PDF e ficando como sugestão de armazenamento aberto no servidor do IFBaiano à disposição de toda a comunidade acadêmica e qualquer outra Instituição que tenha interesse em consultar e/ou implantar as orientações.

Além disso, pensando em uma maior comodidade, de maneira fácil e eficiente, atendendo ainda mais ao foco da inclusão desse trabalho, incluímos para o leitor dentro do guia digital, um botão para ampliação dos projetos criados, permitindo assim a interação e a identificação dos espaços pelos usuários, podendo também baixá-los, caso julgue necessário.

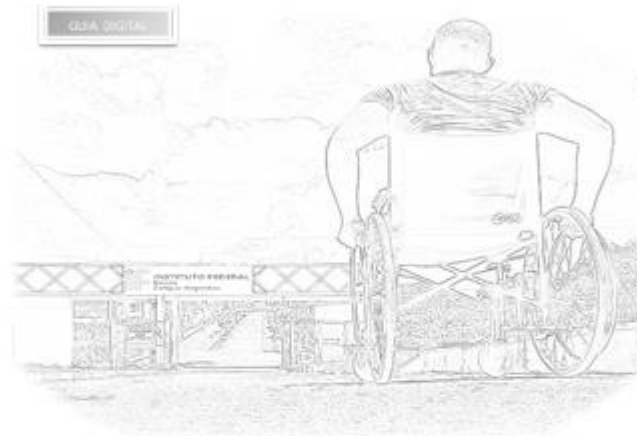
Também foi possível incluir no guia digital, um *plug-in* de fala gratuito da empresa "nextUp-scansoft " (SAPI 5), em sintonia com o aplicativo *adobe reader* - DC, também gratuito, para leituras de áudios, auxiliando os usuários, em especial, as pessoas com deficiência visual.

O guia digital de acessibilidade arquitetônica está estruturado da seguinte maneira: capa do guia com uma foto de um aluno na entrada principal da unidade; a contra capa com menção dos colaboradores e apoio; o contexto da investigação onde abordamos a origem desse guia; O IFBaiano - *Campus* Alagoinhas, onde esperamos que o guia seja implantado. Em seguida, temos o item das orientações técnicas que foi elaborado tomando por base as sugestões dos sujeitos entrevistados, as recomendações do engenheiro civil e as fotos da unidade, o que resultou nos novos "*as built*", ou seja, no novo projeto de acessibilidade arquitetônica do *campus*.

Figura 06 – modelo do guia digital

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

INSTITUTO FEDERAL BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS



Essa **GUIA DIGITAL** dispõe de mecanismos para leitores de áudio, veja no apêndice A.

⁴Prof.Cego-Ver: A imagem de capa exibe a foto de um discente na entrada do IF Baiano - campus Alagoínhas, usando cadeira de rodas. A foto dispõe das leves cores de tons de preto e cinza, com uma faixa na lateral nas cores verde e amarelo.

Trabalho de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Aplicada a Educação, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito de qualificação ao título de mestre, sob orientação da Professora Dra. Cláudia Paranhos de Jesus Portela.

COORDENAÇÃO E SUGESTÕES GRÁFICAS:

Cláudia Paranhos de Jesus Portela

Robson de Souza Santos

FOTOGRAFIAS:

Capa - Juliana Roberto Cerqueira

Demais fotos - Robson de Souza Santos

ENGENHEIRO CÍVIL - APOIO TÉCNICO:

George Bittencourt da Costa

DESENHISTA CADISTA E PROJETISTA:

Adriana Pinto das virgens

EXPEDIENTE:

Textos - Robson de Souza Santos

REVISÃO:

Tâmara Santos de Pinho - Pedagoga

SUMÁRIO

Contexto da investigação.....	4
O IHBaiano – campus Alagoas.....	5
Orientações técnicas.....	7

Fonte: O autor (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa parte do trabalho constitui-se um momento laborioso de tentar harmonizar em poucas linhas o que foi possível entender e aquilo que deixou indagações, necessitando desde um possível retorno ao campo ou apenas o desejo de aprimorar ainda mais as análises a partir do objetivo aqui proposto: analisar se o espaço arquitetônico do IFBaiano *Campus* de Alagoinhas está estruturado para garantir a acessibilidade física dos seus alunos, docentes e técnico-administrativos com necessidades específicas.

Os desafios dessa pesquisa em criar, possibilitar a elaboração de um guia digital como proposta de reestruturação dos espaços arquitetônico do IFBaiano – *Campus* Alagoinhas, a partir das necessidades específicas de acessibilidade física para os seus usuários, possibilitou que eu, como pesquisador projetasse e executasse etapas de tecnologia da informação específicas à minha formação profissional, que é a de analista de sistemas, mas com propósitos voltados para a área educacional, em especial a acessibilidade arquitetônica.

Como foi dito nessa pesquisa, o Censo IBGE (BRASIL, 2010), destaca que 23,9% da população brasileira necessita de algum tipo de acessibilidade e/ou mobilidade que facilite sua locomoção e, dentro dos espaços do IFBaiano - *Campus* Alagoinhas, isso não é diferente. Ainda é necessário ampliar o olhar na busca das oportunidades iguais, de acesso aos locais e autonomia para todos os seus usuários.

As pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, infelizmente, ainda encontram-se à margem da sociedade por não terem, na prática, do ponto de vista da acessibilidade arquitetônica, assegurado seu direito de “ir e vir”, ponto crucial para que os PCD’s sintam-se com liberdade, autonomia e individualidade.

É lamentável, que as pessoas com alguma deficiência, ainda necessitem em pleno século XXI de auxílio de terceiros para se locomoverem em qualquer espaço físico.

O estudo proposto abordou a acessibilidade arquitetônica como solução indispensável visando à construção de uma Instituição Federal de Ensino (IFBaiano-*Campus* Alagoinhas) efetivamente inclusiva para os alunos e servidores com deficiência física ou mobilidade reduzida.

Verificou-se, nesse contexto, que ainda há muito a ser feito, ao se comprovar que na unidade de Alagoinhas, os banheiros, bebedouros, elevadores e outros espaços laborais são acessíveis, porém ainda há muitas mudanças a serem realizadas para que a unidade apresente efetivos ambientes voltados para a diversidade de necessidades apresentadas pelas pessoas com deficiência, podendo iniciar, tais ações e melhorias, estruturando e acrescentando nos espaços mais rampas, corrimãos e piso tátil, além de buscar fomentar mais cursos voltados para a temática de acessibilidade arquitetônica.

Foi analisado e identificado que a acessibilidade no sentido mais amplo garante a possibilidade de ambiente de educação com mais qualidade. Tal característica deve abarcar não apenas salas de aula, mas também os espaços do entorno das instalações que recebem estudantes com deficiência, constituindo-se um caminho essencial para viabilizar, a essas pessoas o acesso à aprendizagem com autonomia e independência.

Todavia, existem perspectivas nos dispositivos legais, regimentais e dentro do IFBaiano, no sentido de viabilizar melhorias no que diz respeito a acessibilidade arquitetônica, isso respalda os servidores e estudantes que necessitam de adaptações, incentivos e apoio, em virtude de suas particularidades como pessoa com deficiência, apenas nesse cenário de condições democráticas e justas, podem os sujeitos se respaldar para pedir mais iniciativas de política de inclusão dentro da Instituição.

A responsabilidade social do Instituto Federal Baiano afirma-se em seus diversos documentos oficiais, mas faz-se necessário que ela extrapole esse local e se transforme em ações efetivas.

Nesse viés os administradores encontram dificuldades e limites orçamentários dados pela gestão de governo para sua efetiva institucionalização, contudo, com a fala de alguns sujeitos é evidente que esses gestores do IF Baiano não se mostram abatidos diante de tal conjuntura, indicando possibilidades para a superação das barreiras de acessibilidade arquitetônica.

Nas diversas leituras sobre outras pesquisas ao longo dessa caminhada, pudemos identificar a importância da participação do Estado na gestão e implementações de políticas públicas de acessibilidade arquitetônica, buscando a inclusão do indivíduo na sociedade.

Para que haja efetividade a inclusão dessas pessoas nas Instituições de Ensino Superior, estas devem oferecer aparelhamento, no sentido de oferecer ao corpo técnico e docente recursos tecnológicos e estruturais que facilitem de forma contundente a vida de todos (as) eles que utilizam do espaço.

É mister destacar a importância do preparo do corpo técnico e docente do *campus* na recepção dos alunos com deficiência, muitos em situações de vulnerabilidade econômica, familiar, e, em alguns casos com probabilidade de baixa auto estima.

Nesse sentido, foi identificado que a unidade dispõe do Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidade Específica – NAPNE, com servidores altamente qualificados, dispondo no corpo técnico: Assistente Social, Técnico em Assuntos Educacionais, Psicólogo, Pedagogos, Interpretes de Libras e Especialista no Atendimento Educacional Especializado - AEE, além de diversos outros cargos de apoio.

Com isso, consideramos que os objetivos aqui preestabelecidos e definidos nessa pesquisa, foram estatisticamente alcançados e esperamos que esse estudo possa colaborar de forma significativa com a unidade de ensino de forma a torná-lo um ambiente mais equitativo, proporcionando assim mais qualidade nos serviços que oferece para as PCD's ou com mobilidade reduzida.

Por fim, esperamos que os resultados encontrados possam auxiliar a (as) unidade (s) federais na implantação e busca de melhorias de acessibilidade arquitetônica em suas infraestruturas, pois é preciso ampliar o olhar para as diferenças, de modo a valorizar as particularidades de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos. 1994.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050**. 2005. Disponível em: <<http://levantebh.com.br/category/urbcidmoburb/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050**. 2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/temas/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/legislacao/abnt-nbr-9-050-2015/view> >. Acesso em: 10 ago. 2018.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR NM313**. 2017. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/CEDDHSC-ESTADUAL-RJ/9nbr3132007-elevadores-de-passageiros>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9077**. 2001. Disponível em: <<http://www.segmafire.com.br/wp-content/uploads/sites/179520/2017/06/NBR-9077-2001-Sa%C3%ADdas-de-emerg%C3%AAncia-em-edif%C3%ADcios.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2018.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14022**: Transporte- Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 15290**. 2005. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/NBR15290.pdf >. Acesso em: 10 ago. 2018.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 15320**. 2005. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/NBR15320.pdf >. Acesso em: 02 set. 2018.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 15450**. 2006. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/pessoa-deficiencia/ABNT-NBR-15450> >. Acesso em: 18 set. 2018.

ALONSO, Carlos; HENRIQUE, Wilnês. Determinantes da pobreza no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo-SP: Fundação Seade, v. 4, n 2, 1990.

ASSIS, Olney; POZZOLI, Queiroz. **Pessoa portadora de deficiência**: Direitos e Garantias. 2.ed.. Editora Damásio de Jesus: São Paulo, 2005.

AZEVEDO, Janete M. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

AZEVEDO, L. de. **Manual para acessibilidade aos prédios residenciais da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://143.107.240.111/publicacoes/Geousp/Geousp15/Artigo2.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2019.

BARROS, R. P.; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. **Determinantes da queda de desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, jan. 2010. (Texto para Discussão, n. 1460).

BASSO, C. As Políticas Públicas de Formação Profissional: Acesso e Permanência de Jovens no Ensino Técnico e Superior. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. EDECERE, 11., 2013, Curitiba. **Anais**[...]. Curitiba: PUC Paraná, 2013, p. 2747-2765.

BESTETTI, M. L. T. Ambiência: espaço físico e comportamento. **Rev. bras. geriatra gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 601-610, Sept. 2014.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. *In*: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. **Um olhar sobre adiferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas: Papyrus, 2008.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria dos métodos**. Porto: Ponto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. **Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira**. Ensino Técnico. Jan. 2003. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/emarc/ensino_tecnico.htm>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. **Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira**. Uma Instituição chamada CEPLAC (1957-2014). 2014. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/paginas/publicacoes/paginas/historia_do_cacau/cartilhas/UMA%20INSTITUI%C3%87%C3%83O%20CHAMADA%20CEPLAC%20-%20RETROSPECTIVA.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília-DF: Senado Federal.

BRASIL. **Declaração de Guatemala, 1999**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acesso em: 17 out 2019.

BRASIL. **Decreto nº 2.548**, de 15 de Abril de 1998. Aprova o Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Escolas Agrotécnicas Federais, e dá outras providências. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2548.htm. Acesso em: 28 maio 2019.

BRASIL. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Presidência da República.

Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. **Coleções de Leis do Brasil**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.296**, de 1º de março de 2018. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Casa Civil. Presidência da República. Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9296-1-marco-2018-786225-publicacaooriginal-154945-pe.html>>. Acesso em: 12 abri. 2019

BRASIL. Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978. *In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 1978. Seção 1, p. 16857.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2013**. 2017. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior/boletim_senso_superior/coletiva_censo_superior_2013.pdf. Acesso em: 13 maio 2019.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico: característica gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE. 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>>. Acesso em: 14 out. 2017.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de População e Indicadores Sociais . Rio de Janeiro: IBGE, p. 04, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2100923&view=detalhes>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília: **Diário da União**, 1996.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Presidência da República. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692impressao.htm>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Presidência da República. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde**, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 7.405, de 12 de Novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 nov. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7405.htm>. Acesso em: 10 set. 2019

BRASIL. **Lei nº 10.048**, de 8 de novembro de 2000. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Casa Civil. Presidência da República. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm>. Acesso em: 12 abri. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.845** de 05/03/2004. Secretaria-Geral da Mesa. Secretaria de Informação Legislativa Senado Federal. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. 2004a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/552721>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892** de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2019a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>>.. Acesso em: 13 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n. 12.587**, de 3 de janeiro de 2012. Institui as Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Presidência da República, Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Casa Civil. Presidência da República. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.257**, de 8 de março de 2016. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Presidência da República. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Educação Especial. **Legislação Específica e Documentos Internacionais**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 11 maio. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Despacho do Ministro. **Portaria nº 378**, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a autorização de funcionamento de unidades dos Institutos Federais e atualiza a relação de unidades que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2016. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22180565/do1-2016-01-25-portaria-n-378-de-22-de-janeiro-de-2016-22180468>. Acesso em: 23 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal**. 2019b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>> Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: 2010. 72 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica SETEC/MEC, 2018. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI. Brasília: Ministério da Educação, 2008c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284**, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília: Ministério da Educação. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Expansão da rede federal**. 2018. Disponível em:

<http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2> Acesso em: 06 maio. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior (SESu), Secretariade Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Programa Incluir: **Acessibilidade no Ensino Superior**. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação/SETEC. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica** – Concepções e Diretrizes– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável**. M. Cidades: Brasília, 2004b.

BRASIL. Ministério do Estado da Educação. **Aviso Circular nº 277** de 08 de maio de 1996. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional**. 2008. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 3.956**, de 8 de Outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Presidência da República [2001].Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm. Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.612**, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Presidência da República [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 60.731**, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Presidência da República. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60731.htm>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**- Lei n. 13.146. Brasília, DF. 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069** de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.731**, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Presidência da República. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8731.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade. Brasília: MEC; SEB, 2004c. v. 3.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº. 2 de 11 de setembro de 2011. 2011. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília, set. 2004. Disponível em: <<http://www.adiron.com.br/arquivos/cartilhaatual.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRAVO, P. V. A distribuição de renda e as opções de desenvolvimento. *In*: SERRA, J. (Org.). **América Latina: ensaios sobre interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CALADO, Giordana C.; ELALI, Gleice A. O acesso ao ambiente escolar. NUTAU – Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. **Anais [...] São Paulo: USP, 2008**. Disponível em: <<http://www.usp.br/nutau/CD/111.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

CANAU, V. M. F. Educação em direitos humanos: desafios atuais. *In*: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; CANAU, Vera Maria; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FEITOSA, Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 399-412 p.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CORRÊA, P. M.; MANZINI, E. J. Avaliação de acessibilidade em faculdades públicas do estado de São Paulo. **Revista Percursos – Nemo**. v. 6, n. 2, p. 27-54, 2014.

COX, K. R. **Man, Location And Behavior: An Introduction To Human Geography.** Wiley: New York, 1972.

CREA. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC). **Acessibilidade: cartilha de orientação.** Implementação do Decreto 5.296/04. 4. ed., 2004.

CUNHA, Luis Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2000.

DENARI, Fátima. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. *In*: RODRIGUES, David (Org.). **Educação e inclusão: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Sumus, 2006.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** São Paulo: Editora Brasiliense, (Coleção Primeiros Passos 324), 2007.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY; Vera Helena Moro; BORGES, Monna Michelle Faleiros da Cunha. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009, 115p.

DIREITO NET. **Direito Constitucional.** Dicionário Jurídico. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/899/Erga-omnes>> Acesso em: 03 abr. 2020.

EMMEL, E.M. G; CASTRO, C.B. Barreiras arquitetônicas no *Campus* universitário: o caso da UFSCAR. *In*: MARQUEZINI, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; BUSTO, Rosângela Marques; TANAKA, Eliza Dieko Oshiro (Org.). Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. Londrina: Uel, 2003. p.177-183. (**Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial.** v. 9).

EMMEL, M. L. G.; GOMES, G.; BAUAB, J. P. Universidade com Acessibilidade: Eliminando Barreiras e Promovendo a Inclusão em uma Universidade Pública Brasileira. **Rev. Bras. de Ciências da Saúde**, v. 14, n. 1, p. 7-20, 2010.

FIGUEIREDO, A. C.; LISBOA, Camila Pereira; FREDERICO, Ciro; COTRIM, Gabriela; PEREZ, Joana; ALVES, Josineide Vieira; VASCONCELOS, Letícia Silveira; ALMEIDA, Luzia Mascarenhas de. **Acessibilidade e vida universitária: pontuações sobre adequação inclusiva.** EDUFBA, Salvador. 2011. 187-208 p.

FORTHERINGHAM, A. S; BRUNSDON, C.; CHARLTON, M. **Quantitative Geography: Perspectives On Spatial Data Analysis.** London: Sage Publications, 2002.

FORTUNA, Juliana. **O conceito de acessibilidade e suas relações com educação e cidadania**. Criciúma: Ed. Do Autor, 2009. Disponível em: <<http://capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 30 maio 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas pesquisas sociais**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLOBO G1. **IF Baiano terá processo seletivo com 3.625 vagas para cursos técnicos**. Reportagem. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/09/09/if-baiano-tera-processo-seletivo-com-3625-vagas-para-cursos-tecnicos.ghtml>> Acesso em: 03 set. 2019.

GLOBO G1. **Bem Estar**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/02/27/qual-e-a-origem-do-novo-coronavirus.ghtml>> Acesso em: 14 abril. 2020.

GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. Educação superior como sujeito-objeto de estudo. *In*: GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. (Org.). **Reconfiguração do campo da educação superior**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2012. p. 13-70.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Desenho Universal habitação de interesse social**. 2010. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf>> Acesso em: 15 set. 2020.

GOOGLE. **Google maps satélite**. 2018. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1gPDLAdE15Viecqy127hCYMqioA0&ll=-12.835184526200603%2C-40.83834463989257&z=7>>. Acesso em: 10 set.2018.

GRANVILLE, Alisson. **Programa de pós graduação em energia: Estudo comparativo entre combustíveis utilizados na rota de ônibus urbanos da cidade de São Paulo**. Dissertação (mestre em ciências) - Instituto de energia da Universidade de São Paulo - SP, 2014. 34 p.

GUEDES, Couto Livia. **Barreiras atitudinais nas instituições de ensino superior: uma questão de educação e empregabilidade**. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5.ed. Petropolis: Vozes, 1997.

HOUAISS, A; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F.M. de. **Dicionário Houaiss da língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IFBAIANO. Instituto Federal Baiano – *Campus Catu*. **Projeto político pedagógico**. Perfil Institucional. 2017. Disponível em: http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/files/2017/02/CapII_Perfil_Institucional.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

IFBAIANO. Instituto Federal Baiano. **Direito à Educação Contempla a Necessidade de Todos**. 2014. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2013/12/revista-bem-baiano-n3-versao-web.pdf>> Acesso em: 15 maio. 2019.

IFBAIANO. Instituto Federal Baiano. **Histórico**. 2016. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/historico/>>. Acesso em: 03 out. 2019.

IFBAIANO. Instituto Federal Baiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional - 2015-2019**. 2018a. Disponível em: <http://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2015/12/pdi-2015-2019-versao-2018.pdf>> Acesso em: 14 junh. 2019.

IFBAIANO. **Portal com todos os cursos**. *Campi*. 2019. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

IFBAIANO. Instituto Federal Baiano. **Resolução nº 12** do Conselho Superior, aprovado em 09 de Outubro de 2012. 2012. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/index.php/collegiado/conselho-superior/resolucoes/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

IFBAIANO. Instituto Federal Baiano. **Revista "Bem Baiano"**, ano II, número 03. Nov. 2014. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2013/12/revista-bem-baiano-n3-versao-web.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

IFBAIANO. Instituto Federal Baiano - **vídeo institucional**. TV bem baiano. 2018b. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCtLJy9TA3AnS7NmOFnW-RXA>> Acesso em: 03 set. 2019.

JORNAL, Valença Agora. IF Baiano abre seleção para bolsistas na Educação a Distância. Reportagem. 2016. Disponível em: <https://valencaagora.com/if-baiano-abre-selecao-para-bolsistas-na-educacao-a-distancia/>> Acesso em: 03 set. 2019.

KLAUSMEIER, H. J.; GOODWIN, W. **Manual de Psicologia Educacional**. São Paulo: Harper e Row do Brasil Ltda., 1977.

KOWALTOWSKI, Doris. **Humanization in Architecture: Analysis of Themes through High School Building Problems**. 1980. 152f. Tese, University of California. Estados Unidos da América, Berkeley, 1980. Disponível em: http://www.academia.edu/527005/Humanization_in_architecture_analysis_of_themes_through_high_school_building_problems>. Acesso em: 04 set 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LEMBI, G. C. S.; VALQUES, I. B.; **Avaliação pós-ocupação das bibliotecas da universidade paranaense UNIPAR em Umuarama-PR**, 2005. Revista online de Ciências Humanas da UNIPAR. Acesso 19/07/2020.

LIMA, Emilia Freitas de. A Construção de Práticas Pedagógicas Inter/Multiculturais no Ensino Fundamental e os Saberes Docentes. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, p. 395-414, maio/ago 2014.

LIMA, Emilia Freitas de. A Construção de Práticas Pedagógicas Inter/Multiculturais no Ensino Fundamental e os Saberes Docentes. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.14, p.395-414, out. 2019. Disponível em:<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6611>. Acesso em: 13 abr. 2019.

LIMA, Francisco. **Mitos e pré-conceitos em torno do aluno com deficiência na escola regular e na escola especial**. Mimeo, 2005.

LIMA, F. J. de; TAVARES, F. S. S. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. *In*: SOUZA, O. S. H. (Org.). **Itinerários da Inclusão Escolar**: múltiplos olhares, saberes e práticas. Porto Alegre: AGE, 2008.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**: uma abordagem sociológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Indicadores empresariais de qualidade de vida no trabalho**: esforço empresarial e satisfação dos empregados no ambiente de manufatura com certificação ISO 9000. São Paulo: FEA-USP, 1996.

LOPES, José Rogério. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da subjetividade. **Psicologia e Sociedade**. Florianópolis, v. 18, n. 2, 2006.

LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia. **In/exclusão nas tramas da escola**. Canoas: Editora da ULBRA, 2007.

LOPES, Maura Corcini. RECH, Tatiana Luiza. Inclusão, biopolítica e educação. **Educação**.v.36, n. 2, p. 210-219, ago. 2019. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12942/9452> Acesso em: 29 abr 2019.

MACHADO, Adriana M.; VEIGA NETO, Alfredo José da; NEVES, Marisa Maria Brito da Justa; SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira; PRIETO, Rosângela Gavioli; Ranña, Wagner; ABENHAIM, Evanir. **Psicologia e Direitos Humanos**: educação inclusiva – direitos humanos na escola. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/14886/11118>. Acesso em: 05 ago. 2018.

MAFRA, Jason Ferreira. **O ser humano integral e o humanismo científico de Suchodolski**. In: MAFRA, Jason Ferreira (Org.). Bogdan Suchodolski. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4662.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

MAHL, Eliane. **Programa de formação continuada para professores de educação física**: possibilidades para a construção de saberes sobre a inclusão de alunos com deficiência. Tese (doutorado em educação especial) - UFSC. São Carlos - SP, 2016. 274 p.

MAIOR, Izabel Loureiro. **Acessibilidade**: uma chave para a inclusão social. 2004. Disponível em: <http://www.ame-sp.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=210:acessibilidade-uma-chave-para-a-inclusao-social&catid=5:acessibilidade>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MAIOR, Izabel Loureiro. **Programas, projetos e campanhas de promoção dos direitos da Pessoa com Deficiência**. 2004. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/a_pdf/modulo3-tema5-aula9.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio danavalha. In: MANTOAN, M. T. E.; PIETRO, R. G. (Org.) **Inclusão escolar**: portos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2015.

MAZZONI, Alberto Angel. **Deficiência e Participação**: um desafio para as universidades. Tese. 2003. Disponível em: <<http://www.ufsc.br>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Tradução de WindyZBrazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MRECH, Leny Magalhães. Os desafios da educação especial, o plano nacional de educação e a universidade brasileira. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3, n. 5, p. 127-146, 1997. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5_numero1pdf/r5_art10.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

NERI, M. C.; CONSIDERA, C. P. Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. **Economia Brasileira em Perspectiva**. Rio de Janeiro: IPEA, vol. 1, p.49-82, 1996.

NERI, M; SOARES, W. Desigualdade social e saúde no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, 18 (suplemento), 2002, p. 77-87.

NERI, M.C. **Sobre a mensuração do poder aquisitivo dos salários em alta inflação**. Pesquisa e Planejamento Econômico: IPEA, 1995.

NEXTUP TECHNOLOGIES. **Aplicativos**. Baixar. Disponível em:

<<https://nextup.com/about.html>> Acesso em: 10 abr. 2020.

OAB. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada** / Coordenação de Ana Paula Crosara de Resende e Flavia Maria de Paiva Vital . _ Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, p. 164, 2008. Disponível em: <<https://www.oab.org.br/arquivos/a-convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-comentada-812070948.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

OLIVEIRA, L. D. O. **Avaliação de pós-ocupação em duas unidades municipais de educação infantil – UMEI Sol Nascente e UMEI Mangueiras**. Monografia de Graduação, Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, MG, Brasil, 2011.

OLIVEIRA, L. D. O. **Projeto e Qualidade do Lugar**: Avaliação de Desempenho de Quatro Lugares na Cidade do Rio de Janeiro Através da Cognição e do comportamento Ambiental. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2002.

ONO, Rosaria; ORNSTEIN,SheilaWalbe; LOPES Fabiana Oliveira; GALVÃO, Walter José Ferreira. **Avaliação pós-ocupação**: pré-teste de instrumentos para verificação do desempenho de empreendimentos habitacionais em sistemas construtivos inovadores. Artigo (universidade). Universidade de São Paulo; Universidade norte de Julho. 2015, 05 p. Disponível em: <<http://www.fau.usp.br/disciplinas-pos-graduacao/avaliacao-pos-ocupacao-apo-do-ambiente-construido/>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ONU. **Convenção da ONU sobre direitos das pessoas com deficiência é ratificada pelo Brasil**. 2006. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/comentarios_a_convencao_sobre_os_direitos_das_pessoas_com_deficiencia.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ORNSTEIN, Sheila Walbe; BRUNA, Gilda Collet; ROMÉRO, Marcelo de Andrade. **Ambiente Construído e Comportamento**: a Avaliação Pós Ocupação e a qualidade ambiental. São Paulo, FAU USP/Studio Nobel/FUPAM, 1995.

ORNSTEIN, Sheila Walbe; ROMÉRO, Marcelo de Andrade. **Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído**. São Paulo, EDUSP/Studio Nobel, 1992.

ORNSTEIN, Sheila; ROMÉRO, Marcelo. **Avaliação Pós-Ocupação**: métodos e técnicas aplicados à habitação social. Porto Alegre: ANTAC, 2003. 215 p. (Coleção Habitare).

ORTÚZAR, J.; WILLUMSEN, L. G. **ModelingTransport**. Wiley, Chichester, 1997.

PACHECO, Eliezer M. **Os Institutos Federais**—Uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: Editora IFRN, 2010.Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf>. 03 abr. 2019.

PAGLIUCA, L. M. F.; ARAGÃO, A. E. de A; ALMEIDA, P. C. Acessibilidade e deficiência física: identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará*. **Rev. Esc. Enferm USP**. v. 41, n.4, p. 581-588, 2007.

PORTELA, C.P.J. **Convivendo com a deficiência intelectual: percursos de cuidado e educação nas redes parental e social de apoio.** Tese. 2014. Disponível em: <<http://www.cdi.uneb.br/site/#trabalhos>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

PORTUGAL, Alice. **Projeto de Lei que transfere EMARC para o MEC segue para o Congresso neste mês.** Disponível em: <<https://www.aliceportugal.org.br/projeto-de-lei-que-transfere-emarc-para-o-mec-segue-para-o-congresso-neste-mes/>>. Aabr. 2019.

QUEIROZ, M. T.; ARAGAO, J. J. G. ; YAMASHITA, Y. **Definições Formais de Mobilidade e Acessibilidade apoiadas na Teoria de Sistemas de Mario Bunge.** Paranoá (UnB), v. 8, p. 157, 2013.

RADABAUGH, Mary Pat. **Study on the Financing of Assistive Technology Devices of Services for Individuals with Disabilities** - A report to the president and the congress of the United State, National Council on Disability, Março 1993. Disponível em <<http://www.ccclivecaption.com>>. Acesso em: 15 out. 2019.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; AZEVEDO, Giselle Arteiro; BRASILEIRO, Alice; ALCANTARA, Denise de; QUEIROZ, Mônica; AZEVEDO, Giselle A.; BRASILEIRO, Alice; ALCANTARA, Denise de; QUEIROZ, Mônica. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. 117 p. Disponível em: <http://www.fau.ufrj.br/prolugar/arq_pdf/livros/obs_a_qua_lugar.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso ; AZEVEDO, Giselle A.; BRASILEIRO, Alice; ALCANTARA, Denise de; QUEIROZ, Mônica. **Notas de Aula da Disciplina Avaliação de desempenho do ambiente construído.** Rio de Janeiro: PROARQ /FAU/UFRJ, 2007.

ROMERO, M.A.; ORNSTEIN, S.W. (Coord./Edit.). **Avaliação PósOcupação.** Métodos e Técnicas Aplicados à Habitação Social. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído; Financiadora de Estudos e Projetos, 2003 (Coletânea Habitare/FINEP,1).

SANTOS, A., SANTOS, L. K. S., e RIBAS, V. G. **Acessibilidade de habitações de interesse social ao cadeirante: um estudo de caso.** Ambiente Construído, v. 5, n. 1, p. 55-75, 2005.

SANTOS, João Almeida; PARRA FILHO, Domingos. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Futura, 1998. 277p.

SANTOS, W. (Org.). **Deficiência e Discriminação.** Brasília: LetrasLivres e EdUnB, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamaras pessoas que têm deficiência. *In:* SASSAKI, R.K. **Vida independente;** História, movimento, liderança, conceito,

filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003. Disponível em:
https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/terminologia_sobre_deficiencia_na_era_da.pdf?1473203540. Acesso 20 jun. 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, D. C. N.; SILVA, Thaynara Macedo; NOGUEIRA, Mariane Santos; MENDONÇA, Rafael; VALENTE, Pedro; ARAÚJO, Rafael Ferraz; ALVES, Aleandro Geraldo; ALVES, Fernanda Aparecida. Acessibilidade de portadores de deficiência física e mobilidade reduzida na unidade básica de saúde Jonas Manoel Dias em São Luís de Montes Belos- GO. **Revista Faculdade Montes Belos**. v.8, n. 3, p. 1-25, 2015.

SILVA, LM. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. *Revista brasileira de educação*. 11(33): 424-561, 2006.

SOARES, Manoel de Jesus A. As Escolas de Aprendizes Artífices – estrutura e evolução. **Revista Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 58-92, jul./set. 1982.

SOUZA, Heron Ferreira. **Política de Educação Profissional e Tecnológica e Desenvolvimento Territorial: análise do instituto Federal Baiano no contexto do semiárido da Bahia**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas - SP, 2015, 337 p.

SOUZA, Liliâne Bordignon. **Reforma e expansão da educação profissional técnica de nível médio nos anos 2000**. Dissertação de mestrado. Campinas/SP:Unicamp, 2013. Disponível em:
 <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000927062>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria marxista da educação**. vl. Tradução de Maria Carlota Melo. Lisboa: Estampa, 1976.

TAAFFE, E. J.; GAUTHIER, H. L.; O'KELLY, M. E. **Geography Of Transportation**. PrenticeHall, New Jersey, 1996.

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, J. E. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 2, p. 273- 294, 2005.

VASCONCELLOS. C. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: Do trabalho político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo SP: Libertard. Magalhães, M., 2002.

UNESCO. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais** – 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

VEIGA. Neto, Alfredo. Cultura, Culturas e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.23, p. 5-15, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a01>>. Acesso em: 02 de ago. 2019.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. Inclusão e governamentalidade. **Educação&Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-963, out. 2007.

VUCHIC, V. **Transportation For Livable Cities**. Rutgers, New Jersey, 2000.

XIQUE SAMPA, Adriano. **Encontro dos ex-alunos da Escola Agrotécnica Federal de Catu/BA**. Toda Matéria, 2014. Disponível em: <<https://www.xiquesampa.com/2014/07/neste-domingo-dia-06-de-julho-tem-xxi.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

WEISHALN, R. **Orientation and mobility in the blind children**. New York: Englewood Cliffs, 1990.

APÊNDICE A
ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – ALUNO (A)

Caro estudante,

Essa entrevista faz parte de uma pesquisa tendo como tema: A acessibilidade arquitetônica como fator de oportunidade e igualdade para pessoas com deficiência no Instituto Federal Baiano – *Campus Alagoinhas*, é parte integrante para obtenção do título de mestre em Gestão e Tecnologia Aplicada a Educação, de suma importância para a conclusão da pesquisa do curso oferecido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Sendo assim, peço seu apoio e empenho nas respectivas respostas, ficando livre, a qualquer momento para suspender a conversação. Na entrevista semiestruturada, tenho como interesse em saber como funciona sua autonomia de acessibilidade arquitetônica dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Alagoinhas* e suas experiências como aluno, frequentador e assíduo do nosso espaço. A entrevista deve durar aproximadamente 15 minutos, tendo seus dados e nomes preservados não sendo revelados publicamente. Esperamos que você se sinta inteiramente à vontade para expressar suas opiniões, uma vez que essas respostas fazem parte de um banco de dados sobre a temática, que serão registradas e analisadas em conjunto e, de forma ética, comporá o escopo para a modelagem do Guia Digital em Acessibilidade Arquitetônica do *Campus Alagoinhas*. Na oportunidade, peço sua autorização para gravar a entrevista, em áudio. A gravação facilita meu trabalho, permitindo estar mais atento as suas respostas.

NÃO É NECESSÁRIO QUE VOCÊ SE IDENTIFIQUE.

IDENTIFICAÇÃO DO (A) ALUNO (A):

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: Feminino () Masculino ()

Tipo de deficiência: _____

Ano de acesso no IFBAIANO – *Campus* Alagoinhas: _____**SOBRE OCURSO**

Agroecologia ()

Agroindústria ()

Outros _____

1. Quando você acessou o espaço do *campus* pela primeira vez, o que você notou no quesito acessibilidade arquitetônica?
2. No que diz respeito à acessibilidade arquitetônica, qual você acredita ser prioritária para viabilizar a locomoção dentro desta Unidade de Ensino?
3. Como funciona o seu deslocamento e acesso nas dependências da Unidade?
4. Você conhece outras unidades do IF? Caso diga sim: relate como foi a sua experiência?
5. Sobre o acesso a biblioteca do *campus*, você a frequenta? Tem dificuldade? Caso diga sim: quais são as dificuldades na acessibilidade arquitetônica?
6. Na sua avaliação, o que você acha que precisa melhorar no aspecto da acessibilidade arquitetônica dentro do *campus*?
7. Qual a sua avaliação sobre a acessibilidade arquitetônica no *campus* de Alagoinhas? Como você interage com outros alunos com alguma deficiência?

APÊNDICE B

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA –SERVIDOR(A)

Caro servidor(a),

Essa entrevista faz parte de uma pesquisa tendo como tema: A acessibilidade arquitetônica como fator de oportunidade e igualdade para pessoas com deficiência no Instituto Federal Baiano – *Campus* Alagoinhas, é parte integrante para obtenção do título de mestre em Gestão e Tecnologia Aplicada a Educação, de suma importância para a conclusão da pesquisa do curso oferecido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Sendo assim, peço seu apoio e empenho nas respectivas respostas, ficando livre, a qualquer momento para suspender a conversação. Na entrevista semiestruturada, tenho como interesse em saber como funciona sua autonomia de acessibilidade arquitetônica dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus* Alagoinhas e suas experiências como aluno, frequentador e assíduo do nosso espaço. A entrevista deve durar aproximadamente 15 minutos, tendo seus dados e nomes preservados não sendo revelados publicamente. Esperamos que você se sinta inteiramente à vontade para expressar suas opiniões, uma vez que essas respostas fazem parte de um banco de dados sobre a temática, que serão registradas e analisadas em conjunto e, de forma ética, comporá o escopo para a modelagem do Guia Digital em Acessibilidade Arquitetônica do *Campus* Alagoinhas. Na oportunidade, peço sua autorização para gravar a entrevista, em áudio. A gravação facilita meu trabalho, permitindo estar mais atento as suas respostas.

NÃO É NECESSÁRIO QUE VOCÊ SE IDENTIFIQUE.

IDENTIFICAÇÃO DO (A) SERVIDOR (A):

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: Feminino () Masculino ()

Tipo de deficiência: _____

Ano de acesso no IFBAIANO – *Campus* Alagoinhas: _____

1. Quanto tempo você trabalha no IFBaiano – *Campus* Alagoinhas? Já trabalhou em outras unidades?
2. Em qual setor você trabalha?
3. Já exerceu cargos no IFBaiano ou na Unidade que trabalha? Se sim, quais?
4. Durante sua vida laboral, quais foram suas dificuldade em relação à acessibilidade arquitetônica dentro do *campus*?
5. A Instituição tem fomentado cursos para funcionários para atender as pessoas com deficiência? Você saberia identificar algum?
6. A Instituição tem algum núcleo que atenda as pessoas com deficiência ou dê suporte nas questões de acessibilidade, sendo ela arquitetônica ou não?
7. Você teria como mapear as dificuldades encontradas na rotina do seu trabalho? E qual foi a solução que você achou?
8. Você tem conhecimento se a unidade tem algum projeto para reforma para facilitar a circulação de pessoas com deficiência?
9. Quais sugestões você daria para melhorar a estrutura física dos estudantes e servidores com mobilidade reduzida dentro do espaço do *campus*?
10. Na sua concepção, quais são as dificuldades que a administração enfrenta para promover a acessibilidade arquitetônica na unidade?

APÊNDICE C

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – ENGENHEIRO (A)

Caro engenheiro (a),

Essa entrevista faz parte de uma pesquisa tendo como tema: A acessibilidade arquitetônica como fator de oportunidade e igualdade para pessoas com deficiência no Instituto Federal Baiano – *Campus* Alagoinhas, é parte integrante para obtenção do título de mestre em Gestão e Tecnologia Aplicada a Educação, de suma importância para a conclusão da pesquisa do curso oferecido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Sendo assim, peço seu apoio e empenho nas respectivas respostas, ficando livre, a qualquer momento para suspender a conversação. Na entrevista semiestruturada, tenho como interesse em saber como funciona sua autonomia de acessibilidade arquitetônica dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus* Alagoinhas e suas experiências como aluno, frequentador e assíduo do nosso espaço. A entrevista deve durar aproximadamente 15 minutos, tendo seus dados e nomes preservados não sendo revelados publicamente. Esperamos que você se sinta inteiramente à vontade para expressar suas opiniões, uma vez que essas respostas fazem parte de um banco de dados sobre a temática, que serão registradas e analisadas em conjunto e, de forma ética, comporá o escopo para a modelagem do Guia Digital em Acessibilidade Arquitetônica do *Campus* Alagoinhas. Na oportunidade, peço sua autorização para gravar a entrevista, em áudio. A gravação facilita meu trabalho, permitindo estar mais atento as suas respostas.

NÃO É NECESSÁRIO QUE VOCÊ SE IDENTIFIQUE.

IDENTIFICAÇÃO DO (A) ENGENHEIRO (A):

Nome: _____

Idade: _____

Campus de origem: _____

Sexo: Feminino () Masculino ()

Servidor do IFBaiano desde: _____

1. Qual o ano que o Sr. iniciou os trabalhos no IFBaiano – *Campus* Alagoinhas?
2. Em qual tipo de trabalho o Sr. atua ou já atuou no *campus*?
3. Além de projetos de engenharia civil, o Sr. já atuou no apoio aos projetos de acessibilidade em outras unidades?
4. Na sua percepção, quais são as maiores dificuldades para implantar esses projetos arquitetônicos no IFBaiano?
5. Na sua concepção como o Sr. vê a unidade no quesito acessibilidade arquitetônica?
6. Fazendo um mapeamento da entrada do *campus*, o que você acha que precisa ser melhorado, quais sugestões o Sr. daria, seguindo as premissas da NBR 9050:2015?
7. Ao elaborar um mapeamento no prédio administrativo, no quesito acessibilidade arquitetônica o que o Sr. acha que precisa ser melhorado quais sugestões daria, seguindo as premissas da NBR 9050:2015?
8. Ao elaborar um mapeamento no estacionamento da unidade, no quesito de acessibilidade arquitetônica o que o Senhor acha que precisa ser melhorado, quais sugestões daria, seguindo as premissas da NBR 9050:2015?

9. Ao elaborar um mapeamento no prédio pedagógico, no quesito de acessibilidade arquitetônica o que o Sr. acha que precisa ser melhorado quais, sugestões daria, seguindo as premissas da NBR 9050:2015?

10. Ao elaborar um mapeamento no refeitório da unidade, no quesito de acessibilidade arquitetônica o que o Sr. acha que precisa ser melhorado, quais sugestões daria, seguindo as premissas da NBR 9050:2015?

APÊNDICE D
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Eu, Robson de Souza Santos, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), sob a orientação da professora Dr.^a Cláudia Paranhos de Jesus Portela, estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada **“Acessibilidade arquitetônica como fator de oportunidade e igualdade para pessoas com deficiência no Instituto Federal Baiano – *Campus* Alagoinhas”**. O objetivo principal deste estudo consiste em investigar como a organização do espaço arquitetônico no IFBaiano – *Campus* Alagoinhas, possibilita a acessibilidade *de pessoas com deficiência?* Para tanto, gostaria de contar com sua participação que consistirá em responder asperguntas a serem realizadas, sob a forma de entrevista semiestruturada. As suas respostas não serão divulgadas de forma a possibilitar sua identificação, garantindo, assim, o total sigilo de seu nome na pesquisa. Você não receberá remuneração por essa entrevista, nem tampouco haverá danos, riscos ou ônus a sua pessoa. O benefício relacionado a sua participação será o de contribuir para o conhecimento científico na área educacional. Desde já agradeço sua atenção e me coloco à inteira disposição para maiores informações.

	Consentimento	Pós-Informação
--	---------------	----------------

Eu, _____, fui informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador sobre o objetivo do referido estudo e qual será a minha participação. Por isso, concordo em colaborar com a investigação, estando totalmente ciente de que não haverá nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, e que também poderei me recusar a participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento da realização da pesquisa.

Alagoinhas, ____ de _____ 2020.

Assinatura do sujeito da pesquisa

Robson de Souza Santos
Mestrando do GESTEC

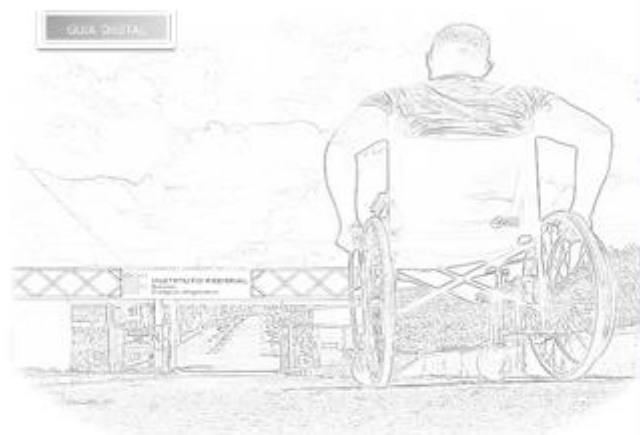
Dr.^a. Claudia Paranhos de Jesus Portela
Orientador

APÊNDICE E – MODELO DO GUIA DIGITAL

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

INSTITUTO FEDERAL BAIANO

CAMPUS ALAGOINHAS



Esse **GUIA DIGITAL** dispõe de mecanismos para leitores de áudio, veja no apêndice A.

À **ProCego Ver**: A imagem de capa exibe a foto de um discente na entrada do IF Baiano - campus Alagoinhas, usando cadeira de rodas. A foto dispõe das cores de tons de preto e cinza, com uma faixa na lateral nas cores verde e amarelo.

Trabalho de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Aplicada à Educação, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito de qualificação ao título de mestre, sob orientação da Professora Dra. Cláudia Paranhos de Jesus Portela.

COORDENAÇÃO E SUGESTÕES GRÁFICAS:

Cláudia Paranhos de Jesus Portela
Robson de Souza Santos

FOTOGRAFIAS:

Capa - Juliana Roberto Cerqueira
Demais fotos - Robson de Souza Santos

ENGENHEIRO CÍVIL - APOIO TÉCNICO:

George Bitencourt da Costa

DESENHISTA CADISTA E PROJETISTA:

Adriana Pinto das virgens

EXPEDIENTE:

Textos - Robson de Souza Santos

REVISÃO:

Tâmara Santos de Pinho - Pedagoga

SUMÁRIO

Contexto da investigação.....	4
O IFBaiano – campus Alagoinhas.....	5
Orientações técnicas.....	7

O IFBAIANO – CAMPUS ALAGOINHAS

A proposta do guia digital para o IF Baiano campus – Alagoinhas foi desmembrada em cinco (05) etapas, tendo em vista o tamanho da unidade e suas particularidades no que se diz respeito à estrutura arquitetônica. As partes desmembradas foram: Entrada da unidade, prédio administrativo, estacionamento, prédio pedagógico e refeitório.

A unidade foi implantada em (foto 01) Março de 2017, com o primeiro curso de capacitação em doces e conservas. Perfaz uma área total de 57.028,37M², dispendo de um prédio administrativo com 48 salas, uma biblioteca e um auditório com capacidade para 216 lugares, além de um prédio pedagógico com 14 salas de aulas e 14 laboratórios, cada sala com tamanho aproximado de 60M², um refeitório com capacidade diária entre 1.200 a 1.400 alunos, contando com um estacionamento que suporta aproximadamente 240 veículos, respeitando as vagas para motociclistas, ciclistas, idosos, gestantes e pessoas com alguma deficiência.

Foto 01 – Unidade de Alagoinhas



Fonte: arquivo próprio (2020)

ANEXO A
CURSOS POR MODALIDADES E UNIDADES

CURSOS	MODALIDADE	CAMPUS
Agroecologia	Integrado	Alagoinhas
Agroindústria	Subsequente	
Ensino de ciências naturais e matemática	<i>Latu sensu</i>	
Técnico em vendas	EAD	
Técnico em agricultura	Integrado	Bom Jesus da Iapa
Técnico em agroecologia	Integrado	
Técnico em informática	Integrado	
Técnico em agricultura	Subsequente	
Técnico em informática	Subsequente	
Engenharia Agrônômica	Graduação	
Educação Matemática	<i>Latu sensu</i>	
Inovação Social	<i>Latu sensu</i>	
Técnico em secretário escolar	EAD	
Técnico em cozinha	PROEJA	Catu
Técnico em agropecuária	Integrado	
Técnico em alimentos	Integrado	
Técnico em química	Integrado	
Técnico em agrimensura	Subsequente	
Técnico em agropecuária	Subsequente	
Técnico em operação e produção de petróleo	Subsequente	
Licenciatura em química	<i>Latu sensu</i>	
Tecnólogo em análise e desenvolvimento de sistemas	Graduação	
Especialização em educação científica e popularização das	<i>Latu sensu</i>	

ciências		
Mestrado profissional em educação profissional e tecnológica	<i>Stricto sensu</i>	
Técnico em informática	Integrado	Governador Mangabeira
Técnico em agroindústria	Integrado	
Técnico em cozinha	PROEJA	
Integrado Agropecuária	Subsequente	
Integrado em alimentos	Subsequente	
Técnico em manutenção e suporte em informática	Subsequente	
Técnico em secretária escolar	EAD	
Técnico em meio ambiente	EAD	
Técnico em segurança do trabalho	EAD	
Técnico em serviços públicos	EAD	
Técnico em administração	EAD	
Técnico em agroindústria	Integrado	
Técnico em agropecuária	Integrado	
Técnico em informática para internet	Integrado	
Técnico em informática	PROEJA	
Técnico em zootecnia	Subsequente	
Técnico em agricultura	Subsequente	
Bacharelado em Engenharia Agrônômica	Graduação	
Licenciatura em química	Graduação	
Tecnologia em agroindústria	Graduação	
Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas	Graduação	
Especialização em ensino de ciências naturais e matemática	<i>Latu sensu</i>	
Mestrado profissional em produção vegetal no semiárido	<i>Stricto sensu</i>	

Técnico em agroindústria	Integrado	Itaberaba
Técnico em meio ambiente	Subsequente	
Técnico em agropecuária	Subsequente	
Técnico em agropecuária	Integrado	Itapetinga
Técnico em meio ambiente	Integrado	
Técnico em agropecuária	Subsequente	
Técnico em alimentos	Subsequente	
Técnico em manutenção e suporte em informática	Subsequente	
Bacharelado em sistema de informação	Graduação	
Licenciatura em letras	Graduação	
Especialização em ensino de ciências naturais e matemática	<i>Latu sensu</i>	
Leitura e produção textual aplicada à educação de jovens e adultos	<i>Latu sensu</i>	
Técnico em secretária escolar	EAD	
Técnico em agropecuária	Integrado	
Técnico em alimentos	Integrado	
Técnico em zootecnia	Integrado	
Técnico em informática	Subsequente	
Licenciatura em ciências biológicas	Graduação	
Licenciatura em geografia	Graduação	
Bacharelado em zootecnia	Graduação	
Técnico em agropecuária	Integrado	Senhor do Bonfim
Técnico em zootecnia	Subsequente	
Técnico em informática	Subsequente	
Técnico em alimentos	Subsequente	
Técnico em agrimensura	Subsequente	
Licenciatura em ciência da computação	Graduação	
Licenciatura em ciências agrárias	Graduação	

Especialização em desenvolvimento sustentável no semiárido com ênfase em recurso hídricos	<i>Latu sensu</i>	
Metodologia do ensino de química e física	<i>Latu sensu</i>	
Técnico em Administração	EAD	
Técnico em meio ambiente	EAD	
Técnico em segurança do trabalho	EAD	
Técnico em serviço público	EAD	
Técnico em agente comunitário de saúde	EAD	
Técnico em alimentação escolar	EAD	
Técnico em eventos	EAD	
Técnico em transações imobiliárias	EAD	
Técnico em hospedagem	EAD	
Técnico em agroecologia	Integrado	
Técnico em agroindústria	PROEJA	
Técnico em agropecuária	Subsequente	
Técnico em secretária escolar	EAD	
Tecnologia em gestão de cooperativas	Graduação	
Licenciatura em ciências biológicas	Graduação	
Inovação Social	<i>Latu sensu</i>	
Educação do campo	<i>Latu sensu</i>	
Técnico em administração	Integrado	Teixeira de Freiras
Técnico em agropecuária	Integrado	
Técnico em florestas	Integrado	
Técnico em hospedagem	Subsequente	
Técnico em florestas	Subsequente	
Técnico em agropecuária	Subsequente	

Técnico em administração	Subsequente	
Bacharelado em engenharia agrônômica	Graduação	
Técnico em secretariado escolar	EAD	
Técnico em guia de turismo	Integrado	Uruçuca
Técnico em informática	Integrado	
Técnico em Agrimensura	Subsequente	
Técnico em Agropecuária	Subsequente	
Técnico em Alimentos	Subsequente	
Gestão de turismo	Graduação	
Agroecologia	Graduação	
Engenharia de alimentos	Graduação	
Desenvolvimento regional e sustentável	<i>Latu sensu</i>	
Ciência e tecnologia de alimentos com ênfase em cacau e chocolate	<i>Latu sensu</i>	
Educação científica e cidadania	<i>Latu sensu</i>	
Técnico em vendas	EAD	
Técnico em agroecologia	Integrado	
Técnico em Agropecuária	Integrado	
Técnico em meio ambiente	Subsequente	
Técnico em Agropecuária	Subsequente	
Técnico em segurança do trabalho	EAD	
Técnico em logística	EAD	
Técnico em Agropecuária	Subsequente	
Técnico em meio ambiente	Subsequente	Xique-xique

Fonte: Tabela adaptada, retirada do sítio do IFBaiano(2019).

ANEXO B

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUP - ANO 2012

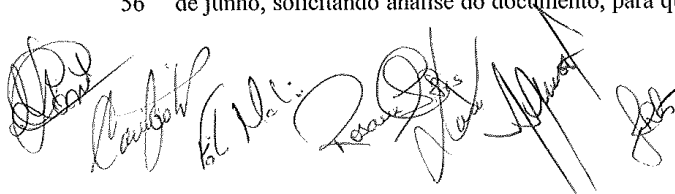
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CONSELHO SUPERIOR

Rua do Rouxinol, 115 - Bairro do Imbuí - CEP: 41720-052 - Salvador-BA
e-mail:gabinete@ifbaiano.edu.br

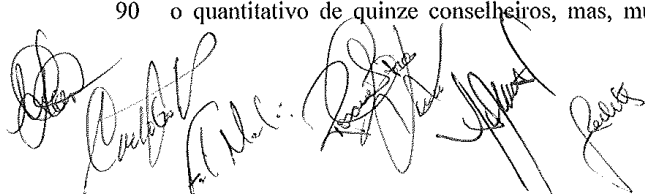
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO - ANO 2012

1 Aos nove dias do mês outubro do ano de dois mil e doze, às nove horas, após prévia convocação
2 do Presidente do Conselho Superior, o professor Sebastião Edson Moura, reuniram-se na sala de
3 reuniões da Reitoria do Instituto Federal Baiano – IF Baiano, os conselheiros abaixo listados,
4 para tratar da seguinte pauta: criação dos Cursos Técnicos de Nível Médio em Agropecuária,
5 Agroindústria e Informática, a serem ofertados na forma Concomitante, em caráter especial, para
6 atender à demanda do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego -
7 PRONATEC (Processo 23327.002323/2012-01); criação e oferta do Curso Técnico em
8 Agropecuária, na modalidade Educação de Jovens e Adultos pelo Programa de Integração da
9 Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de
10 Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, na Pedagogia da Alternância, *Campus* Santa
11 Inês (Processo 23327.001007/2011-22); solicitação de extinção do Curso de Alimentos PROEJA,
12 do *Campus* Santa Inês (Processo 23327.000746/2012-88); ratificação da Resolução nº 11/2012
13 que aprovou a Normativa para Emissão de Certificados e Diplomas do IF Baiano (Processo
14 23327.002321/2012-11); aprovação da Política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano, mediante
15 a aplicabilidade de no mínimo 2% (dois por cento) do valor total do orçamento de custeio de
16 cada *campus*, para contemplar a referida política (Processo 233327.002492/2011-51); ratificação
17 da autorização de afastamento para o exterior do servidor do IF Baiano, Sebastião Edson Moura,
18 com ônus para o IF Baiano/SETEC (Processo 23332.002102/2012-24); autorização de
19 afastamento para o exterior do servidor Aurélio José Antunes de Carvalho, com ônus parcial para
20 o IF Baiano/*Campus* Santa Inês (Processo 23332.000398/2012-70); autorização de afastamento
21 para o exterior do servidor Fred da Silva Julião, com ônus para o IF Baiano/*Campus* Santa Inês
22 (Processo 23332.000301/2012-29); autorização de afastamento para o exterior da servidora

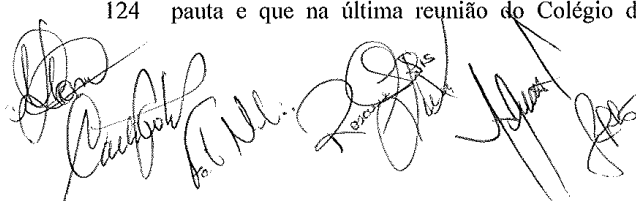
23 Olímpia Lima Silva Filha, com ônus para o IF Baiano/*Campus* Valença (Processo
24 23332.000101/2012-36), objetivando suas aprovações e o que ocorrer. Participaram da reunião os
25 seguintes conselheiros: Carlos Magno Augusto Sampaio, Rosane Cardoso dos Santos Dias,
26 Geovane Barbosa do Nascimento - representantes dos docentes; José Marcos Chaves Menezes,
27 Anderson Jambeiro de Souza, Fábio Marcelus Silva de Almeida - representantes dos servidores
28 técnico-administrativos; Antônio Joaquim de Jesus Ribeiro Neto, Emerson Zambrano Lara,
29 Matheus Cunha Santos - representantes dos discentes; Erenilton Mendes Barbosa - representante
30 dos egressos; Carlos Elízio Cotrim, Nelson Vieira da Silva Filho, Alex Batista Dias -
31 representantes dos diretores gerais dos *Campi* e José Vasconcelos Lima Oliveira, representante do
32 setor público; estavam também presentes Alberto Alves de Oliveira (Pró-reitor de Extensão); José
33 Carlos de Carvalho (Diretor de Planejamento e Políticas de Ensino); Neurisângela Maurício dos
34 Santos (Técnica em Assuntos Educacionais); Amanda Espírito Santo Nogueira (Técnica em
35 Assuntos Educacionais); Edna de Santana Melo e Silva (Psicóloga); Zildeni Martins de Oliveira
36 (Assistente Social); André Leonardo Vasconcelos (Professor do Ensino Básico, Técnico e
37 Tecnológico – *Campus* Santa Inês), Nilton de Santana dos Santos (Presidente Substituto). Ao
38 iniciar os trabalhos, o presidente do Conselho, SEBASTIÃO EDSON, agradeceu a presença dos
39 conselheiros e falou da satisfação em realizar a reunião em espaço próprio que, embora pequeno,
40 acomodava a todos. Externou que, em virtude da greve, as reuniões do Conselho foram
41 suspensas, já que a maioria dos membros do Colegiado era de servidores e alunos do Instituto.
42 Falou da necessidade de aprovação de alguns processos “*ad referendum*”, sendo um deles a sua
43 viagem para Portugal que possibilitou a realização de alguns convênios entre o IF Baiano e
44 Instituições de Ensino portuguesas. Lembrou de algumas discussões sobre o tema progressão DI-
45 DIII e disse que esta demanda dos servidores docentes já havia sido atendida, inclusive, alguns
46 deles já estavam recebendo os valores em folha. Em seguida foi feita a leitura da Ata do dia seis
47 de junho de dois mil e doze, pela secretária do Conselho, JOÉLITA OLIVEIRA. O presidente
48 perguntou se alguém tinha algum questionamento a fazer sobre a ata da reunião anterior. O
49 conselheiro GEOVANE disse que tinha duas colocações a fazer, que primeiramente fosse feita a
50 verificação do *quorum* e discordou da justificativa do presidente do Conselho em não realizar as
51 reuniões no período da greve. Informou que havia solicitado a inclusão de alguns itens na pauta
52 do dia, por e-mail, solicitando esclarecimentos sobre alguns assuntos. Também solicitou que
53 fossem feitas algumas retificações na ata do dia seis de junho de dois mil e doze, inclusive,
54 sugeriu que as linhas do texto fossem numeradas, facilitando, assim, as correções. A secretária do
55 Conselho esclareceu que havia enviado a Ata previamente para os conselheiros, no final do mês
56 de junho, solicitando análise do documento, para que fossem feitas as correções, se necessárias e



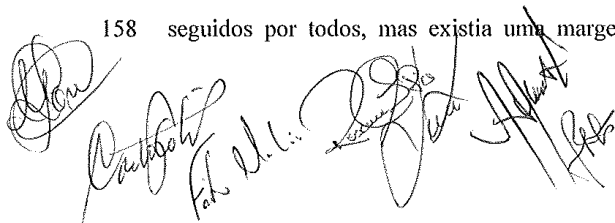
57 pertinentes. Por isso, estranhou que o conselheiro Geovane tenha, somente naquele momento,
58 solicitado as suas sugestões de correções. O presidente do Conselho, SEBASTIÃO EDSON,
59 solicitou que o Conselheiro Geovane encaminhasse as sugestões de retificações à secretária do
60 Conselho para que fossem verificadas as correções, ficando a assinatura da Ata para a próxima
61 reunião do Colegiado. O conselheiro ALEX observou que foram gastos trinta minutos para a
62 leitura da ata e disse tê-la recebido previamente, e pediu aos outros conselheiros que, para o bom
63 andamento dos trabalhos, fizessem a leitura e sugestões de correções com antecedência. O
64 conselheiro CARLOS MAGNO disse que a leitura prévia de ata era um fato necessário.
65 Queixou-se do processo de envio dos projetos para deliberação nas reuniões, ocasionando
66 reuniões extensas e cansativas. Argumentou que deveriam ter ocorrido reuniões durante o período
67 da greve. O presidente disse que na reunião realizada na Reitoria com os grevistas alguns deles
68 afirmaram que somente participariam da reunião do Conselho, caso fossem convocados
69 exclusivamente para deliberarem sobre progressão DI-DIII e sobre a jornada de trinta horas para
70 os Técnicos Administrativos da Educação. O presidente disse que diante do posicionamento do
71 Colegiado, se colocando favoravelmente à realização das reuniões do Conselho Superior em
72 período de greve, o Conselho será convocado para reuniões. O conselheiro CARLOS MAGNO
73 externou que a greve é um movimento legal e que, por isso, não era correto o corte de diárias, de
74 férias e a suspensão de participação em eventos. O presidente do Conselho, SEBASTIÃO
75 EDSON, argumentou que o questionamento do conselheiro Carlos Magno não se aplicava, pois,
76 infelizmente, as greves não têm sido presenciais. Disse que adotou o posicionamento de não ler
77 nenhum documento enviado pela SETEC sobre corte de ponto dos servidores e nem tão pouco
78 enviou relação, para o Ministério da Educação, com os nomes dos servidores em greve. O
79 conselheiro GEOVANE compartilhou com o Colegiado que, quando da visita do procurador ao
80 Campus Uruçuca, consultou-o sobre a legalidade no pagamento de diárias para o servidor em
81 greve e que obteve a resposta de que era possível o pagamento de diária, desde que o servidor,
82 saísse do movimento, registrando isso em documento pelo comando de greve. O conselheiro
83 CARLOS MAGNO disse que esse tipo de atitude por parte do servidor banalizaria a greve. O
84 conselheiro EMERSON ZAMBRANO pediu que fosse restabelecida a ordem da reunião, com a
85 leitura da pauta e sua aprovação. O Conselheiro Geovane argumentou que, antes, porém, fosse
86 verificado o quorum, foi constatada a presença de quinze conselheiros. Também solicitou que a
87 secretária confirmasse a quantidade de conselheiros presentes na última reunião do Colegiado. O
88 presidente, SEBASTIÃO EDSON, disse que na reunião anterior não ocorreu a votação do item
89 DI-DIII porque não houve “*quorum*” mínimo, embora o início dos trabalhos tenha ocorrido com
90 o quantitativo de quinze conselheiros, mas, muitos se ausentaram no decorrer da reunião. O



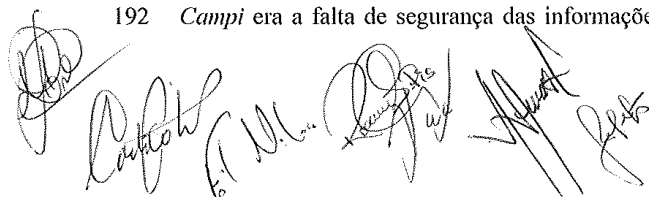
91 presidente do Conselho aproveitou para esclarecer a informação contida no documento enviado
92 pelo conselheiro Carlos Magno aos sindicalizados, afirmando que, na reunião do dia seis de
93 junho de dois mil e doze, não ocorreu a apreciação dos itens sobre a progressão DI-DIII e trinta
94 horas para os Técnicos Administrativos em Educação, por falta de “quorum” mínimo para
95 votação, fruto de uma manobra política. O presidente SEBASTIÃO EDSON externou que não
96 dava direito a ninguém de duvidar de sua honradez e que jamais ligou para qualquer conselheiro
97 pedindo para votar contra ou a favor de algum ponto de pauta e que, infelizmente, a reunião se
98 estendeu e algumas pessoas precisaram se ausentar, pois tinham compromissos e se alguém
99 provar que ele tenha agido com indignidade, renunciará ao cargo. O conselheiro CARLOS
100 MAGNO disse que toda pessoa ao assumir um cargo de gestor público estará sujeita a
101 discordâncias e questionamentos e que, em momento algum, teve a intenção de chamar o
102 presidente de injusto ou desonesto e que tinha um grande respeito pela pessoa do presidente.
103 Talvez pela quentura das discussões suas palavras tenham sido mal interpretadas. Aproveitou
104 para informar que a reivindicação pelo pagamento das progressões dos docentes já havia sido
105 atendida e, que, esse seria o caminho inevitável, já que havia um movimento nacional grevista
106 clamando por isso. Reclamou da forma pela qual foram feitas as colocações do presidente do
107 Colegiado, pois parecia uma intimidação aos conselheiros. O presidente disse que a decisão de
108 conceder a progressão DI-DIII foi tomada, tendo como respaldo o conhecimento antecipado de
109 que o Governo já estava com a minuta pronta, excluindo os professores em estágio probatório da
110 progressão, por isso se antecipou para não prejudicar os servidores. O presidente substituto,
111 NILTON SANTANA, justificou a pauta do dia e disse que foi preciso selecionar as prioridades e
112 que seriam convocadas reuniões extraordinárias para colocar a demanda do Conselho em dias. O
113 conselheiro GEOVANE solicitou que as suas demandas fossem agendadas para a próxima
114 reunião do Conselho. Em seguida fez a leitura de seus pedidos para que o Colegiado tomasse
115 conhecimento. O presidente substituto voltou a fazer a leitura dos itens da pauta. O conselheiro
116 MARCOS CHAVES questionou a colocação em pauta do item referente à autorização de viagem
117 para o exterior do servidor Aurélio José. O presidente substituto justificou que o item foi
118 colocado em pauta devido à proximidade da viagem do servidor e que ficaria a critério do
119 Colegiado permitir ou não a análise do item. O conselheiro ANDERSON pediu para que o
120 presidente esclarecesse por que o assunto das trinta horas para os técnicos administrativos não
121 estava constando na pauta, já que havia sido combinado em reunião na Reitoria, no período da
122 greve, que este assunto seria item único de pauta da próxima reunião do Colegiado. O presidente
123 SEBASTIÃO EDSON respondeu que havia urgência na apreciação dos itens que constavam na
124 pauta e que na última reunião do Colégio de Dirigentes deliberou para os diretores gerais



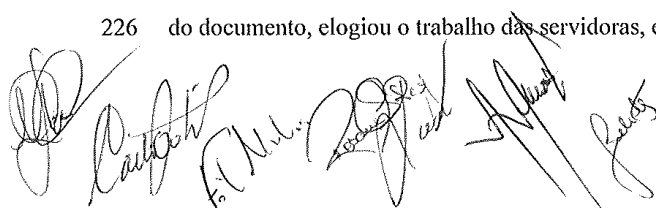
125 tentarem implantar as trinta horas, fazendo os ajustes necessários nos setores e que após retorno e
126 análise do que está ocorrendo nos *Campi* a questão das trinta horas, para os técnicos
127 administrativos, poderá ser avaliada com mais segurança pelo Colegiado. O conselheiro
128 ANDERSON disse que a questão era temporal, uma vez que os servidores do *Campus* Santa Inês
129 estavam cobrando uma definição sobre a questão das trinta horas. O presidente SEBASTIÃO
130 EDSON informou que estava aguardando o posicionamento dos diretores gerais dos *Campi* sobre
131 a implantação das trinta horas em suas unidades de ensino. O presidente substituto, NILTON
132 SANTANA, informou que alguns *campi* já haviam enviado para o gabinete informações sobre a
133 repercussão da implantação das trinta horas. O presidente do Colegiado aproveitou para sugerir
134 que, futuramente, fossem formadas comissões, com membros do Conselho, formando grupos de
135 três, para visitar outros *campi*, a fim de verificar o funcionamento e a realidade de cada *campus*.
136 Aprovada a pauta, em seguida, foi iniciada a apreciação dos itens. **1. Análise e Ratificação da**
137 **Normativa para Emissão de Certificados e Diplomas no Âmbito do Instituto Federal**
138 **Baiano** – O servidor da Pró-reitoria de Ensino, ADILSON SILVA DE SOUSA, Técnico em
139 Assuntos Educacionais, disse que a elaboração do documento seguiu às orientações, do Ofício
140 Circular nº 902//2009, enviado pela SETEC, e que baseado neste Ofício foi criada uma comissão
141 interna, responsável pelos trabalhos, e que também foram observadas, na elaboração da
142 Normativa, a Lei de Diretrizes e Base da Educação, a Lei de Criação dos Institutos Federais e os
143 Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação. Após conclusão dos trabalhos a
144 Comissão encaminhou a Minuta da Normativa para a Procuradoria, obtendo parecer favorável,
145 sem ressalvas e, posteriormente, o documento foi socializado com a comunidade. O servidor
146 disse que havia uma demanda reprimida pela emissão dos certificados e diplomas e por conta da
147 urgência encaminhou para aprovação em caráter “*ad referendum*”, esperando que fosse ratificado
148 pelo Conselho. O presidente substituto, NILTON SANTANA, perguntou sobre a demanda pela
149 emissão dos diplomas. O servidor ADILSON SOUSA respondeu que havia novecentos e trinta e
150 quatro diplomas a serem emitidos e vários pedidos por e-mail solicitando a aprovação da
151 Normativa. O servidor aproveitou para informar sobre a validade do documento em todo o
152 território nacional, com informações padronizadas e pontos comuns que deverão ser seguidos por
153 todas as Instituições Federais de Ensino, inclusive com registro no Sistema Nacional de
154 Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, garantido mais segurança e
155 credibilidade aos certificados e diplomas. O conselheiro GEOVANE perguntou se o documento
156 será padronizado pela SETEC via rede, então, como padronizar se cada Instituto fizer sua
157 Minuta. O servidor ADILSON SILVA respondeu que existem elementos chaves que deverão ser
158 seguidos por todos, mas existia uma margem de liberdade em que cada Instituto poderá se



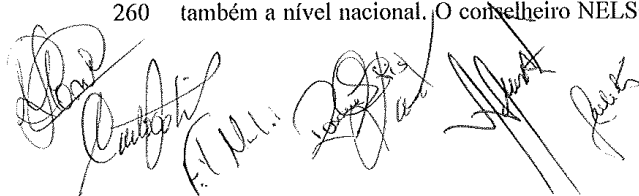
159 locomover. O conselheiro ALEX BATISTA disse que a padronização e as medidas de segurança
160 do documento eram bem vindas, mas criticou a burocracia e o tempo para a entrega do diploma
161 ao requerente, perguntando quantos dias seria dado para entrega do diploma. O servidor
162 ADILSON SILVA disse que o prazo foi estabelecido na Organização Didática, tanto para o
163 ensino técnico profissional como para o ensino superior, e que o prazo é de noventa dias, sendo
164 que onze dias foram estipulados para tramitação da requisição entre o *campus* e a Reitoria. O
165 conselheiro ALEX BATISTA perguntou, se quando cobrado pelos discentes, o que responder.
166 Questionou se a Reitoria dará conta da demanda. Disse que existem situações urgentes e que
167 teme em se comprometer e não conseguir cumprir o prazo, tornado a questionar o prazo de
168 noventa dias. O servidor respondeu, novamente, que o prazo era de noventa dias, e que a Pró-
169 Reitoria, preocupada em cumprir o prazo, solicitou mais servidores para compor a equipe, e que,
170 também, para agilizar o processo, foi criado um formulário padrão que deverá ser preenchido
171 pelos concluintes. Falou que existe uma base de dados com variáveis fixas e que foi criada uma
172 base de dados com variáveis móveis, ambas se comunicarão, otimizando o processo de confecção
173 dos diplomas, restando apenas a chegada dos dois novos servidores. O conselheiro ALEX
174 perguntou se o aluno terá como acompanhar o trâmite processual da emissão dos certificados e
175 diplomas. O servidor ADILSON SILVA respondeu que o discente poderá acompanhar,
176 juntamente com o *campus*, através do Sistema Integrado de gestão Acadêmica – SIGA-EDU. O
177 conselheiro Alex quis saber sobre o andamento das solicitações de diplomas que já estavam na
178 Pró-Reitoria. Adilson respondeu que só tinha pedidos do *Campus* Valença. O conselheiro
179 ANDERSON JAMBEIRO observou que ainda existiam pendências de entrega de certificados,
180 dos cursos de curta duração, de responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão, e quis saber se o
181 novo sistema iria sanar essas situações. O servidor ADILSON SILVA disse que a confecção e
182 entrega dos certificados dos cursos de curta duração, realizados pelas Pró-Reitorias, serão de
183 responsabilidades das mesmas. O Conselheiro NELSON VIEIRA indagou se a Pró-Reitoria de
184 Ensino possuía a infraestrutura apropriada para atender essa nova demanda, a exemplo de
185 equipamentos apropriados e formulário para emissão dos certificados. No que concerne à questão
186 de recursos humanos, o servidor ADILSON SILVA disse que estava aguardando a nomeação de
187 novos servidores e que a Pró-Reitoria de Ensino já possuía impressora, formulários, livro de
188 registro e armário para guardar dos certificados, restava adequar o acesso ao arquivo deslizante,
189 já instalado na Reitoria, restringindo o acesso, somente ao servidor da PROEN. O conselheiro
190 CARLOS ELÍZIO questionou a legalidade dos diplomas que estavam sendo emitidos pelos
191 *Campi*. O servidor ADILSON SILVA disse que o problema dos certificados emitidos pelos
192 *Campi* era a falta de segurança das informações e a necessidade do registro dos diplomas nos



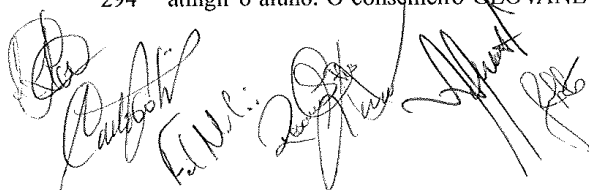
193 SISTEC. O conselheiro GEOVANE indagou se, havendo determinação do Ministério da
194 Educação para que os certificados fossem emitidos em um prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a
195 Reitoria estava preparada para cumprir essa determinação, com infraestrutura adequada, como:
196 máquinas, sistema, recursos humanos. O servidor ADILSON SILVA expôs que a determinação
197 do prazo mínimo de entrega era interna, prevista na Organização Didática dos Cursos da
198 Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Superior, e que a intenção da Pró-Reitoria era
199 de obter os dados para a confecção dos certificados dos alunos na base de dados do sistema de
200 registros escolares – SIGA-EDU. A conselheira ROSANE inquiriu se a Normativa para emissão
201 dos certificados já estava obedecendo à Resolução número seis de vinte de setembro de dois mil
202 e doze, que define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível
203 médio. O servidor ADILSON SILVA disse que, mesmo havendo algum item novo na referida
204 Resolução, o Instituto irá adequar o sistema SIGA-EDU para atender ao formato da resolução,
205 mas que o mais importante é que a base de dados esteja sendo alimentada com as informações
206 pelos *Campi*. O presidente SEBASTIÃO EDSON solicitou que os *campi* orientassem os
207 discentes sobre as determinações e prazos a serem obedecidos para requisição e obtenção dos
208 certificados e diplomas, para que a Reitoria não seja penalizada com os pedidos intempestivos.
209 Aproveitou para informar sobre a futura mudança do nome do Instituto Federal Baiano para
210 Instituto Federal Dois de Julho, situação que tramita no Congresso Nacional e está aguardando,
211 somente, a aprovação do Senado Federal. O conselheiro ANDERSON JAMBEIRO perguntou se
212 o cadastro do endereço da Reitoria já havia sido alterado no sistema da Receita Federal. O
213 presidente respondeu que após a reforma as medidas legais necessárias já estavam sendo tomadas
214 para efetivar a mudança do endereço para o Imbuí, pois antes a Reitoria não tinha endereço fixo.
215 A conselheira ROSANE pediu aos dirigentes que socializassem, exaustivamente, os
216 procedimentos para a emissão dos certificados. Em seguida, o presidente colocou o item da pauta
217 em votação. Foi aprovado por unanimidade, sem nenhuma abstenção. **2. Aprovação da Política**
218 **da Diversidade e Inclusão do IF Baiano, Mediante a Aplicabilidade de no Mínimo 2% (dois**
219 **por cento) do Valor Total do Orçamento de Custeio de Cada *Campus*, para Contemplar a**
220 **Referida Política (Processo 233327.002492/2011-51).** O presidente substituto, NILTON
221 SANTANA, lembrou aos conselheiros que o item dois da pauta já tinha sido objeto de análise do
222 Conselho e solicitou que as duas servidoras da Pró-Reitoria dessem início a apresentação. A
223 servidora EDNA MELO saudou os presentes e pediu para que a comissão responsável pela
224 relatoria da Política de Diversidade e Inclusão apresentasse suas conclusões sobre o material. O
225 conselheiro CARLOS MAGNO relatou que a comissão respeitou todo o processo de elaboração
226 do documento, elogiou o trabalho das servidoras, e que inclusive encaminharia pela aprovação do



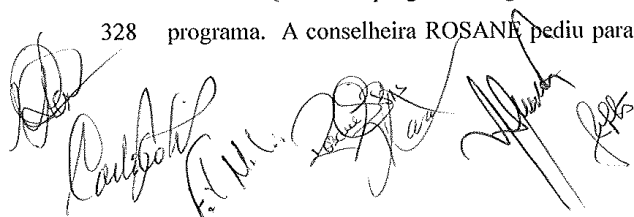
227 documento, mas que antes faria algumas ressalvas, que pelos menos servissem como reflexão,
228 quais sejam: na página onze solicitou que fossem revistos os termos equidade e igualdade, que
229 retomaria na questão dos princípios que nortearam a elaboração do documento na página treze.
230 Disse que a lógica pedagógica deveria ser revista, pois gerava uma contradição fazer inclusão se
231 baseando em uma lógica pedagógica liberal que por si só já é excludente. Disse que muitos
232 autores questionam os termos equidade e igualdade quando se tem a intenção de realizar uma
233 educação cidadã. No Item Criação dos Recursos, questionou a criação de um Núcleo de
234 Acessibilidade na Reitoria e conseqüentemente a participação nos recursos. O presidente disse
235 que o percentual de dois por cento saíra dos recursos de cada *campus*. O conselheiro CARLOS
236 MAGNO demonstrou preocupação com a disponibilização dos recursos para a efetivação da
237 Política de Inclusão. Questionou de onde sairão os recursos para a promoção da Política na
238 Reitoria. No tópico Convênios com Instituições, página quatorze, solicitou que constassem
239 critérios para parcerias e convênios com as instituições privadas. Na página quinze, chamou a
240 atenção para o ponto “apoiar políticas educacionais no campo”. Disse que não bastava apoiar. Era
241 preciso também fomentar. Sugeriu que fosse criado o Núcleo para Sustentabilidade no Campo.
242 As servidoras da Pró-Reitoria de Ensino esclareceram que o documento já contemplava o Núcleo
243 de Educação para Sustentabilidade do Campo. O presidente aproveitou para informar que foi
244 enviado para os *Campi* um proposta de discussão com toda comunidade sobre a educação no
245 campo e que até o dia quinze de novembro os *Campi* deverão devolver suas percepções,
246 ocorrendo posteriormente uma discussão na Reitoria com os representantes de cada *campus* e a
247 Pró-Reitoria de Ensino, e que em fevereiro dois mil e treze acontecerá um seminário nacional
248 sobre o ensino público no campo. Carlos Magno disse que era importante que o documento
249 estivesse sempre aberto a novas contribuições. O conselheiro ANDERSON JAMBEIRO disse
250 que o trabalho da comissão foi bem elaborado. Perguntou se o quantitativo de Núcleos constantes
251 no documento era obrigatório ou opcional e quais critérios para implantá-los. A servidora EDNA
252 MELO respondeu que nas disposições finais da Minuta, página dez, constava que deveriam ser
253 implantados pelo menos dois Núcleos, de acordo com a realidade local de cada *campus*, além dos
254 dois que eram obrigatórios por lei. O conselheiro ANDERSON JAMBEIRO pediu que fosse
255 esclarecido se outros estudantes, não atingidos pelo sistema de cotas do governo, também estarão
256 incluídos na Política de Inclusão. As servidoras, EDNA MELO e HILDETE, responderam que
257 sim. O conselheiro CARLOS MAGNO observou que o tema Inclusão Social não esteve sempre
258 presente nas diretrizes da educação brasileira e pediu para que a Política de Diversidade fosse
259 discutida em conjunto com outros assuntos, passando pela democratização geral no Instituto e
260 também a nível nacional. O conselheiro NELSON VIEIRA parabenizou a Comissão responsável



261 pela elaboração do documento e disse que qualquer Política, Programas ou princípios estarão
262 sujeitos a avaliações, modificações. Sugeriu que fosse substituída a expressão “povos caiçara”
263 por “fundo de pasto”, a fim de contemplar a questão da regionalidade. A servidora EDNA MELO
264 expôs que, na página vinte e um, o documento fazia referência à necessidade de avaliação
265 semestral da Política de Diversidade e Inclusão. O conselheiro GEOVANE parabenizou as
266 servidoras pelo trabalho realizado, mas, disse que se preocupava com a qualificação dos
267 profissionais que serão destinados para trabalharem nos núcleos. Questionou a necessidade de
268 especificar o percentual mínimo dos recursos, a serem aplicados no desenvolvimento da Política
269 de Diversidade e Inclusão, em 2% (dois por cento). A servidora EDNA MELO explicou que a
270 intenção foi de não deixar a critério de cada diretor geral e que considerava aquele percentual
271 ainda pouco e que cada dirigente poderá utilizar recursos superiores aos dois por cento. No que
272 tange aos profissionais que irão trabalhar nos Núcleos, a servidora EDNA MELO, sugeriu que o
273 Instituto fizesse parcerias com outras instituições públicas que já atuam com políticas inclusivas.
274 O conselheiro GEOVANE encaminhou para deliberação que o percentual de dois por cento fosse
275 o máximo a ser destinado para a Política de Inclusão e que os *Campi* utilizassem o recurso caso
276 necessário. O presidente SEBASTIÃO EDSON argumentou. Temia que a política nunca fosse
277 implantada, caso não fosse definido um valor mínimo a ser aplicado. Defendeu a aplicação do
278 percentual mínimo de dois por cento e que, futuramente, cada *campus* reavaliasse a necessidade
279 de alteração do valor para mais ou para menos. O conselheiro GEOVANE, novamente,
280 recomendou que não ficasse determinado o percentual mínimo de dois por cento para aplicar na
281 Política de Diversidade e Inclusão. O presidente lembrou que, anteriormente, o *Campus* Senhor
282 do Bonfim, ainda como Escola Agrotécnica, foi notificado pela Procuradoria por não ter
283 acessibilidade para portadores de necessidades, dando prazo para que a o *Campus* elaborasse o
284 projeto. O projeto foi elaborado, mas a SETEC não liberou os recursos para a obra. Agora a
285 própria Secretaria de Educação Tecnológica estava cobrando do IF Baiano a execução dos
286 projetos de acessibilidade. O conselheiro MATHEUS inquiriu se o projeto contou a participação
287 da comunidade estudantil. A servidora EDNA MELO respondeu que o documento foi por duas
288 vezes submetido a análise e apreciação da comunidade. A servidora ZILDENI disse que a
289 obrigação de socialização com os estudantes foi repassada para os diretores, inclusive pedindo
290 sugestão de outra forma de socialização diferente do que a comissão está realizando. O
291 conselheiro MATHEUS solicitou que a Política de Inclusão contemple ações voltadas para a
292 agricultura familiar. O conselheiro NELSON sugeriu que a prática utilizada para socialização de
293 assuntos de interesse dos discentes fosse repensada, buscando outras ações para que se possa
294 atingir o aluno. O conselheiro GEOVANE defendeu, novamente, que os orçamentos dos *Campi*

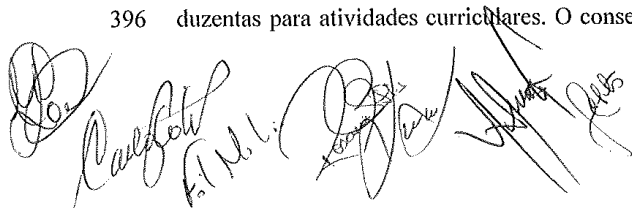


295 não fossem engessados com a destinação de no mínimo de dois por cento para a Política de
296 Inclusão, substituindo a redação para “deverá ser destinado o percentual mínimo de dois por
297 cento quando necessário” e que antes da votação para aprovação da Política de Inclusão, o
298 documento já fosse retificado. A servidora EDNA MELO esclareceu que o percentual de dois por
299 cento será de uso anual e que a Política deverá ser avaliada semestralmente, caso haja
300 necessidade a questão dos recursos poderá ser revista. O conselheiro MARCOS CHAVES
301 perguntou se havendo necessidade o diretor poderá utilizar os recursos da Política de inclusão
302 em outros projetos. O presidente respondeu que não. O conselheiro CARLOS MAGNO
303 perguntou se os recursos financeiros poderão acumular de um ano para o outro. O presidente
304 respondeu que não, e se, no final do ano, os recursos não forem utilizados, terão que ser
305 devolvidos para o Governo. O conselheiro ALEX expôs que inicialmente o percentual de dois
306 por cento será quase que insuficiente para atender às necessidades de cada *campus*. O
307 conselheiro CARLOS ELÍZIO informou que, a título de esclarecimentos, já havia gastado setenta
308 mil reais, apenas com a confecção de placas de sinalização em braille para o *Campus* Guanambi.
309 A servidora ZILDENI esclareceu aos conselheiros que a ideia da Comissão, responsável pela
310 elaboração da Política de Inclusão, foi de que os dois por cento fossem retirados do orçamento
311 geral do IF Baiano e distribuído de forma igualitária entre os *Campi*. O presidente SEBASTIÃO
312 EDSON solicitou que a servidora da PROEN lê-se, novamente, o tópico referente a destinação
313 dos recursos financeiros. Após leitura, o presidente SEBASTIÃO EDSON argumentou, dizendo
314 que a Reitoria tinha um orçamento de custeio menor que alguns *campi*, e não possuía um rubrica
315 específica para destinar à Política de Inclusão, por isso defendia que a retirada dos recursos fosse
316 do orçamento de custeio de cada *campus*. Disse que o orçamento de custeio da Reitoria poderá
317 ser utilizado para atender a necessidades específicas dos *Campi*, quando necessário. O
318 conselheiro ALEX BATISTA disse que os *Campi* não tinham estrutura física e nem recursos
319 humanos para atender aos portadores de necessidades especiais e que a realidade financeira dos
320 *Campi* também não era favorável à implantação da Política de Inclusão. O presidente
321 SEBASTIÃO EDSON orientou a Comissão para que modificasse a redação referente à origem
322 dos recursos, para dois por cento do orçamento de custeio de cada *campus*. O conselheiro
323 CARLOS MAGNO manifestou receio de que a Política de Inclusão ficasse para segundo plano,
324 por questões financeiras, enquanto outros projetos do governo, a exemplo do PRONATEC, têm
325 recursos de sobra para funcionarem. O presidente do Conselho, SEBASTIÃO EDSON,
326 ponderou, disse que as discussões não inviabilizavam a implantação da Política de Diversidade e
327 Inclusão. Quanto ao programa de governo PRONATEC, disse que o Instituto teve que aderir ao
328 programa. A conselheira ROSANE pediu para que fosse esclarecido de onde virão os recursos

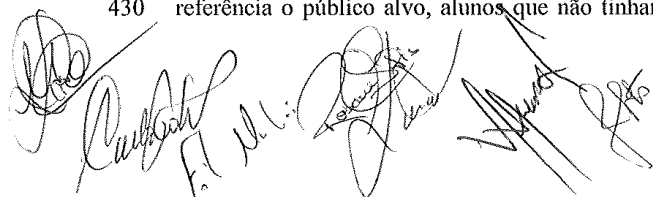


329 para a Política de Diversidade e Inclusão, e se sairia dos recursos da Assistência Estudantil.
330 Nesse momento, o presidente SEBASTIÃO EDSON indicou que fosse definida a questão da
331 origem dos recursos, se dos dois por cento do orçamento de custeio geral, ou, se do orçamento de
332 custeio da cada *campus*. O conselheiro NELSON explicitou que se os dois por cento fossem
333 retirados do orçamento geral, os *Campi* receberiam valores iguais; quando retirados do
334 orçamento de cada *campus*, será proporcional. Mais uma vez, o conselheiro CARLOS MAGNO
335 disse temer que a implantação da Política de Inclusão ficasse para segundo plano, já que os
336 recursos dos *Campi* não poderá atender às todas as demandas que venham surgir. O presidente do
337 Conselho garantiu que os *Campi* menores não deixarão de implantar a Política de Inclusão, por
338 falta de recursos, e que a sua intenção era preservar o orçamento de custeio de cada *campus*.
339 Ficou definido em votação, com onze votos a favor e três contras, que o orçamento será
340 proporcional por *campus*. Também foi definido, com 10 (dez) votos a favor e 4 (quatro) votos
341 contra, que os dois por cento serão fixos. Por fim, a Política de Diversidade e Inclusão foi
342 aprovada por unanimidade dos presentes. **3. Extinção do Curso de Alimentos PROEJA -**
343 ***Campus Santa Inês*** – o servidor ANDRÉ LEONARDO falou do modelo de ensino que vem
344 sendo ofertado para os alunos dos cursos do Programa de Educação de Jovens e Adultos e da
345 intenção de modificar a metodologia adotada, deixando de compará-lo ao ensino integrado, até
346 porque o perfil do aluno dos cursos PROEJA é diferenciado. ANDRÉ LEONARDO proferiu que
347 a demanda pela extinção do Curso partiu dos professores do *Campus* Santa Inês, uma vez
348 identificado que o Curso destinava os alunos para a indústria, não focando no perfil vocacional
349 da região. O servidor JOSÉ CARLOS esclareceu que tomou a iniciativa de enviar a proposta de
350 extinção do Curso para deliberação no Colegiado, em virtude da dificuldade dele ser ofertado
351 para educação de jovens e adultos, que necessita de uma metodologia e avaliação diferenciada,
352 inclusive a PROEN criou um núcleo de educação de jovens e adultos que está elaborando um
353 projeto que será discutido com os *Campi*. O conselheiro ALEX perguntou qual era a duração do
354 curso que estava sendo ofertado. O servidor ANDRÉ LEONARDO respondeu que era de um ano
355 e meio, na modalidade integrada. O conselheiro GEOVANE disse que a preocupação não era
356 com a troca do curso Técnico em Alimentos por Técnico em Agroindústria, mas que o grande
357 desafio era de ofertar um novo curso de Técnico em Agropecuária, diferenciado e com qualidade.
358 Não havendo mais considerações, o presidente pôs em votação e o Conselho Superior resolveu
359 aprovar, por unanimidade, a extinção do Curso de Alimentos, PROEJA - *Campus* Santa Inês. **4.**
360 **Criação e oferta do Curso Técnico em Agropecuária na Modalidade Educação de Jovens e**
361 **Adultos, pelo PROEJA, na Pedagogia da Alternância - *Campus* Santa Inês** – O servidor
362 ANDRÉ LEONARDO disse que, quando da concepção do curso, percebeu-se que se tratava de

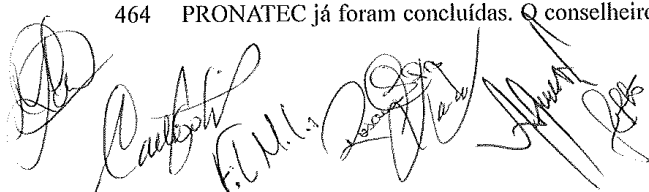
363 um curso diferenciado e com um público alvo específico. Disse, também, que o Projeto do Curso
364 atendia as exigências legais. Justificou a origem do Curso devido à procura, em dois mil e oito,
365 dos trabalhadores rurais por qualificação, culminando em dois mil e doze com a apresentação da
366 proposta às comunidades, e, posteriormente, com a adequação do projeto às necessidades e
367 interesses de todos. O servidor ANDRÉ LEONARDO leu os nomes dos integrantes da Comissão
368 responsável pelo grupo de trabalho, composta por servidores do *Campus* Santa Inês e de outros
369 *campi*. Exibiu o perfil profissional do concluinte do Curso, a organização curricular. Falou da
370 significação do Sistema de Alternância e os instrumentos utilizados, reafirmando a necessidade
371 de implantação do Curso, que também teve a aprovação da comunidade. O servidor JOSÉ
372 CARLOS aproveitou para informar que todo o processo foi acompanhado de perto pela PROEN
373 que designou a Técnica de Assuntos Educacionais, Amanda Espírito Santo Nogueira, para
374 realizar estudo sobre o PROEJA, sobre a Alternância, inclusive com a participação em
375 seminários e simpósios. O servidor ANDRÉ LEONARDO informou que, a partir desta proposta,
376 começou a ser discutida a Educação no Campo e que a experiência na elaboração desse projeto
377 tem contribuído muito nas discussões em que os participantes do grupo de trabalho vêm
378 participando interna e externamente. O conselheiro ALEX BATISTA parabenizou a equipe
379 responsável pelo desenvolvimento do Projeto e disse que o *Campus* Santa Inês aprenderá muito
380 com esses novos alunos. Relatou que no *Campus* Catu, inicialmente, alguns professores
381 negaram-se a dar aulas para os alunos do PROEJA, mas a equipe pedagógica foi surpreendida
382 com a qualidade dos alunos. Pediu ao *Campus* Santa Inês que visite outros *campi* apresentando o
383 referido projeto. A servidora AMANDA NOGUEIRA disse que, caso o Curso seja aprovado,
384 encaminhará um projeto de formação de professores na Educação de Jovens e Adultos a ser
385 ofertado pelo instituto. O conselheiro JOSÉ MARCOS perguntou sobre a duração total do curso
386 e da quantidade de alunos matriculados. O servidor ANDRÉ LEONARDO disse que o curso está
387 dividido em quatro módulos, com duração total em torno de um ano e meio a dois anos. O
388 conselheiro GEOVANE parabenizou a equipe pelo trabalho realizado, elogiou a metodologia do
389 curso. Disse que a execução do Projeto será desafiante e fez algumas considerações, no sentido
390 de colaborar com o projeto: sugeriu que o *Campus* Santa Inês realize uma audiência pública, a
391 fim de conseguir, através da Prefeitura, a oferta do transporte para os alunos. Solicitou que André
392 Leonardo exibisse a carga horária do curso. Em seguida, comparou a carga horária do curso
393 integrado com a do curso PROEJA. Alertou o *campus* para que esteja atento às necessidades
394 futuras. A servidora AMANDA disse que a redução da carga horária foi menor, devido à
395 formação e vivência dos alunos, sendo mil e duzentas horas destinadas à formação geral e mil e
396 duzentas para atividades curriculares. O conselheiro GEOVANE questionou a não colocação da



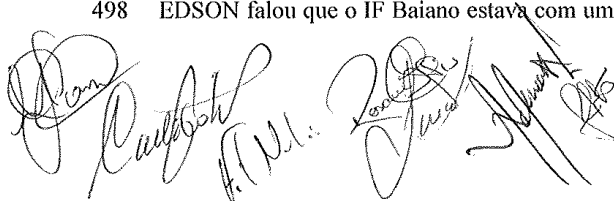
397 Disciplina de Administração na grade curricular. A conselheira ROSANE parabenizou o grupo
398 que desenvolveu o Projeto. Destacou a importância da participação da comunidade em todo o
399 processo. O conselheiro MATHEUS parabenizou a equipe pelo desenvolvimento de um Curso
400 que não era tecnicista e voltava-se para formação cidadã. O servidor JOSÉ CARLOS informou
401 que a Pró-Reitoria de Ensino está em contato com outros *campi* analisando a possibilidade de
402 implantação do referido Curso. O presidente SEBASTIÃO EDSON parabenizou o Diretor Geral
403 do *Campus* Santa Inês, Nelson Vieira, e disse estar feliz com o Projeto do curso PROEJA
404 Agropecuária na modalidade alternância. O conselheiro NELSON VIEIRA disse que o Curso
405 transformará a região, com o aluno levando informação e transformando a comunidade. O
406 presidente SEBASTIÃO EDSON relatou que tem visitado alguns pólos EADs, e que ficou
407 surpreso com a aprendizagem, e os resultados positivos. O conselheiro ANTÔNIO JOAQUIM
408 alertou para a necessidade de inclusão da matéria de informática na grade curricular do Curso.
409 Não havendo mais considerações, o presidente pôs em votação e o Conselho Superior resolveu
410 aprovar, por unanimidade, a criação e oferta do Curso Técnico em Agropecuária, na Modalidade
411 Educação de Jovens e Adultos, pelo PROEJA, na Pedagogia da Alternância - *Campus* Santa Inês.
412 **5. Criação dos Cursos Técnicos de Nível Médio em Agropecuária, Agroindústria e**
413 **Informática a serem ofertados na forma concomitante, em caráter especial, para atender à**
414 **demanda do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC**
415 **(Processo 23327.002323/2012-01)** – O presidente substituto, NILTON SANTANA, disse ter
416 presenciado o trabalho e envolvimento da equipe PROEX na formatação do Programa,
417 solicitando a compreensão dos conselheiros para a necessidade de análise e possível aprovação
418 do projeto de criação dos cursos concomitantes PRONATEC, devido ao início das aulas ainda
419 naquela semana. O servidor JOSÉ CARLOS informou que a Pró-Reitoria de Extensão convocou
420 a Pró-Reitoria de Ensino para elaborar o Projeto Pedagógico, alertando os conselheiros que o
421 documento estava pautado na concepção pedagógica dos cursos. Em seguida, A servidora
422 NEURISÂNGELA solicitou que os conselheiros olhassem os cursos concomitantes PRONATEC
423 com outros olhos, sugando o que havia de melhor para a Instituição. A servidora
424 NEURISÂNGELA disse que a forma de organização de produção do documento envolveu a
425 comunidade, os discentes e os docentes dos quatros *Campi* ofertantes dos cursos. A servidora
426 NEURISÂNGELA relatou que a oferta tratava-se de cinco projetos que se resumiam em três
427 cursos com um arcabouço único. NEURISÂNGELA disse que a equipe PROEN estudou
428 minuciosamente o documento de referência da proposta PRONATEC, para verificar qual era o
429 diferencial do Programa, e que a elaboração do Projeto Pedagógico dos Cursos tomou como
430 referência o público alvo, alunos que não tinham condições de ir até os *campi*. A servidora



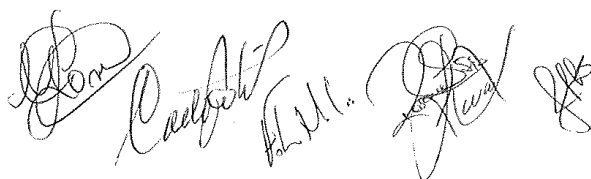
431 NEURISÂNGELA falou da composição estrutural do programa e do papel dos seus dois órgãos –
432 Pró-Reitoria de Extensão (responsável pela operacionalização do projeto e a Pró-Reitoria de
433 Ensino (responsável pela organização pedagógica). A servidora NEURISÂNGELA destacou a
434 importância de o Instituto ser acolhido, ao invés de acolher os alunos dessas comunidades,
435 destacando a importância da interiorização, da inserção sócio profissional e do fortalecimento do
436 ensino médio a partir da articulação com a educação profissional técnica e tecnológica. A
437 servidora NEURISÂNGELA falou da construção participada de elaboração dos Projetos
438 Pedagógicos, que se desenvolveu em três encontros: no primeiro foi focado a elaboração da
439 matriz curricular e contou com a parceria da Secretaria da Educação Profissional, da Pró-Reitoria
440 de Extensão e da Pró-Reitoria de Ensino, que são as Instituições que estiveram envolvidas
441 diretamente com as pactuações. No segundo houve a parceria entre as escolas demandantes e
442 ofertantes e contou com a participação dos representantes das escolas estaduais e dos
443 coordenadores e supervisores dos cursos do Instituto Federal Baiano, que teve como foco das
444 discussões a elaboração da Minuta do Projeto Pedagógico do Curso. No terceiro e último
445 encontro o foco foi a implementação do processo inicial de intervenção pedagógica que teve
446 como público alvo as equipes pedagógicas e os assistentes administrativos. A servidora
447 NEURISÂNGELA exibiu algumas fotos dos encontros realizados e relatou que algumas coisas
448 marcaram todo o processo, tais como: aumento do número matrículas nas escola pactuantes,
449 divulgação e reconhecimento do nome do IF Baiano nas localidades circunvizinhas aos *campi*,
450 reconhecimento da função social do Instituto, fortalecimento de parcerias interinstitucionais.
451 NEURISÂNGELA apresentou a estrutura única dos Cursos, fazendo, em seguida, a leitura do
452 item Avaliação da Aprendizagem. A servidora AMANDA apresentou a matriz e perfis dos
453 Cursos. A servidora NEURISÂNGELA aproveitou para informar que o curso de informática do
454 *Campus* Catu não havia passado ainda pelo fórum de disciplinas, mas que a estrutura dos cursos
455 seria igual aos outros. O servidor JOSÉ CARLOS disse que o Instituto tinha dois caminhos a
456 seguir: cumprir as determinações do Ministério da Educação e da Secretaria Tecnológica ou
457 adaptar o PRONATEC às características do IF Baiano. Evidenciou que o foco do Projeto do IF
458 Baiano é o aluno, por isso o humanismo e a ética estavam presentes no Projeto do curso. O
459 servidor ALBERTO ALVES agradeceu as servidoras Amanda e Neurisângela pelo trabalho
460 realizado. Disse que as Pró-Reitorias de Ensino e Extensão estarão presentes e prontas para
461 auxiliarem os *campi*. Falou das ações que já foram realizadas, da infraestrutura que as
462 coordenações terão e do programa de acompanhamento da execução financeira do programa
463 PRONATEC. O servidor ALBERTO ALVES disse também que as ações para implementação do
464 PRONATEC já foram concluídas. O conselheiro CARLOS MAGNO fez algumas considerações.



465 Disse que o problema não era o projeto do IF Baiano, mas o PRONATEC, e que em muitos
466 momentos o Projeto original do PRONATEC irá chocar com o Projeto elaborado pelo Instituto.
467 Acredita que o programa não atingirá os objetivos pretendidos. Afirmou que havia uma tentativa
468 de privatização do ensino. Temia que houvesse uma redução da carga horária do ensino regular
469 (integrado) em função do PRONATEC. O conselheiro GEOVANE parabenizou a equipe da
470 PROEN e ao professor Alberto pela competência, dedicação e pela apresentação. Disse ter ficado
471 surpreso com a abordagem feita pela equipe que apresentou o Projeto. Disse reconhecer o esforço
472 da equipe envolvida na formatação do Programa, para que ele acontecesse a contento da
473 sociedade. Acreditava que o Instituto estava dando um passo maior do que deveria, em termos de
474 quantidade de cursos pactuados, e que antes tinha que ter sido feita uma avaliação, inclusive com
475 a submissão do Programa para aprovação ou não do Conselho Superior. Disse ter percebido que
476 os professores foram somente consultados sobre o interesse em participar do PRONATEC, mas
477 não participaram da elaboração do Programa. Questionou qual percentual de professores que
478 realmente contribuiu para elaboração do PRONATEC. Disse que existiam outros problemas
479 como a normatização da atividade docente, que está sendo discutida há quase um ano, com
480 servidores alegando sobrecarga de trabalho e a questão das 30 horas para os TAES, que alguns
481 gestores alegam que irá faltar servidores em alguns setores, para não concederem a redução da
482 carga horária de trabalho. Agora, chega o PRONATEC, estimulando financeiramente os
483 trabalhadores participantes, o que poderá comprometer as atividades dos *campi* com servidores
484 deixando suas atividades normais para participar do Programa. Perguntou quantos servidores
485 estarão disponíveis para trabalhar efetivamente no projeto. Alegou que, se essas questões,
486 anteriormente citadas, tivessem sido levadas em consideração, talvez não houvesse tanta
487 desconfiança em relação ao Programa. Acredita que o PRONATEC não dará certo, mas ficará
488 torcendo que dê, pois há muitos problemas a serem resolvidos. Perguntou qual foi a demanda
489 para os cursos concomitantes. Teme que não haja demanda para os Cursos e que todo o esforço
490 tenha sido em vão. A servidora NEURISÂNGELA disse que acreditava no PRONATEC e no IF
491 Baiano e que a intenção não era romantizar. Sabia que erros acontecerão, mas que são
492 necessários. Haverá muito trabalho, muitos problemas, mas que a equipe sabia de suas
493 responsabilidades. O servidor JOSÉ CARLOS esclareceu que a equipe pedagógica, antes de
494 abraçar a causa, analisou antecipadamente o Projeto. O conselheiro GEOVANE questionou se
495 haverá demanda para os Cursos ofertados e se havia disponibilidade de docentes para ensinar. O
496 servidor ALBERTO ALVES informou que todos os coordenadores do PRONATEC/IF BAIANO
497 foram consultados sobre a possibilidade de atuação no programa. O presidente SEBASTIÃO
498 EDSON falou que o IF Baiano estava com uma proposta de curso concomitante diferente do que



499 estava sendo ofertado por outras instituições, e se o governo resolver penalizar o IF Baiano pela
500 forma como foi elaborado o Programa, então o Instituto ficará de fora. Não havendo mais
501 considerações, o presidente pôs em votação e o Conselho Superior resolveu aprovar, por 11 onze
502 votos a favor, dois contras - conselheiros Carlos Magno e Antônio Joaquim - e uma abstenção
503 (Conselheiro Fábio Marcelus), a criação dos Cursos Técnicos de Nível Médio em Agropecuária,
504 Agroindústria e Informática a serem ofertados na forma Concomitante, em caráter especial, para
505 atender à demanda do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego –
506 PRONATEC. O conselheiro GEOVANE justificou o seu voto favorável, em função do trabalho
507 realizado pelas servidoras da Pró-Reitoria de Ensino e pelo parecer favorável dos diretores gerais
508 para implantação dos Cursos em seus *campi*. O conselheiro NELSON VIEIRA disse ter aprovado
509 a implantação dos cursos PRONATEC, em virtude das expectativas dos alunos. Solicitou que as
510 próximas pactuações fossem trazidas para discussão no Colegiado. **6. Autorização de**
511 **afastamento para exterior da servidora Olímpia Lima Silva Filha, com ônus para o IF**
512 **Baiano/Campus Valença (Processo 23332.000101/2012-36)** - O conselheiro JOSÉ MARCOS
513 sugeriu que as ratificações e autorizações de viagens para o exterior fossem postadas no início
514 das reuniões do Conselho. O conselheiro GEOVANE solicitou que os processos de autorização
515 de viagens para o exterior, visando a participação em congressos, com a apresentação de
516 trabalhos, fossem deliberados pelos diretores gerais dos *Campi*, pois não cabia ao Colegiado
517 avaliar o trabalho do servidor, sugerindo que o Conselho reveja a decisão de solicitar a vinda do
518 servidor para apresentação do trabalho para o CONSUP. O presidente disse que era
519 responsabilidade dos diretores gerais decidirem pelo afastamento ou não do servidor para o
520 exterior. Em seguida, a servidora OLÍMPIA LIMA, apresentou-se, falou do seu projeto de
521 pesquisa e disse que apresentará duas publicações orais no Décimo Terceiro Simpósio
522 Iberoamericano sobre Conservação e Utilização dos Recursos Zoogenéticos em San Lorezo,
523 Paraguai. Informou que será publicada uma matéria, em formato de resumo estendido, na Revista
524 do IF Baiano. Disse que também participará da mesa interativa, integrando pensamentos e
525 opiniões, sobre o tema “Animais de fundo de quintal”. O conselheiro MATHEUS ressaltou a
526 importância do trabalho que a professora Olímpia desenvolve no *Campus* Valença. O
527 Conselheiro NELSON VIEIRA parabenizou a professora Olímpia, destacando a importância do
528 seu currículo para o Instituto. Defendeu a criação de um núcleo de pesquisa do IF Baiano. O
529 Conselheiro ALEX parabenizou a professora e disse que esperava que esses projetos fossem,
530 também, apresentados para a comunidade interna do Instituto. Não havendo mais considerações,
531 o presidente pôs em votação e o Conselho Superior aprovou por unanimidade o afastamento para
532 o exterior da servidora Olímpia Lima Silva Filha. **7. Autorização de afastamento para exterior**



ANEXO C

AVISO CIRCULAR 277/MEC/GM - BRASÍLIA, 08 DE MAIO DE 1996

Magnífico Reitor

A execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais possibilita que venham a alcançar níveis cada vez mais elevados do seu desenvolvimento acadêmico. É importante, por isto, registrar o esforço que as Instituições de Ensino Superior (IES) empreendem no sentido de adequar-se, estruturalmente, para criar condições próprias, de forma a possibilitar o acesso desses alunos ao 3º grau. Os levantamentos estatísticos no Brasil não têm contemplado o atendimento educacional aos portadores de deficiência, dificultando, assim, a exposição de dados sobre o número de alunos que concluem o 2º grau e o número daqueles que ingressaram no ensino superior. É, no entanto, elevado o número de solicitações – tanto dos pais, dos alunos portadores de deficiência, quanto das próprias Instituições de Ensino Superior – no sentido de que seja viabilizado o acesso desses candidatos ao 3º grau, razão pela qual o tema acesso e permanência do educando, portador de deficiência na Instituição de Ensino Superior está sendo objeto de estudos pela maioria das IES. A prática vem demonstrando que a operacionalização das estratégias já utilizadas necessitam de ajustes para que possam atender a todas as necessidades educativas apresentadas por esse alunado. Segundo análise dos especialistas, tais ajustes se fazem necessários em três momentos distintos do processo de seleção: -na elaboração do edital, para que possa expressar, com clareza, os recursos que poderão ser utilizados pelo vestibulando no momento da prova, bem como dos critérios de correção a serem adotados pela comissão do vestibular; - no momento dos exames vestibulares, quando serão providenciadas salas especiais para cada tipo de deficiência e a forma adequada de obtenção de respostas pelo vestibulando; - no momento da correção das provas, quando será necessário considerar as diferenças específicas inerentes a cada portador de deficiência, para que o domínio do conhecimento seja aferido por meio de critérios compatíveis com as características especiais desses alunos. Transmito a Vossa Magnificência, para conhecimento dessa Instituição, sugestões visando facilitar o acesso dos portadores de deficiência ao 3º grau, encaminhadas

que foram a este Ministério: - instalação de Bancas Especiais contendo, pelo menos, um especialista na área de deficiência do candidato; - utilização de textos ampliados, lupas ou outros recursos ópticos especiais para as pessoas com visão subnormal/reduzida; - utilização de recursos e equipamentos específicos para cegos: provas orais e/ou em Braille, sorobã, máquina de datilografia comum ou Perkins/Braille, DOS VOX adaptado ao computador. - colocação de intérprete no caso de Língua de Sinais no processo de avaliação dos candidatos surdos; - flexibilidade nos critérios de correção da redação e das provas discursivas dos candidatos portadores de deficiência auditiva, dando relevância ao aspecto semântico da mensagem sobre o aspecto formal e/ou adoção de outros mecanismos de avaliação da sua linguagem em substituição a prova de redação. 85 - adaptação de espaços físicos, mobiliário e equipamentos para candidatos portadores de deficiência física; - utilização de provas orais ou uso de computadores e outros equipamentos pelo portador de deficiência física com comprometimento dos membros superiores; - ampliação do tempo determinado para a execução das provas de acordo com o grau de comprometimento do candidato; - criação de um mecanismo que identifique a deficiência da qual o candidato é portador, de forma que a comissão do vestibular possa adotar critérios de avaliação compatíveis com as características inerentes a essas pessoas. Por oportuno, espero que essa Instituição possa, ainda, desenvolver ações que possibilitem a flexibilização dos serviços educacionais e da infraestrutura, bem como a capacitação de recursos humanos, de modo a melhor atender às necessidades especiais dos portadores de deficiência, possibilitando sua permanência, com sucesso, em certos cursos. Em anexo, encaminho cópia da Portaria nº 1793/94 (BRASIL, 1996) e do documento “Sugestões de Estratégias”, como orientação ao trabalho dessa Instituição, referente à matéria. Estou certo, Senhor Reitor, do empenho de Vossa Magnificência no sentido de continuar oferecendo condições aos deficientes para que possam enfrentar o vestibular com maior segurança. Assim, estaremos prestando mais um serviço educacional à comunidade.

Atenciosamente,

PAULO RENATO SOUZA

ANEXO D - FOTOS DE TODAS AS UNIDADES DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO

Alagoinhas



Fonte: IFBaiano (2018b)

Bom Jesus da Lapa



Fonte: IFBaiano (2018b)

Catu



Fonte: IFBaiano (2018b)

Governador Mangabeira



Fonte: IFBaiano (2018b)

Guanambi



Fonte: IFBaiano (2018b)

Itaberaba



Fonte: IFBaiano (2018b)

Itapetinga



Fonte: GLOBO G1 (2019)

Santa Inês



Fonte: IFBaiano (2018b)

Senhor do Bomfim



Fonte: IFBaiano (2018b)

Serrinha



Fonte: IFBaiano (2018b)

Teixeira de Freitas



Fonte: IFBaiano (2018b)

Uruçuca



Fonte: IFBaiano (2018b)

Valença



Fonte: IFBaiano (2018b)

Xique - Xique



Fonte: IFBaiano (2018b)

Reitoria



Fonte: JORNAL Valença Agora (2016)